Pesquisa

Dos territórios indígenas às periferias: retratos da desinformação e do consumo de notícias para reimaginar a justiça informacional no Brasil

RECIFE - SANTARÉM - SÃO PAULO



Realização:

coalizão de mídias periférica favelada quilombola indígena

Observatório IBIRA 30



Pesquisa

Dos Territórios indígenas às periferias:

Retratos da desinformação e do consumo de notícias para reimaginar a justiça informacional no Brasil

RECIFE - SANTARÉM - SÃO PAULO

coalizão de mídias periférica favelada quilombola indígena

Observatório Ibira 30

Co-realização territorial: *Desenrola e Não me Enrola, Rede Tumulto, Periferia em Movimento e Coletivo Jovem Tapajônico*
Patrocínio: *Tide Setubal*
Parceria institucional: *Bem te vi e Tide Setubal*
Apoio ao lançamento: *Instituto Beja, Fundação Itaú e Repórteres Sem Fronteiras (RSF).*

FICHA TÉCNICA

EQUIPE COALIZÃO DE MÍDIAS PERIFÉRICA, FAVELADA, QUILOMBOLA E INDÍGENA

Coordenação geral da pesquisa
Thais Siqueira
Yane Mendes

Assistente de Coordenação
Carol Pires

Estratégia de comunicação
Flora Rodrigues

Análise dos resultados e estratégia de publicação
Aline Rodrigues
Elize Mayara Kumaruara
Flora Rodrigues
Thaís Siqueira
Gizele Martins
Yane Mendes

Pesquisadores de Recife
Aline Messias
Ana Karla
Edilaine Soares
Luiz neto

Pesquisadores de Santarém
Elize Mayara Kumaruara
Daleusso Sousa
Estela Oliveira
Henrique Ferreira

Pesquisadores de São Paulo
Alalucha Rocha
Henrique Anjos Dantas dos Santos
Maria Eduarda Oliveira Flores

EQUIPE OBSERVATÓRIO IBIRA30

Responsável Técnico
Marcelo Zarzuela Coelho

Coordenação de Pesquisa e do Observatório Ibira30
Allan Anjos Dantas dos Santos

Inteligência de Dados
Veridiana Rodrigues Silva Santana

Analistas de Dados
Alexandre Marques Nascimento
Ana Alice Nascimento Silva
Gabriela Martins Pinto
Letícia Attolini do Prado

ESTRUTURA DESTE RELATÓRIO

O relatório está organizado em oito seções analíticas, estruturadas de forma a articular método, caracterização da amostra, análise dos padrões informacionais e leitura crítica das percepções sociais, culminando em recomendações e referências.

A organização segue uma lógica progressiva: inicia-se pela explicitação do modo de fazer pesquisa, avança pela descrição socioterritorial e pelo perfil das pessoas entrevistadas, aprofunda a análise sobre informação, desinformação e percepções sociais, e finaliza com aprendizados sistematizados e base bibliográfica.

Essa estrutura garante rigor metodológico, transparência analítica e coerência entre dados empíricos, interpretação e incidência pública.

Nosso fazer em Pesquisa

Apresenta os princípios metodológicos, éticos e políticos que orientaram a pesquisa, destacando a centralidade do território como produtor de conhecimento.

Distribuição Socioterritorial da Amostra

Descreve a composição territorial da amostra, evidenciando a diversidade de bairros, comunidades, territórios indígenas ou territórios envolvidos.

Perfil das pessoas entrevistadas

Caracteriza o público entrevistado a partir de variáveis como gênero, raça/cor, faixa etária, escolaridade e inserção territorial.

Padrões de consumo de informação

Analisa os meios, plataformas e formatos mais utilizados para acesso à informação nos territórios pesquisados.

Vulnerabilidades informacionais e estratégias de checagem

Identifica situações de maior exposição à desinformação e os fatores que ampliam essas vulnerabilidades. Mapeia práticas individuais e coletivas de checagem de informações confiáveis.

Percepções sobre clima, justiça e desigualdades

Explora como os entrevistados percebem temas como mudanças climáticas, justiça social e desigualdades territoriais.

Bibliografia

Reúne as referências teóricas, metodológicas e institucionais que fundamentam o estudo.

Recomendações e Aprendizados

Sistematiza os principais achados da pesquisa em recomendações práticas para políticas públicas, comunicação e incidência social.



SUMÁRIO

Apresentação 04

Nosso fazer em pesquisa 17

Distribuição socioespacial da amostra 35

Perfil das pessoas entrevistadas 46

Padrões de consumo de informação 56

Vulnerabilidades informacionais e estratégias de checagem 96

Percepções sobre mudanças climáticas 112

Considerações finais 120

Recomendações 122

Bibliografia 126

Apresentação



SOBRE A PESQUISA

"Dos territórios indígenas às periferias: retratos da desinformação e do consumo de notícias para reimaginar a justiça informacional no Brasil" parte de uma decisão conceitual e política baseada no pensamento de Nego Bispo. Para ele, devemos viver em movimento em confluência uns com os outros, ou seja, não de forma hegemônica, de consenso ou fusão, mas nos abrindo para a possibilidade de viver em encontros com as diferenças.

A ideia de escutas, no plural, reforça esse posicionamento. Não se trata de captar uma única narrativa sobre informação e desinformação, mas de reconhecer a existência de múltiplos regimes de produção, circulação e validação da informação. Territórios indígenas, territórios periféricos urbanos e os chamados “centros” operam com tempos, linguagens, tecnologias e autoridades informacionais distintas. Escutar, nesse contexto, implica reconhecer que não há neutralidade nos fluxos informacionais e que as assimetrias de poder moldam profundamente o que circula, quem fala, quem é ouvido e quem é silenciado.

A pesquisa se insere no debate contemporâneo sobre informação e desinformação a partir de uma perspectiva territorializada.

Em vez de tratar a desinformação apenas como um problema técnico ou comunicacional, o estudo a compreende como um fenômeno social profundamente articulado às desigualdades históricas de acesso à informação, à infraestrutura digital, à educação midiática e à confiança institucional.

Nos territórios analisados, a desinformação não emerge no vazio, mas em contextos marcados por ausências do Estado, precarização de direitos e disputas narrativas permanentes.

Ao incluir territórios indígenas e territórios periféricos no mesmo desenho analítico, a pesquisa assume uma opção metodológica contracolonial. Essa escolha rompe com a centralidade epistemológica dos “centros” — aqui sempre grafados entre aspas para evidenciar seu caráter construído e hegemonizante — e desloca o foco para territórios historicamente tratados como marginais na produção de dados e diagnósticos.

O objetivo não é comparar realidades para hierarquizá-las, mas compreender como cada território constrói seus próprios critérios de credibilidade, autoridade e circulação da informação.

Os objetivos da pesquisa articulam diagnóstico e incidência. De um lado, busca-se mapear como diferentes grupos sociais compreendem o que é informação, desinformação e confiança informacional em seus contextos cotidianos.

De outro, pretende-se produzir subsídios concretos para o fortalecimento de estratégias locais de enfrentamento à desinformação, reconhecendo e valorizando práticas comunitárias já existentes, especialmente aquelas ancoradas em vínculos territoriais, relações de proximidade e saberes tradicionais.

Por fim, “Dos territórios indígenas às periferias” propõe uma inversão de perspectiva: não parte de soluções pré-definidas para serem aplicadas aos territórios, mas da escuta qualificada como ponto de partida para qualquer ação pública, política ou comunicacional. Ao reunir Territórios indígenas, territórios periféricos e “centros” num mesmo campo de análise, a pesquisa afirma que enfrentar a desinformação exige compreender o país a partir de suas bordas, de seus cruzamentos e de suas confluências — onde as diferenças não se apagam, mas se tornam condição para a produção de conhecimento relevante e socialmente situado.



Contexto da Pesquisa: a Coalizão de Mídias

A Coalizão de Mídias Periféricas, Faveladas, Quilombolas e Indígenas é uma rede que articula mídias periféricas, faveladas, quilombolas e indígenas. Nossa missão é lutar por um Brasil em que a democratização da comunicação esteja diretamente interligada ao direito à vida. Afirmando, por meio das comunicações e dos jornalismos enraizados em direitos humanos e tecnologias ancestrais, a legitimidade, autoridade e inovação social, econômica, política e cultural dos territórios periféricos, favelados, quilombolas e indígenas.

Histórico e Formação

A Coalizão de Mídias surge em um momento em que coletivos periféricos, quilombolas e indígenas já vinham, individualmente, desenvolvendo práticas de produção de informação e comunicação comunitária há anos. Esses grupos perceberam que, apesar de seus históricos de atuação nos territórios, faltava uma articulação nacional que potencializasse sua sustentabilidade, visibilidade e capacidade de impacto político. A iniciativa ganhou forma a partir de encontros entre comunicadores de diferentes regiões do país, com troca de experiências e identificação de desafios comuns — especialmente em relação à precariedade do acesso à internet e às barreiras impostas pelo modelo hegemônico de mídia tradicional.

Metodologias de Atuação

A rede desenvolve ações combinadas que articulam produção, formação, mobilização e intercâmbio de saberes:

- **Produção Colaborativa de Conteúdos**: elaboração conjunta de reportagens, podcasts (como o Escuta Quem Faz), vídeos e outras formas narrativas que dialogam com realidades locais e contextos nacionais.
- **Troca de Saberes e Tecnologias**: encontros presenciais e virtuais para compartilhamento de metodologias, práticas de jornalismo comunitário e tecnologias adaptadas às condições territoriais.
- **Incidência e Debates**: participação em fóruns, conferências e espaços de debate público (como conferências de jornalismo e eventos de comunicação) para elevar pautas territoriais ao debate institucional e acadêmico.



A Coalizão reúne jornalistas e comunicadores que atuam há mais de 10 anos em diferentes regiões do Brasil (Foto: arquivo pessoal)

Participantes e composição da Coalizão de Mídias



Membros Estaduais	
Bahia	Coletivo Mojubá
Maranhão	Rádio e Tv Quilombo
Pará	Coletivo Jovem Tapajônico
Pernambuco	Rede Tumulto
Rio de Janeiro	Frente de Mobilização da Maré e Fala Roça
São Paulo	Periferia em Movimento, Desenrola e Não Me Enrola e A Terceira Margem da Rua

Objetivos Estratégicos da Coalizão de Mídias



01. Produzir informação de interesse público a partir dos próprios territórios periféricos, favelados, quilombolas e indígenas, com protagonismo de jornalistas e comunicadores locais, valorizando narrativas construídas “de dentro para fora” e enfrentando estigmas historicamente reproduzidos pela mídia hegemônica.

02. Desenvolver práticas comunicacionais que articulem saberes ancestrais, tecnologias comunitárias e ferramentas digitais, considerando as desigualdades de acesso à internet e infraestrutura, e fortalecendo estratégias próprias de circulação da informação nos territórios.

03. Atuar coletivamente para ampliar a pluralidade informacional no Brasil, desafiando a concentração dos meios de comunicação e afirmando o jornalismo territorial como campo legítimo de produção de conhecimento, memória e interpretação da realidade social.

04. Realizar incidência pública e institucional para o reconhecimento, financiamento e fortalecimento das mídias comunitárias e territoriais, articulando a produção jornalística à defesa dos direitos humanos, ao enfrentamento das opressões estruturais e à construção de modelos sustentáveis e autônomos de comunicação.

Fortalecer o jornalismo territorial como estratégia de democratização da informação, enfrentamento da desinformação e incidência política a partir de territórios periféricos, favelas, quilombos e indígenas.


RioOnWatch

15 ANOS RELATANDO AS FAVELAS FLUMINENSES

PESQUISAR ...

INÍCIO › *DESTAQUE › Coalizão de Mídias Periféricas, Faveladas, Quilombolas e Indígenas: Tecnologia Ancestral para Democratizar o Direito à Comunicação

Coalizão de Mídias Periféricas, Faveladas, Quilombolas e Indígenas: Tecnologia Ancestral para Democratizar o Direito à Comunicação

Por Tatiana Lima • 30/07/2023

rioonwatch.org.br

Relevância da Coalizão de Mídias no Contexto de Informação e Desinformação

A atuação da Coalizão de Mídias se insere em um cenário de expansão de mídias independentes no Brasil, em que grupos periféricos e tradicionais buscam responder às desigualdades estruturais no acesso à informação e às consequências da desinformação em seus territórios.

Pesquisas sobre mídias territoriais demonstram que iniciativas desse tipo têm importância fundamental para garantir pluralidade comunicativa e fortalecer perspectivas que desafiam narrativas hegemônicas.



Contexto da Pesquisa: o Observatório Ibira30

O Observatório Ibira30 é uma iniciativa que nasceu para participar da transformação do Jardim Ibirapuera, na zona sul de São Paulo. É um THINK TANK de território periférico, interessados em dados sobre Cultura e Economia Criativa, Educação, Assistência Social, Justiça, Saúde e Meio Ambiente. Trabalha com pesquisa, avaliação de impacto, formação, produção e sistematização de conhecimento e indicadores para influenciar e incidir sobre políticas públicas e ações conectadas ao investimento social privado estratégico com potencial para promover desenvolvimento local e redução de desigualdades.

Conecta pessoas criativas e sonhadoras e é uma ponte entre moradores do Jardim Ibirapuera, a Universidade e outras instâncias de conhecimento científico. Trabalha a partir de uma abordagem colaborativa que estimula o surgimento de ideias e soluções inovadoras.

Metodologias de Atuação

A metodologia do Observatório parte da ideia da construção de uma etnografia da favela, que articula hábitos, escuta qualificada e acesso, compreendidos como dimensões interdependentes da vida cotidiana nos territórios periféricos. O foco não está apenas em identificar comportamentos individuais, mas em compreender práticas coletivas, relações com o ambiente, desafios estruturais e estratégias construídas pela própria comunidade para lidar com desigualdades históricas.

Ao combinar observação situada, escuta comprometida e mapeamento de temas sensíveis e estratégicos, O Observatório produz leituras densas e críticas dos territórios, orientadas para o reconhecimento de saberes locais e para a redução de assimetrias de acesso à informação.

- **Hábitos**: Sequencia de ações em práticas coletivas e / ou comunitárias (Perfil, Interesse, Acesso, Barreiras, Frequência)
- **Escuta Qualificada**: Compreender assumindo compromisso e co-responsabilizando-se (Perfil, Relação com o Ambiente, Desafios, Boas Práticas, Bem estar)
- **Acessos**: Temas sensíveis e estratégicos mapeados pelo OI30 e que ajudam a comunidade a reduzir desigualdades

.



Estudos Publicados pelo OI30



















Objetivos Estratégicos do Observatório Ibira30



01. Gerar dados, indicadores e análises que reflitam a realidade do território a partir de pesquisa situada, ampliando a compreensão de fenômenos sociais críticos para as territórios periféricos. Esse conhecimento sustenta diagnósticos e interpretações que não são capturados por estatísticas externas ao território.

02. Utilizar evidências produzidas para influenciar a formulação e implementação de políticas públicas e iniciativas de investimento social privado, com foco no desenvolvimento local e na redução de desigualdades. A interlocução com gestores e conselhos públicos busca colocar a experiência territorial no centro das decisões.

03. Estabelecer práticas metodológicas próprias, centradas em hábitos, escuta qualificada e acesso, que possibilitem uma leitura profunda das dinâmicas sociais e culturais do território, promovendo compreensão comprometida e co-responsabilizada com a comunidade.

04. Construir pontes entre saberes acadêmicos, organizações do território e públicos diversos por meio de produção e difusão de pesquisas, publicações e conteúdos que fortaleçam a tomada de decisão, o diálogo comunitário e a visibilidade das pautas periféricas. Essa articulação amplia o impacto social dos estudos desenvolvidos.

Produzir conhecimento territorial aplicado, por meio de pesquisa situada e escuta qualificada, para fortalecer a incidência pública e contribuir para a redução das desigualdades nos territórios periféricos.



o joio e o trigo

CULTURA ALIMENTAR

Sob os trilhos do metrô, hortas urbanas combatem avanço de ultraprocessados na periferia de São Paulo

17.11.25 | Por Adriano Wilkson

Moradores do Jardim Ibirapuera plantam legumes e verduras sem agrotóxico como alternativa à pobreza de nutrientes identificada em estudo inédito conduzido pela comunidade

Debaixo dos trilhos do metrô de São Paulo, quatro agricultores urbanos observam o lento crescimento de mudas de milho cuidadosamente organizadas em um canteiro montado com restos de construção civil. Alguns metros adiante, pés de alface, couve, banana e erva-cidreira dividem terreno com uma vaca que pasta displicente.

Relevância do Observatório Ibira30 no Contexto de Informação e Desinformação

Reside na sua capacidade de produzir microdados territoriais que tensionam e qualificam leituras baseadas exclusivamente em médias regionais ou municipais. Em contextos periféricos, esses agregados estatísticos tendem a ocultar desigualdades internas, vulnerabilidades informacionais específicas e práticas locais de circulação de informação.

Ao trabalhar com dados primários, etnografia situada e escuta qualificada, o Observatório revela dinâmicas que não aparecem nos indicadores oficiais, permitindo compreender como a desinformação opera de forma diferenciada nos territórios e como comunidades constroem estratégias próprias de acesso, checagem e confiança informacional. Essa abordagem torna o microdado uma ferramenta estratégica para políticas públicas mais precisas, comunicação territorializada e ações efetivas de enfrentamento às desigualdades informacionais.



SOBRE UM ENCONTRO POTENTE



Nesse contexto, a realização desta pesquisa ganha densidade política e metodológica a partir do encontro entre a Coalizão de Mídias Periféricas, Faveladas, Quilombolas e Indígenas e o Observatório Ibira30. Trata-se da articulação entre dois campos estratégicos: de um lado, organizações de mídia territorializadas, que operam cotidianamente os fluxos informacionais nos territórios, conhecem as redes locais de confiança, as linguagens, os dispositivos de circulação e os impactos concretos da desinformação; de outro, um observatório comunitário com acúmulo em pesquisa aplicada, sistematização de dados e incidência em políticas públicas. Essa convergência permite produzir conhecimento situado sobre ecossistemas informacionais periféricos, superando leituras abstratas ou universalizantes.

A potência desse encontro reside na combinação entre prática comunicacional e produção de evidências. As instituições integrantes da Coalizão de Mídias aportam uma leitura qualificada sobre como a informação é produzida, disputada e apropriada nos territórios periféricos e territórios indígenas, enquanto o Observatório Ibira30 estrutura metodologias, indicadores e análises capazes de transformar essas experiências em dados públicos, comparáveis e politicamente acionáveis.

O resultado é uma pesquisa que não apenas identifica vulnerabilidades informacionais, mas fortalece capacidades locais, amplia a autonomia comunicacional dos territórios e sustenta a incidência por políticas de informação, comunicação e cultura orientadas pela justiça territorial.

Tratar a informação e os dados como infraestrutura de justiça territorial implica reconhecê-los como condições materiais e simbólicas para o exercício de direitos nos territórios periféricos e territórios indígenas. Assim como saneamento, mobilidade ou equipamentos públicos, a infraestrutura informacional — acesso à internet, diversidade de fontes, capacidade de produção de dados e circulação de informações confiáveis — estrutura as possibilidades de participação social e incidência política. Nos territórios periféricos e territórios indígenas, as desigualdades informacionais não são aleatórias: elas resultam de processos históricos de marginalização, da concentração do poder comunicacional e da ausência de políticas públicas que considerem o território como categoria central de planejamento. Mapear informação, desinformação e vulnerabilidades informacionais, portanto, é uma estratégia de enfrentamento às desigualdades territoriais.

Nosso *fazer* em Pesquisa

Notas metodológicas

A voz dos territórios periféricos e territórios indígenas

O que você lerá nas próximas páginas é um movimento de produção de conhecimento, mas é, antes de tudo, um ato político.

A produção de conhecimento por territórios periféricos e indígenas é um movimento de emancipação e reposicionamento no campo do saber.

Historicamente, estes territórios foram observados a partir de lentes externas, muitas vezes com um olhar colonizador, estigmatizante ou limitado a narrativas de carência e violência.

Esse paradigma começa a ser desconstruído quando os próprios sujeitos de territórios periféricos e indígenas assumem o papel de pesquisadores, intelectuais e narradores de suas realidades, utilizando suas experiências como base para a construção de saberes.

Quando territórios periféricos e indígenas produzem conhecimentos sobre si mesmos, eles desafiam as estruturas tradicionais de validação do saber, que frequentemente desconsideram o cotidiano, a oralidade, os saberes ancestrais e as práticas comunitárias como fontes legítimas de análise e reflexão.

É um processo de valorização das experiências vividas, das soluções criadas em contextos de adversidade, e das culturas locais como epistemologias próprias e potentes. Nesse sentido, o ato de produzir conhecimento não é apenas técnico ou acadêmico; é, como afirmamos anteriormente, um ato político que ressignifica a relação de territórios periféricos e indígenas com os espaços de poder e a narrativa pública.

No caso desta pesquisa, estes territórios não são apenas o objeto de estudo, mas o sujeito ativo que investiga, interpreta e comunica os resultados.

Essa perspectiva traz um diferencial fundamental: os moradores, pesquisadores e colaboradores não olham para o território a partir de um ponto de vista neutro ou distante, mas sim de um lugar de envolvimento afetivo, pertencimento e profundo conhecimento das dinâmicas locais.

Essa proximidade gera análises mais sensíveis e alinhadas às necessidades destes territórios, além de um maior comprometimento em transformar as percepções em ações concretas.

Ao construir saberes a partir de territórios periféricos e territórios indígenas, também se amplia a capacidade de compreender a complexidade e a diversidade que permeiam esses territórios. Eles são plurais, e as narrativas que emergem de suas comunidades oferecem leituras multifacetadas de suas realidades.

Esse movimento rompe com a visão homogênea muitas vezes atribuída a esses espaços e revela a riqueza cultural, social e política que pulsa em cada esquina. Além disso, reafirma a potência transformadora destes territórios, mostrando que ela não é apenas destinatária de políticas públicas, mas protagonista na construção de soluções que afetam positivamente seus próprios destinos.

Por fim, quando territórios periféricos e indígenas tomam as rédeas de suas narrativas, eles não apenas transformam sua relação com o próprio território, mas também provocam mudanças no imaginário coletivo da sociedade.

Essa produção de conhecimento não beneficia apenas o local onde é gerada; ela contribui para a construção de um país mais justo, que reconhece as vozes historicamente silenciadas e que se enriquece a partir das experiências de todos os seus cidadãos.

Mas afinal de contas, qual dado nos interessa?

Os microdados de caráter territorializado constituem a base empírica mais sensível e informativa para a compreensão das desigualdades sociais em contextos urbanos periféricos e territórios indígenas. Diferentemente dos indicadores agregados por município, distrito ou região administrativa, os microdados preservam a heterogeneidade intraurbana e intraterritorial, permitindo captar dinâmicas sociais, econômicas e culturais que permanecem invisíveis quando diluídas em médias estatísticas.

A literatura em estatística social e planejamento territorial demonstra que a agregação excessiva tende a produzir vieses sistemáticos, sobretudo em contextos marcados por alta desigualdade espacial, como é o caso das metrópoles brasileiras (Openshaw, 1984; IBGE, 2019).

No Brasil, a produção oficial de dados — ainda que metodologicamente robusta — enfrenta limites estruturais quando se trata da leitura fina dos territórios. Pesquisas como o Censo Demográfico e a PNAD Contínua são fundamentais, mas operam, em grande medida, com recortes territoriais que não dialogam plenamente com a escala da vida cotidiana nas territórios periféricos e indígenas. Mesmo análises baseadas em setores censitários podem ocultar desigualdades internas relevantes, sobretudo em áreas informais, ocupações recentes ou territórios indígenas com dinâmicas próprias de organização social, o que compromete diagnósticos e políticas orientadas por médias municipais ou regionais (IBGE, 2020; Maricato, 2015).

É nesse contexto que os microdados primários, produzidos por meio de coletas diretas, presenciais e territorialmente situadas, assumem um papel estratégico. Trata-se do tipo de dado mais complexo, custoso e demorado de produzir, pois exige desenho amostral sensível ao território, mediação cultural, confiança comunitária e trabalho de campo intensivo. No entanto, é precisamente essa aproximação “cara a cara” que garante maior validade social, reduz vieses de não resposta e amplia a capacidade explicativa dos dados, especialmente em populações historicamente sub-representadas pelas estatísticas oficiais (Bourdieu, 2004; Bourgois, 2003).

Do ponto de vista epistemológico, a produção de microdados territorializados dialoga com críticas consolidadas à neutralidade da estatística e à colonialidade do saber. A escolha da escala, da unidade de análise e do método de coleta é profundamente política e influencia diretamente o que pode ou não ser conhecido sobre determinado território. Trabalhar com dados desagregados e produzidos a partir do encontro direto com os moradores significa reconhecer territórios periféricos e indígenas como sujeitos epistêmicos, capazes de produzir conhecimento situado sobre suas próprias condições de vida, formas de organização e concepções de bem-estar, como apontam Milton Santos, Boaventura de Sousa Santos, Paulo Freire e Ailton Krenak (Santos, 2006; Santos, 2007; Freire, 1987; Krenak, 2019).

Por fim, a utilização de microdados territorializados amplia significativamente a capacidade de incidência em políticas públicas. Ao revelar desigualdades intraurbanas e especificidades territoriais ocultadas pelas médias municipais e regionais, esses dados qualificam diagnósticos, orientam a alocação de recursos e fortalecem estratégias de justiça territorial. Evidências nacionais e internacionais indicam que políticas baseadas em dados desagregados e em estatísticas de pequenas áreas tendem a ser mais eficientes e equitativas, sobretudo em contextos de alta desigualdade socioespacial, como o brasileiro (Rao, 2003; UN-Habitat, 2020).

CRONOGRAMA E ETAPAS

Nesta seção que trabalha nossos aspectos metodológicos e conceituais de referência, afirmamos nosso compromisso com a pesquisa como um processo planejado, sequencial e integrado, no qual cada etapa se articula de forma coerente e cumulativa, do levantamento bibliográfico à devolutiva dos resultados. A metodologia é apresentada como um percurso que envolve definição do problema, construção conceitual, desenho amostral, coleta, análise e relatoria, reforçando a compreensão de que a produção de dados exige organização, intencionalidade e consistência técnica ao longo de todo o processo.

Esse enquadramento inicial explicita ainda a opção por uma abordagem crítica e territorializada, que reconhece o acesso à informação como direito, a desinformação como ameaça às democracias e a educação midiática como estratégia de resistência e fortalecimento das capacidades sociais. Ao apresentar de forma clara as etapas metodológicas e sua articulação, a abertura da seção orienta a leitura dos resultados e reafirma o compromisso com uma produção de conhecimento rigorosa, transparente e alinhada às realidades concretas dos territórios pesquisados.



Seleção Bibliográfica

A primeira etapa consistiu em um levantamento bibliográfico sistemático voltado à compreensão crítica dos debates contemporâneos sobre informação, desinformação e circulação de conteúdos em contextos periféricos, quilombolas e indígenas.

Foram priorizados estudos acadêmicos, relatórios de organismos multilaterais, institutos de pesquisa e experiências metodológicas já consolidadas no campo da comunicação, educação midiática e justiça informacional.

O objetivo foi identificar conceitos operacionais, categorias analíticas, critérios de mensuração e formas de utilização dos dados adotados por outras pesquisas, bem como limites associados a abordagens excessivamente agregadas ou descoladas dos territórios.

Esse levantamento orientou tanto a delimitação conceitual do estudo quanto a definição de dimensões analíticas sensíveis às desigualdades de acesso, produção e circulação da informação.

TIPO DE LITERATURA	OBJETIVO NO DESENHO METODOLÓGICO
Artigos acadêmicos	Mapear conceitos, categorias analíticas e debates teóricos sobre informação, desinformação, fake news e educação midiática, identificando consensos, dissensos e lacunas metodológicas.
Relatórios de institutos de pesquisa e think tanks	Identificar indicadores utilizados, metodologias aplicadas e padrões de mensuração do consumo de informação e da desinformação, com foco em aplicabilidade empírica.
Estudos e publicações de organismos multilaterais	Compreender abordagens normativas, diagnósticos comparativos e recomendações de políticas públicas relacionadas à desinformação, acesso à informação e educação midiática
Pesquisas aplicadas e diagnósticos territoriais	Analisar experiências metodológicas já testadas em contextos periféricos ou vulnerabilizados, avaliando adequação territorial, linguagem e estratégias de coleta.
Estudos e publicações de organismos multilaterais	Compreender abordagens normativas, diagnósticos comparativos e recomendações de políticas públicas relacionadas à desinformação, acesso à informação e educação midiática
Pesquisas aplicadas e diagnósticos territoriais	Analisar experiências metodológicas já testadas em contextos periféricos ou vulnerabilizados, avaliando adequação territorial, linguagem e estratégias de coleta.

Perguntas-Problema

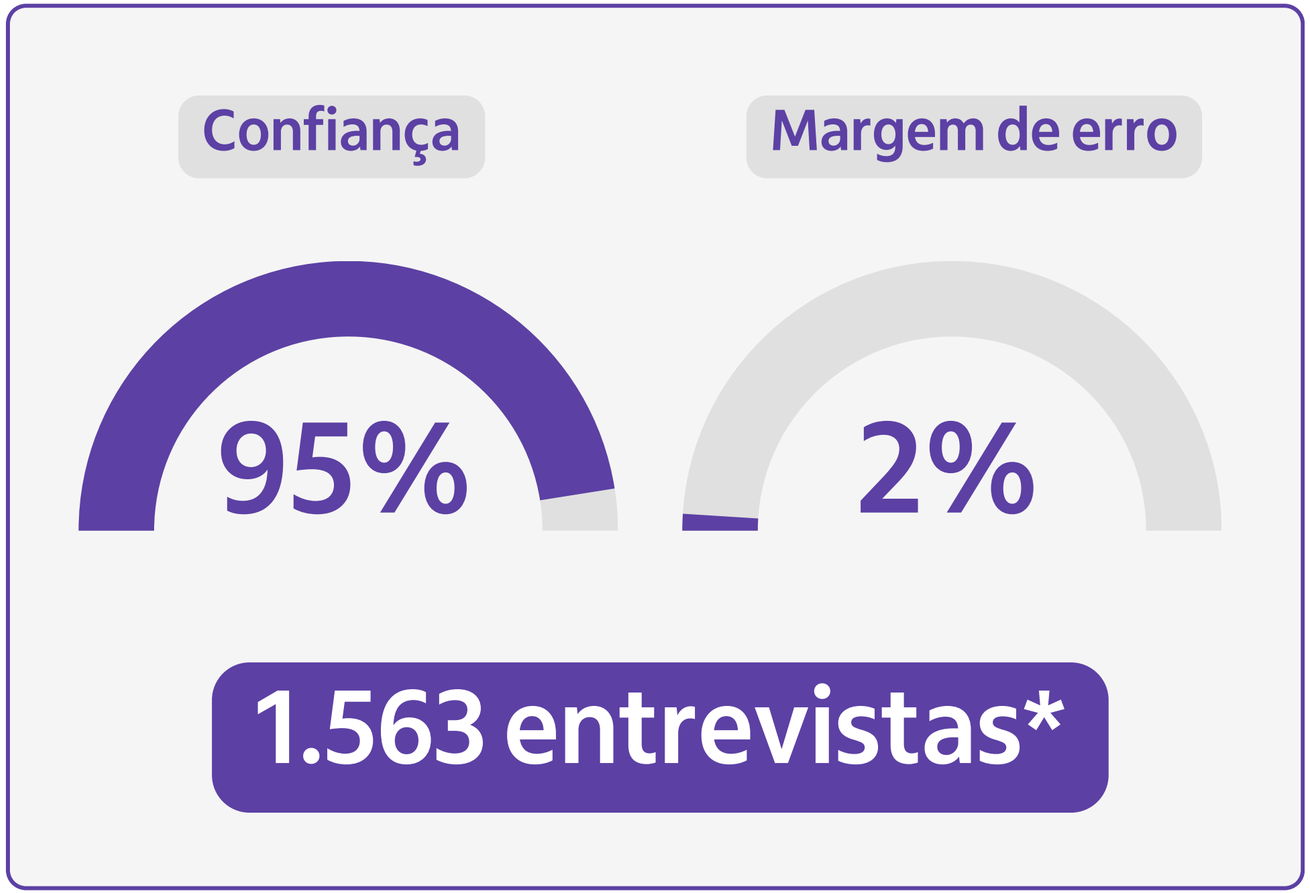
A segunda etapa da metodologia correspondeu à construção de perguntas-problema, concebidas não como um enunciado técnico isolado, mas como um dispositivo pedagógico e político de investigação. Essa etapa foi orientada pela pedagogia da pergunta, tal como formulada por Paulo Freire e aprofundada nas práticas de educação popular desenvolvidas por Tião Rocha, nas quais perguntar é um ato de escuta, reconhecimento de saberes e produção coletiva de sentido, e não apenas um meio para obtenção de respostas.

Inspirada nessa perspectiva, as perguntas-problema da pesquisa foram construídas a partir do diálogo com os territórios e com os sujeitos que produzem e circulam informação no cotidiano. Em vez de partir de hipóteses fechadas ou categorias previamente estabilizadas, o processo buscou identificar quais inquietações reais atravessam as experiências de acesso à informação, exposição à desinformação e formação de repertórios críticos. As perguntas, nesse sentido, operam como síntese provisória de um conjunto de tensões observadas, respeitando a complexidade e a heterogeneidade dos contextos periféricos e indígenas.

Essa opção metodológica se ancora na compreensão freireana de que não há conhecimento neutro, e de que toda investigação carrega escolhas éticas e políticas. Ao dialogar com Tião Rocha, reforça-se a ideia de que boas perguntas nascem da vida concreta, do território e das práticas sociais, e não exclusivamente do campo acadêmico. Assim, as perguntas-problema foram formuladas para provocar reflexão, orientar a construção do instrumental e abrir espaço para respostas que não apenas descrevem a realidade, mas apontam caminhos formativos e estratégicos para o fortalecimento da justiça informacional nos territórios.



Definição de Amostra Geral



*Para efeito de cálculo da amostra, considerando relevância estatística a partir da confiança e margem de erro apresentadas, utilizamos a população brasileira estimada no período de aplicação da pesquisa - 213,4 milhões de pessoas (IBGE, 2025)

- Um nível de confiança de 95% significa que, se a pesquisa fosse repetida inúmeras vezes, em 95% dessas vezes os resultados estariam dentro da margem de erro estabelecida.
- A margem de erro de 2% indica que os resultados da pesquisa podem variar em até 2% para mais ou para menos em relação aos dados reais da população brasileira.

A escolha desses parâmetros são amplamente fundamentada na literatura estatística, uma vez que oferece um nível adequado de confiabilidade sem gerar exigências operacionais excessivas. Bolfarine e Bussab (2005) destacam que um intervalo de confiança de 95% é um padrão estabelecido em ciências sociais e pesquisas de mercado porque reduz o risco de conclusões equivocadas sem exigir um aumento desproporcional da amostra. Freedman, Pisani e Purves (2007) reforçam que a margem de erro de 2% é extremamente aceitável para decisões estratégicas, pois mantém a precisão estatística dentro de um limite considerado seguro para inferências populacionais.

Além disso, para garantir a representatividade e a qualidade da amostra, distribuímos cuidadosamente os dias e horários das entrevistas realizadas. Essa abordagem estratégica permitiu uma visualização mais precisa do perfil real e da diversidade do público presente.

Definição de Amostras por Territórios

Quando a análise é desagregada por cidade, os parâmetros estatísticos são recalculados considerando o tamanho populacional específico de cada município e o volume de entrevistas realizadas em cada território. Nesses recortes, as margens de erro se ampliam, situando-se em torno de 4% para São Paulo e Recife e 5% para Santarém, mantendo-se, em todos os casos, o nível de confiança de 95%. Esses valores permanecem amplamente aceitos na literatura estatística para análises territoriais e comparativas, especialmente em pesquisas sociais aplicadas.

Ainda que as margens de erro sejam maiores do que as da amostra geral, esses recortes mantêm consistência suficiente para interpretações contextualizadas, desde que lidas à luz das características socioespaciais de cada território.

Dessa forma, a pesquisa articula dois níveis complementares de análise: um primeiro, de caráter mais amplo, sustentado pela amostra geral com margem de erro reduzida; e um segundo, territorializado, que possibilita compreender especificidades locais a partir de amostras estatisticamente confiáveis. Essa combinação fortalece o potencial analítico do estudo e reafirma o compromisso com leituras que reconhecem tanto padrões nacionais quanto desigualdades e singularidades territoriais.

CALCULADORA DE AMOSTRAS

RECIFE

TAMANHO DA POPULAÇÃO	MARGEM DE ERRO	GRAU DE CONFIANÇA	TAMANHO DA AMOSTRA
1.488.920	4%	95%	606

SANTERÉM

TAMANHO DA POPULAÇÃO	MARGEM DE ERRO	GRAU DE CONFIANÇA	TAMANHO DA AMOSTRA
331.942	5%	95%	347

SÃO PAULO

TAMANHO DA POPULAÇÃO	MARGEM DE ERRO	GRAU DE CONFIANÇA	TAMANHO DA AMOSTRA
11.451.999	4%	95%	610

Construção do Instrumental de Pesquisa e Teste

A construção dos instrumentos de coleta foi orientada por um conjunto de princípios metodológicos que buscaram equilibrar rigor analítico, clareza comunicacional e aderência territorial. Entre esses princípios, destacam-se a necessidade de fazer escolhas diretamente relacionadas aos objetivos da pesquisa, priorizar aquilo que é efetivamente relevante para a compreensão do fenômeno estudado e evitar instrumentos excessivamente longos ou complexos. A definição das perguntas partiu do entendimento de que cada questão precisa cumprir uma função analítica clara, contribuindo para a produção de dados utilizáveis e consistentes.

Outro eixo central foi o cuidado com a forma de formulação das perguntas. Optou-se por uma linguagem acessível, direta e respeitosa, adequada a diferentes níveis de escolaridade e repertórios culturais. A combinação equilibrada entre diferentes tipos de perguntas — fechadas, semiabertas e abertas — permitiu tanto a produção de indicadores comparáveis quanto a captura de percepções e experiências situadas. Esse equilíbrio foi fundamental para garantir densidade analítica sem comprometer a fluidez da coleta em campo.

A estrutura do instrumental foi organizada em seções temáticas, pensadas como blocos analíticos complementares. A identificação do território e o perfil da pessoa entrevistada cumprem função descritiva e contextual, permitindo análises desagregadas e interseccionais. As seções sobre consumo de informação e mídia, desinformação e fake news e percepção sobre acesso à informação concentram-se nas práticas, experiências e condições estruturais que moldam a relação dos sujeitos com o ecossistema informacional. Já a seção de educação midiática e informação investiga repertórios críticos, aprendizagens e demandas formativas, conectando diagnóstico e perspectiva de ação.

Por fim, a inclusão de um espaço para observações finais reforça o caráter qualitativo e reflexivo do instrumento, permitindo registrar elementos que escapam às categorias previamente definidas. O conjunto das seções foi concebido como um percurso lógico de escuta, que parte da caracterização do sujeito e do território, avança pelas práticas e percepções informacionais e culmina na reflexão crítica. Essa organização responde à opção metodológica por um instrumental que produza dados confiáveis, comparáveis e, ao mesmo tempo, sensíveis às realidades diversas dos territórios pesquisados.



Formação de Pessoas Pesquisadoras de Campo

A formação das pessoas pesquisadoras de campo foi concebida como uma etapa estruturante da metodologia, garantindo alinhamento conceitual, rigor técnico e postura ética na coleta de dados. O processo formativo partiu da pedagogia da pergunta, enfatizando que a pesquisa começa pela escuta qualificada e pela formulação de questões vivas, conectadas às realidades territoriais. No material de formação, a investigação foi compreendida como um percurso organizado — do problema à devolutiva — no qual cada pesquisador e pesquisadora atua como mediador entre o instrumento e a experiência concreta dos sujeitos entrevistados.

Os treinamentos ocorreram de forma presencial em Recife e São Paulo, reunindo equipes que atuaram diretamente em territórios periféricos urbanos, e também em formato online com a equipe que trabalhou nos territórios de Santarém, respeitando as especificidades logísticas e territoriais. Esses encontros abordaram os fundamentos da pesquisa sobre acesso à informação, desinformação e educação midiática, bem como a compreensão do instrumento de coleta, seus objetivos analíticos e o papel de cada seção no conjunto da pesquisa.

A formação buscou assegurar uniformidade na aplicação do questionário, sem perder a sensibilidade às dinâmicas locais.

Um eixo central da formação foi a abordagem de campo baseada em presença, escuta e cuidado, incluindo técnicas de escuta ativa, construção de confiança e atenção a códigos sociais e possíveis resistências. Também foram trabalhados protocolos de organização dos dados, noções de relatoria e orientações éticas, com destaque para o cumprimento da LGPD e a não coleta de dados pessoais ou sensíveis. Esse conjunto de conteúdos visou qualificar a atuação das equipes de campo, assegurando que a produção dos dados fosse consistente, respeitosa e alinhada aos princípios metodológicos e políticos que orientam a pesquisa.



Pesquisa de Campo

A pesquisa de campo foi realizada por equipes locais compostas por 4 pessoas pesquisadoras em Recife, 4 em São Paulo e 4 em Santarém, distribuídas conforme a escala e as condições operacionais de cada território. Em todos os casos, a coleta contou com suporte de uma coordenação de campo, responsável pela organização logística, garantia de agendas e cronogramas, articulação com atores locais e cuidados relacionados à segurança das equipes. Esse desenho segue recomendações clássicas da pesquisa social aplicada, que destacam a importância da coordenação territorial para reduzir vieses operacionais, assegurar padronização de procedimentos e preservar a integridade das pessoas envolvidas no trabalho de campo (Babbie, 2011; Flick, 2009).

As pessoas pesquisadoras foram selecionadas a partir de critérios de perfil, experiência prévia e relações de confiança com a Coalizão de Mídias, sendo todas vinculadas, de diferentes formas, aos territórios pesquisados. Essa opção metodológica se ancora em abordagens da pesquisa situada e territorializada, que reconhecem que o pertencimento e o conhecimento prévio do contexto contribuem para a qualidade da escuta, a redução de assimetrias simbólicas e a construção de confiança com os respondentes (Bourdieu, 1999; Minayo, 2012).

Ao mesmo tempo, esse vínculo foi mediado por protocolos claros de aplicação do instrumento, justamente para evitar interferências indevidas na condução das entrevistas.

A definição das amostras ocorreu integralmente em campo, por meio de seleção 100% aleatória, respeitando os critérios de elegibilidade definidos no desenho amostral. Essa estratégia buscou equilibrar a dimensão relacional do trabalho territorial com os princípios de validade estatística e redução de vieses de seleção, conforme amplamente discutido na literatura metodológica (Kish, 1965; Creswell, 2014).

A combinação entre equipes territorialmente enraizadas, coordenação de campo estruturada e amostragem aleatória reforça a robustez do processo de coleta, permitindo produzir dados confiáveis, comparáveis e sensíveis às realidades locais, em consonância com uma abordagem crítica e decolonial de produção de conhecimento.



BI e Análise de Dados

A etapa de construção do Business Intelligence (BI) foi concebida como parte integrante do método analítico da pesquisa, e não apenas como um recurso de visualização posterior dos dados. O BI foi estruturado a partir de uma lógica de rastreabilidade, consistência e transparência, garantindo que todo dado apresentado pudesse ser reconstituído desde sua coleta até sua agregação analítica. Ancorar a análise em uma ferramenta de BI permite padronizar procedimentos, reduzir erros de interpretação, documentar decisões metodológicas e assegurar reprodutibilidade, elementos centrais para a confiabilidade dos resultados em pesquisas sociais aplicadas.

Do ponto de vista analítico, o desenho do BI priorizou recortes estruturantes de desigualdade, especialmente território, gênero, raça e idade — este último sempre que estatisticamente pertinente. Esses eixos foram tratados como variáveis analíticas centrais, e não como filtros acessórios. A organização dos painéis e indicadores buscou evidenciar padrões de acesso à informação, exposição à desinformação e capacidades críticas de forma desagregada, permitindo identificar diferenças internas aos territórios e evitar leituras homogêneas que obscurecem assimetrias relevantes.

A utilização de BI também cumpre um papel estratégico na qualificação da análise de dados confiável, ao permitir cruzamentos dinâmicos, visualizações comparativas e validação contínua dos resultados. Essa abordagem favorece leituras interseccionais e amplia a capacidade de interpretação coletiva dos dados, inclusive por atores não especializados, fortalecendo o uso social da informação. Além disso, contribui para a construção de narrativas baseadas em evidências, sustentadas por dados auditáveis e passíveis de atualização ao longo do tempo.

Em um contexto de pesquisa decolonial e contracolonial, privilegiar uma arquitetura de BI orientada por recortes territoriais, raciais, de gênero e geracionais é uma escolha metodológica e política. Essa opção se contrapõe às narrativas dominantes produzidas por médias agregadas e modelos universalizantes, historicamente associados a leituras coloniais da realidade. Ao tornar visíveis desigualdades específicas e experiências situadas, o BI passa a operar como uma infraestrutura de disputa narrativa, capaz de deslocar o “centro” da produção de sentido e reafirmar os territórios como produtores legítimos de conhecimento.



Definindo nossa categoria fundamental de análise

Esta pesquisa parte de uma preocupação central com os territórios periféricos e indígenas, compreendidos não apenas como recortes espaciais marcados por desigualdades socioeconômicas, mas como territórios de produção ativa de sentidos, práticas culturais e formas de vida. O estudo adota um olhar analítico que reconhece as dimensões de raça, gênero e juventudes como categorias estruturantes para a compreensão desses territórios, uma vez que são elas que organizam, tensionam e reconfiguram as experiências cotidianas, os modos de ocupação do espaço e as disputas simbólicas que nele se inscrevem. Longe de operarem como variáveis acessórias, essas dimensões constituem chaves interpretativas fundamentais para compreender como os territórios periféricos e indígenas produzem narrativas próprias, elaboram respostas à violência estrutural e afirmam outras racionalidades sociais, culturais e políticas.

I.

Nesse enquadramento, o termo “centro” é mobilizado de forma deliberadamente instrumental e relacional, não como referência normativa ou horizonte de desenvolvimento, mas como ferramenta analítica de contraste, necessária para explicitar as assimetrias históricas de vioência e de poder, reconhecimento e legitimidade que atravessam a produção do espaço urbano e social. A comparação com o “centro” visa aprofundar a leitura das narrativas produzidas nos territórios periféricos e indígenas, evidenciando como estas se constroem em tensão com categorias hegemônicas, ao mesmo tempo em que as deslocam, ressignificam ou recusam. Assim, ao recentrar o olhar sobre os territórios periféricos e indígenas, a pesquisa se posiciona no campo da disputa da linguagem e do conhecimento, afirmando a necessidade de produzir análises ancoradas nas experiências, saberes e práticas que emergem desses territórios, e não na sua permanente comparação deficitária com modelos externos.

II.

No Brasil, a noção de “centro” e territórios periféricos emerge no pensamento social moderno como uma ferramenta analítica para compreender desigualdades estruturais de poder, riqueza e desenvolvimento, inicialmente no plano da economia política internacional. Um dos marcos fundadores dessa perspectiva é a teoria estruturalista latino-americana, formulada no âmbito da CEPAL, especialmente a partir dos trabalhos de Raúl Prebisch (1950).

Nessa abordagem, o “centro” corresponde aos países industrializados, detentores de tecnologia, capital e capacidade de definir os termos do comércio internacional, enquanto a “territórios periféricos” é caracterizada pela especialização produtiva primária, dependência tecnológica e deterioração dos termos de troca. Trata-se de uma leitura sistêmica, que rompe com explicações naturalizantes do subdesenvolvimento e o compreende como resultado de uma estrutura histórica de dependência.

III.

Essa formulação foi aprofundada e radicalizada pela Teoria da Dependência, especialmente nos trabalhos de Andre Gunder Frank, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, e posteriormente Theotonio dos Santos.

Nessa tradição, “centro” e territórios periféricos não são apenas posições econômicas, mas lugares estruturais dentro de um sistema capitalista mundial, no qual o desenvolvimento do “centro” se dá simultaneamente ao subdesenvolvimento da territórios periféricos. A territórios periféricos não é um “atraso” em relação ao centro, mas uma condição funcional à sua reprodução.

Essa leitura desloca a análise para as relações de poder, para a mediação dos Estados nacionais e para a forma como as elites locais se articulam ao capital internacional, consolidando desigualdades territoriais internas e globais.

IV.

No campo dos estudos urbanos e regionais, a noção de “centro” e territórios periféricos foi apropriada para analisar a organização espacial das cidades, sobretudo a partir da sociologia urbana e da geografia crítica. Autores como Manuel Castells, Henri Lefebvre e, no contexto brasileiro, Milton Santos, demonstraram que a lógica “centro”-territórios periféricos se expressa na produção desigual do espaço urbano, na concentração de infraestrutura, serviços, oportunidades e poder decisório em determinadas áreas da cidade. A territórios periféricos urbana passa a ser entendida como produto direto das dinâmicas do capital, do planejamento seletivo do Estado e da segregação socioespacial. Essa tradição consolidou a leitura de que “centro” e territórios periféricos são categorias históricas, relacionais e politicamente produzidas, e não simples descrições geográficas.

Na obra de Milton Santos, a relação entre “centro” e territórios periféricos adquire densidade analítica ao ser compreendida como expressão da produção desigual do espaço no interior do capitalismo dependente e, posteriormente, da globalização. Para o autor, o espaço não é um mero suporte neutro das relações sociais, mas um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, historicamente produzidos e apropriados de forma desigual. O “centro” se constitui como o espaço onde se concentram os fixos mais densos, modernos e estratégicos — infraestrutura, serviços especializados, informação, capital financeiro e capacidade de comando — enquanto a territórios periféricos é marcada por uma menor densidade técnica, maior precariedade de serviços e pela subordinação funcional aos fluxos que emanam do “centro”. Essa desigualdade não decorre de uma suposta incapacidade intrínseca dos territórios periféricos, mas da forma como o meio técnico-científico-informacional se implanta de maneira seletiva, orientado pelas necessidades do capital e pela ação do Estado.

Milton Santos enfatiza que a territórios periféricos é, simultaneamente, espaço da escassez e da criatividade, onde se desenvolvem práticas econômicas e sociais não plenamente capturadas pela racionalidade dominante, como o circuito inferior da economia urbana, responsável por garantir a sobrevivência cotidiana de grande parte da população.

Ao mesmo tempo, o “centro” urbano e econômico opera como espaço do circuito superior, articulado às grandes empresas, às finanças e às redes globais de poder.

Essa leitura revela que “centro” e territórios periféricos não são pólos fixos ou geograficamente estáveis, mas posições relativas dentro de uma totalidade espacial em permanente transformação, produzidas por decisões políticas, lógicas técnicas e interesses econômicos.



Ao afirmar o espaço como instância ativa da sociedade, Milton Santos desloca o debate de “centro” e territórios periféricos de uma descrição morfológica para uma crítica estrutural, evidenciando como a organização territorial reproduz desigualdades, mas também abriga potenciais de uso contra-hegemônico do espaço, especialmente nos territórios periféricos, onde a vida cotidiana resiste e reinterpreta a ordem imposta pelo “centro”.

V.

Em diálogo crítico com a leitura estrutural de Milton Santos, a obra de Antônio Bispo dos Santos (Nego Bispo) radicaliza o debate ao deslocar a análise da produção desigual do espaço para o campo da linguagem como tecnologia central da colonização. Para Nego Bispo, a colonização não se efetiva apenas pela expropriação territorial ou pela reorganização material do espaço, mas, sobretudo, pela imposição de um regime de nomeação que redefine mundos, apaga cosmologias e reorganiza a vida a partir de categorias externas. O que se convencionou chamar de “centro” e territórios periféricos pode ser lido, nessa chave, como parte de um jogo colonial de contrários, no qual palavras aparentemente neutras operam como instrumentos de hierarquização e desterritorialização. Ao nomear, o colonialismo não descreve: ele substitui, desloca e rompe continuidades históricas, convertendo territórios vivos em categorias administrativas e identidades plurais em posições subalternas dentro de uma ordem imposta.

Esse processo fragmenta os vínculos entre espaço, memória, espiritualidade e modo de vida, produzindo o que Nego Bispo identifica como uma violência cosmológica, na qual o território deixa de ser relação para se tornar objeto.

Nesse sentido, a disputa em torno das categorias “centro” e territórios periféricos não é apenas conceitual, mas ontológica e política. Nego Bispo argumenta que o colonialismo opera uma guerra permanente de denominações, na qual renomear é uma forma de desencantar o mundo, arrancando dele seus sentidos originários para reinscrevê-lo em uma lógica funcional ao projeto colonial-moderno. O apagamento da memória não se dá pela simples destruição do passado, mas pela sua reorganização semântica, que impede a recomposição das continuidades históricas e espirituais dos povos e territórios colonizados. Diante disso, a contracolonização se afirma como prática de enfrentamento que recoloca a linguagem no centro da luta política, não para criar novas categorias universalizantes, mas para desestabilizar as palavras coloniais, enfraquecê-las, inverter suas pretensões de neutralidade e reinscrever o território como lugar de vida, relação e sagrado. Assim, disputar a linguagem torna-se condição fundamental para desmontar a hierarquia “centro”–territórios periféricos, não apenas como arranjo espacial, mas como dispositivo colonial que organiza o mundo, define o que conta como conhecimento e delimita quem pode nomear a realidade.



Ainda neste debate, os conceitos de “centro” e territórios periféricos formulados pela CEPAL, por exemplo, podem ser lidos como inscritos na gramática colonial do desenvolvimento. Embora a teoria estruturalista latino-americana tenha denunciado as assimetrias do sistema econômico internacional, ela mantém como horizonte normativo a integração da territórios periféricos aos padrões do “centro”, preservando intacta a lógica civilizatória que produziu a desigualdade. Para Nego Bispo, essa operação é problemática porque aceita, como ponto de partida, as categorias coloniais de progresso, modernização e crescimento econômico, tratando os territórios periféricos como espaços “incompletos” ou “insuficientemente desenvolvidos”, e não como territórios portadores de cosmologias próprias, modos de vida legítimos e racionalidades não capitalistas.

Ao adotar a linguagem do “centro” para criticar o “centro”, a CEPAL, ainda que de forma contra-hegemônica, acaba por reforçar a centralidade epistemológica do projeto colonial-moderno, convertendo a diversidade territorial em variável econômica e reduzindo a vida à produtividade. Nessa chave, a crítica de Nego Bispo aponta que a superação da condição periférica, tal como formulada pela CEPAL, implica uma violência simbólica: exige que os territórios abandonem seus próprios nomes, ritmos e relações com a terra para se adequar a um modelo externo de existência.



VI.

É nesse campo crítico, que compreende o espaço como produção histórica, a linguagem como tecnologia colonial e a nomeação como forma de violência simbólica, que se insere a contribuição de Tiganá Santana, ao propor uma reorganização semântica orientada por epistemologias afrodiaspóricas. Em diálogo com cosmologias africanas, especialmente de matriz bantu-kongo, Tiganá evidencia que a violência colonial não opera apenas pela expropriação material, mas pela desarticulação entre palavra, corpo, território e sagrado, produzindo categorias que destituem os territórios de seus sentidos próprios. A partir dessa chave, a oposição "centro"–territórios periféricos pode ser lida como um dispositivo linguístico que naturaliza hierarquias e impõe uma gramática abstrata sobre territórios marcados por experiência, memória e relação. Ao afirmar os territórios periféricos como espaços de produção de linguagem, som, estética e conhecimento, essa perspectiva desloca a territórios periféricos da condição de falta ou subordinação e a reinscreve como território de elaboração civilizatória, onde persistem e se reinventam cosmopercepções não hegemônicas.

Assim, esta pesquisa assume deliberadamente a denominação ***territórios periféricos*** não como categoria descritiva neutra, mas como escolha política e epistemológica, que reconhece esses territórios como espaços racializados, historicamente subalternizados, mas centrais na produção de sentido, cultura e formas de vida.

Ao dialogar com esse contexto, a pesquisa se posiciona no campo da disputa da linguagem, recusando a neutralidade das categorias coloniais e afirmando a necessidade de nomear o território a partir de suas próprias práticas, memórias e racionalidades.

Ainda nesta perspectiva, a opção por grafar "centro" sempre **entre aspas** não é meramente estilística, mas uma operação político-semântica consciente, inspirada nas tradições afrodiaspóricas, indígenas e quilombolas que reconhecem a linguagem como campo de guerra e de disputa cosmológica, como já afirmamos. As aspas funcionam aqui como gesto irônico, no sentido profundo que a ironia assume nessas matrizes de pensamento: não como humor leve ou distanciamento retórico, mas como ferramenta de desmascaramento, capaz de expor a artificialidade das categorias coloniais que se pretendem universais. Ao ironizar o "centro", revela-se seu caráter histórico e situado como espaço de hegemonia racial, epistêmica e institucional, e não como referência natural de organização do mundo. Em diálogo com a noção de decolonização e contracolonização, com as cosmopercepções afrodiaspóricas mobilizadas por Tiganá Santana e com epistemologias indígenas que compreendem o nome como ato criador e destruidor de mundos, a ironia opera como uma estratégia de enfraquecimento da palavra colonial, retirando dela sua pretensão de neutralidade e autoridade.

Assim, ao manter o "centro" permanentemente entre aspas, o texto não apenas questiona sua legitimidade, mas o reinscreve como objeto de crítica, deslocando-o do lugar de referência normativa para o de categoria problemática, cuja função principal é evidenciar, por contraste, a potência narrativa, ontológica e política dos territórios periféricos.

VII.

Por fim, optamos por tratar territórios indígenas como territórios que não cabem na oposição "centro"–territórios periféricos porque antecedem historicamente o projeto colonial que produziu essa gramática. Diferente dos territórios periféricos urbanos — que emergem em relação direta com a cidade colonial e capitalista — territórios indígenas expressam outras ontologias de território, baseadas em relações de parentesco, ancestralidade, circularidade do tempo e inseparabilidade entre terra, corpo e espiritualidade. Nesse sentido, "centro" e territórios periféricos aparecem, a partir dos territórios indígenas, como categorias tardias, externas e coloniais, incapazes de descrever mundos que não se organizam pela lógica da acumulação, da hierarquia espacial ou da abstração administrativa.

A presença dos territórios indígenas no debate opera como uma crítica viva ao "centro", ao evidenciar que sua pretensa centralidade é construída sobre o apagamento sistemático de outros modos de existir.

Ao contrário dos territórios periféricos, que são constantemente empurrados a dialogar com o “centro” como referência comparativa para ressaltar suas características negativas, territórios indígenas não reconhecem o “centro” como centro, pois suas cosmologias não o colocam no horizonte de sentido. Essa recusa não é ausência de política, mas uma política outra, que desestabiliza a hierarquia colonial ao afirmar a terra como sujeito, o território como relação e o conhecimento como prática coletiva e situada.

A inserção dos territórios indígenas como categoria estruturante nesta pesquisa - ao lado dos territórios periféricos - fundamenta-se teoricamente na crítica radical formulada por Ailton Krenak ao projeto colonial-moderno de mundo, particularmente à noção de humanidade universal, progresso e desenvolvimento que sustenta as hierarquias espaciais e epistêmicas expressas na oposição “centro”–territórios periféricos. Para Krenak, o colonialismo não apenas expropriou territórios, mas instituiu uma monocultura do pensamento, que separa humanidade e natureza, linguagem e mundo, território e vida.

Nesse sentido, territórios indígenas não podem ser compreendidas como “territórios periféricoss” do sistema urbano-industrial, pois operam a partir de outras ontologias territoriais, nas quais a terra é sujeito, a memória é coletiva e o conhecimento é inseparável do modo de viver, como afirmamos anteriormente.

Ao inserir territórios indígenas neste debate, a pesquisa desloca o eixo analítico da crítica à desigualdade para uma crítica mais profunda à própria forma colonial de organizar o mundo, reconhecendo esses territórios como espaços que não apenas resistem, mas desautorizam conceitualmente a centralidade do “centro” enquanto referência normativa.

VIII.

A opção por realizar pesquisas em territórios indígenas e territórios periféricos constitui, portanto, uma escolha decolonial por um lado e, contracolonial, por outro, desde a origem, que recusa a neutralidade metodológica e assume que toda produção de conhecimento é situada. Inspirada em Krenak, esta pesquisa parte do entendimento de que a narrativa científica não se constrói apenas a partir dos métodos empregados, mas, sobretudo, a partir da seleção dos territórios e das vozes que produzem sentido. Ao eleger territórios indígenas e territórios periféricos como campos prioritários de investigação, o estudo afirma uma inversão do olhar: não se trata de aplicar categorias externas a esses territórios, mas de permitir que suas cosmologias, práticas e experiências reorganizem o próprio campo da análise. Assim, a narrativa produzida não emerge do “centro” em direção às margens, mas da multiplicidade de territórios decoloniais e contracoloniais que, ao serem tomados como ponto de partida, desestabilizam a gramática colonial do conhecimento e afirmam outras possibilidades de mundo, de ciência e de futuro.



Distribuição socioespacial da amostra

Síntese temática

Distribuição socioespacial da amostra

O território não é apenas o lugar onde as pessoas vivem, mas um elemento que estrutura seus modos de vida, suas referências culturais e a forma como constroem suas rotinas informacionais. As oportunidades de circulação, os vínculos com o espaço, o acesso aos serviços e a vivência em si influenciam diretamente como cada sujeito busca, recebe e atribui sentido às informações.

A aplicação da pesquisa se dá em territórios com dinâmicas socioespaciais extremamente distintas entre si: Recife, Santarém e São Paulo. Esta seção busca contextualizar essas características, tendo como ponto de partida as perguntas sobre cidade de aplicação, tipo de território e território de aplicação, com objetivo de compreender o chão onde se forma o consumo informacional das pessoas entrevistadas.

PERSPECTIVAS DE ANÁLISE DESTA SEÇÃO

Com as amostras coletadas em São Paulo, Recife e Santarém, a pesquisa reúne três territorialidades que expressam a complexidade do país e seus diferentes modos de produzir e viver o espaço.

Ao todo, foram realizadas **1.563** entrevistas, distribuídas entre **Santarém (22,20%), Recife (38,77%) e São Paulo (39,03%)**. Essa distribuição não apenas amplia o alcance geográfico da análise, mas também aproxima a pesquisa e permite a investigação de realidades múltiplas, atravessando metrópoles, capitais nordestinas e territórios indígenas amazônicos, permitindo captar como diferentes formas de organização do espaço moldam a circulação da informação no cotidiano.

Para compreender esses contextos, é importante distinguir duas perguntas centrais do questionário. A primeira trata do território onde a pesquisa foi aplicada, sempre registrado pelo pesquisador a partir do local exato de coleta, como distritos, bairros, comunidades ou territórios indígenas. Essa marcação permite mapear o território da presença, isto é, o espaço concreto onde o entrevistado foi encontrado, revelando padrões de deslocamento, permanência e uso da cidade que estruturam a relação com a informação.

A segunda pergunta se refere ao território onde a pessoa mora, trazendo uma camada de análise distinta que conecta o espaço habitado às trajetórias individuais e às condições materiais de vida.

Nas próximas páginas, analisaremos a pergunta “em que tipo de território você mora”, cuja classificação, como indígena, quilombola, rural ou urbano, é indicada pelo próprio entrevistado.

Essa tipologia não necessariamente corresponde às categorias formais utilizadas por órgãos oficiais, tanto porque as distinções técnicas entre esses tipos de território nem sempre são claras para a população em geral quanto porque as pessoas tendem a nomear o lugar onde vivem a partir de suas experiências cotidianas.

Desse modo, a resposta pode expressar ao mesmo tempo o território vivido e uma percepção imprecisa sobre o enquadramento administrativo do local. Essa ambiguidade metodológica é fundamental para a leitura dos dados, pois mostra que a autoidentificação territorial acrescenta informações relevantes sobre como o sujeito compreende seu espaço.

Nº DE PESSOAS ENTREVISTADAS POR CIDADE



RECIFE 38,77% da amostra

606 entrevistas



SANTARÉM 22,20% da amostra

347 entrevistas



SÃO PAULO 39,03% da amostra

610 entrevistas

RETRATO SOCIOTERRITORIAL: RECIFE

Estruturada a partir do litoral, estuários e do porto, Recife é uma metrópole regional nordestina, exercendo a função de articulação dos serviços, comércio e administração a partir de um território pequeno, denso e integralmente urbanizado. Com 1.488.920 habitantes em apenas 218,8 km², a cidade apresenta uma ocupação intensiva do solo, que limita as possibilidades de expansão e intensifica conflitos territoriais.

A produção do seu espaço é profundamente condicionada por sua base físico-ambiental. A incorporação histórica de áreas de mangue, ilhas e margens de rios ao tecido urbano ocorreu por meio de aterros, canalizações e obras de infraestrutura, produzindo um território altamente vulnerável a inundações, alagamentos e eventos climáticos extremos. Os territórios periféricos se formaram sobretudo em morros, áreas estuarinas e zonas ambientalmente frágeis, onde a ocupação respondeu à escassez de terra e ao encarecimento das áreas centrais e litorâneas. Diferentemente de outras metrópoles, em Recife a segregação socioespacial se expressa menos pela distância e mais pela sobreposição entre densidade urbana, risco ambiental e desigualdade social.

A classificação do município como 100% urbano reforça essa dinâmica. A ausência formal de áreas rurais não elimina desigualdades, mas as internaliza no espaço urbano, produzindo uma cidade onde as disputas por moradia, mobilidade, infraestrutura e acesso à informação se dão em um território saturado. Nesse contexto, a composição racial da população se articula diretamente à distribuição desigual dos riscos e das condições urbanas. A população negra (pretos e pardos) representam cerca de 60% da população recifense segundo o IBGE, concentrando-se majoritariamente em áreas mais expostas a alagamentos, precariedades habitacionais e déficits de infraestrutura, evidenciando a atuação do racismo ambiental como elemento estruturante da produção do espaço da cidade, ao articular de forma sistemática raça, território e vulnerabilidade.

Assim, a lógica “centro”-territórios periféricos se expressa de forma particular, com o encurtamento das distâncias físicas em um território pequeno e integralmente urbanizado, mas marcado pela distribuição desigual de riscos ambientais, infraestrutura e acesso a serviços dentro do próprio espaço urbano.

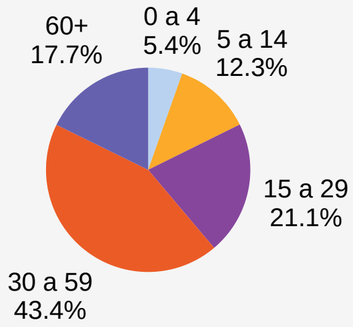
DADOS GERAIS DA CIDADE

Fonte: Censo Demográfico 2022 (IBGE)

1.488.920
habitantes

218,843
Extensão territorial em km²

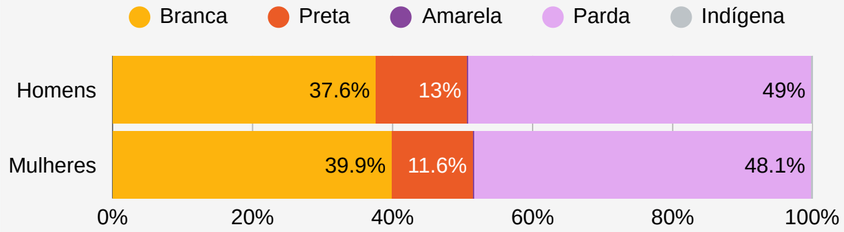
População por faixa etária



População por situação do domicílio



Perfil racial por gênero



Recife na pesquisa

Em Recife, foram entrevistadas 606 pessoas, das quais 578 residem no próprio município. Para categorizar o território a seguir, foi considerado apenas os residentes.

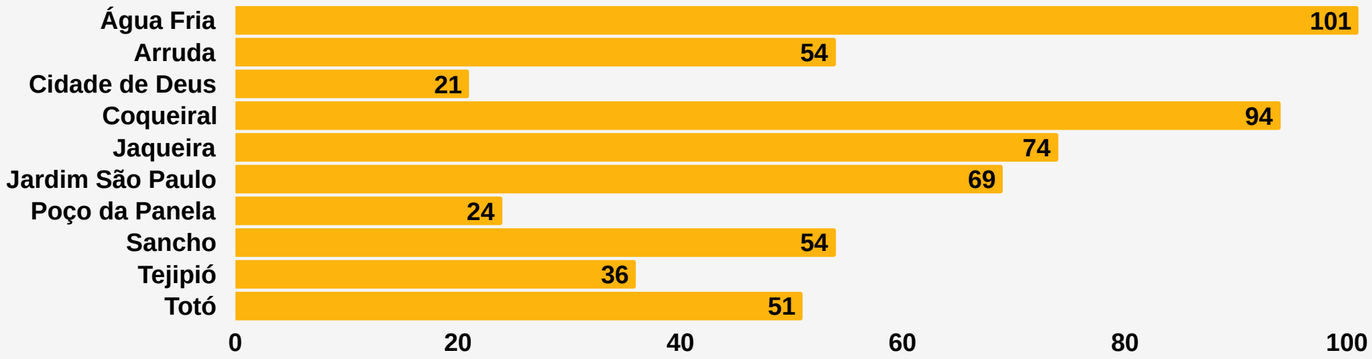
A distribuição das entrevistas no espaço urbano reflete uma decisão metodológica deliberada. A maior parte dos questionários foi aplicada em territórios periféricos, totalizando 332 entrevistas, frente a 173 realizadas em áreas classificadas como “centrais”. Essa priorização está diretamente relacionada ao foco da pesquisa, que toma os territórios periféricos como eixo central de análise do consumo de mídias e informações e se replica também nas demais cidades que compõem o universo da pesquisa. O “centro”, grafado entre aspas conforme explicitado na metodologia, é mobilizado de forma relacional e contrastiva, como contraponto analítico para evidenciar as assimetrias territoriais que estruturam a cidade.

Quando se observa o território de moradia dos entrevistados, essa orientação metodológica se confirma. Do total de residentes em Recife, 422 pessoas declararam viver em territórios periféricos, o que corresponde a cerca de 73% da amostra, enquanto 156 residem em áreas “centrais”, cerca de 27%. A comparação entre o local de aplicação da entrevista e o território de moradia indica que, mesmo com os questionários realizados em áreas “centrais”, uma parcela significativa dos entrevistados reside em territórios periféricos, evidenciando a circulação cotidiana entre diferentes partes da cidade.

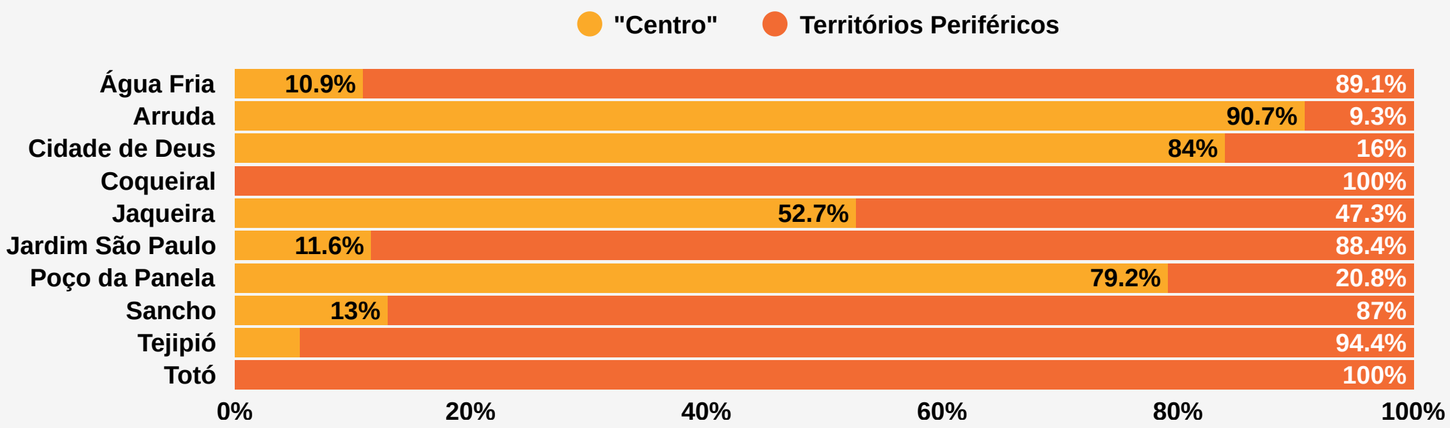
606 entrevistados

578 residentes de Recife

Território em que a pesquisa foi aplicada:



Tipo de território de residência dos entrevistados por local de aplicação:



RETRATO SOCIOTERRITORIAL: SANTARÉM

Localizada no oeste do Pará, próxima a divisa com o Amazonas, Santarém é classificada pela REGIC como capital regional C, exercendo funções de referência administrativa, comercial e de serviços para os municípios do seu entorno. Com 331.942 habitantes distribuídos em um território extenso e de baixa densidade demográfica, Santarém se organiza a partir de um centro urbano concentrado, com pressão de expansão para atender as demandas regionais, em relação direta e contínua com áreas rurais, ribeirinhas e territórios indígenas.

Esse arranjo territorial expressa um padrão histórico de ocupação da região Norte, com núcleos urbanos densos e uma forte dependência dos rios como eixos estruturantes da mobilidade e da vida cotidiana. Segundo o IBGE, 264.507 pessoas vivem na área urbana e 67.435 em áreas classificadas como rurais, o que evidencia a concentração populacional no núcleo urbano. Entretanto, essas categorias administrativas não são suficientes para apreender a complexidade territorial de Santarém, especialmente no que se refere os territórios indígenas. Frequentemente classificadas como rurais nas estatísticas oficiais, territórios indígenas operam segundo lógicas próprias de uso do território e reprodução da vida.

Atualmente, o município abriga 78 territórios indígenas, distribuídas em diferentes áreas do território, além de duas Terras Indígenas demarcadas, Maró e Cobra Grande, que materializam a presença da população indígena como dimensão estruturante da organização territorial local.

A estrutura populacional reforça o caráter relacional do território. Santarém apresenta uma população majoritariamente adulta, com predominância da faixa etária entre 30 e 59 anos, acompanhada por uma presença expressiva de jovens entre 15 e 29 anos, indicando dinâmicas geracionais ativas. A composição racial, segundo a autodeclaração do Censo, é marcada pelo predomínio da categoria parda, que, no contexto amazônico, deve ser lida com cautela, por reunir trajetórias identitárias diversas e evidenciar processos históricos de apagamento, além dos limites das classificações oficiais frente à complexidade étnica do território.

O território é, portanto, atravessado por fluxos urbanos, pressões sobre a terra, disputas ambientais e desigualdades no acesso à informação, ao mesmo tempo em que afirmam modos próprios de organização social, circulação de saberes e produção de sentido.

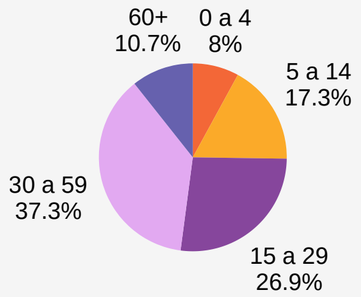
DADOS GERAIS DA CIDADE

Fonte: Censo Demográfico 2022 (IBGE)

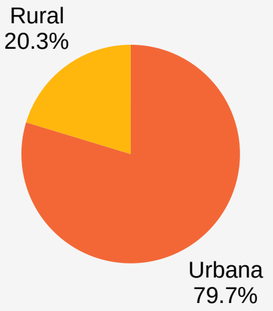
331.942
habitantes

17.899,238
Extensão territorial em km²

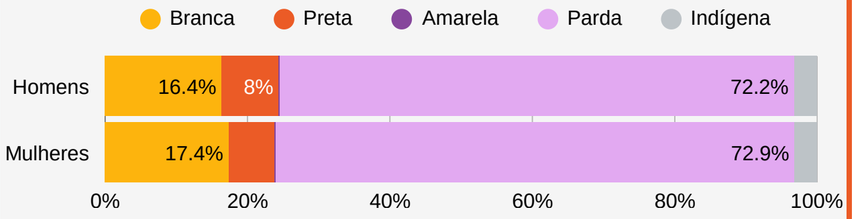
População por faixa etária



População por situação do domicílio



Perfil racial por gênero



Santarém na pesquisa

Em Santarém, a pesquisa reconhece essas sobreposições territoriais e propõe uma leitura situada, fundamental para compreender as práticas informacionais produzidas em Santarém.

Classificados como territórios indígenas, foram realizadas 347 entrevistas em Santarém, todas com moradores do próprio município, o que corresponde a 100% da amostra utilizada para esse território.

Diferentemente das demais cidades da pesquisa, o recorte territorial em Santarém se organiza a partir dos territórios indígenas como categoria central de análise. Nos territórios Arapiun e Kumaruara, essa categoria assume formas específicas. Entre os Arapiun, a organização territorial se estrutura a partir de um conjunto de territórios indígenas articuladas entre si, com forte mobilidade fluvial, circulação cotidiana entre comunidades e uma dinâmica de pertencimento que combina vínculos locais e coletivos mais amplos. Já no território Kumaruara, se apresenta de forma mais concentrada, operando como núcleo central da vida comunitária, política e comunicacional. Essas diferenças não indicam hierarquias, mas expressam modos distintos de organização territorial indígena, fundamentais para compreender como a informação circula, é produzida e compartilhada em cada contexto.

Quando os entrevistados indicam seu território de residência, não se trata apenas de uma referência espacial, mas de uma afirmação de pertencimento a unidades sociopolíticas específicas.

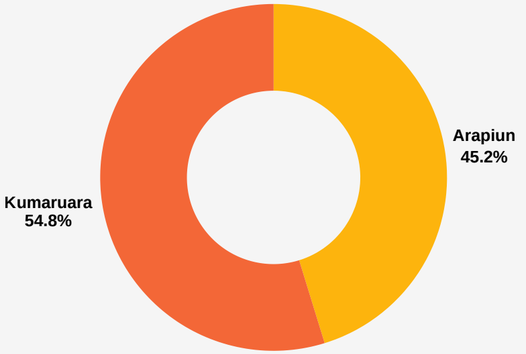
No caso Arapiun, 157 pessoas, correspondentes a cerca de 45% do total de entrevistados em Santarém, se identificaram por território indígena, com 70 moradores do território Nova Sociedade, aproximadamente 20% da amostra, e 87 do território São Pedro, cerca de 25%, evidenciando uma organização territorial descentralizada, na qual a informação circula por meio de deslocamentos entre comunidades, redes de parentesco e práticas coletivas que extrapolam os limites de uma única localidade. Já entre os Kumaruara, 190 entrevistados, cerca de 55% da amostra, se identificaram como moradores do território Kumaruara, reforçando uma dinâmica comunicacional mais centralizada, ancorada em espaços comunitários comuns e em instâncias coletivas de decisão.

Essas diferenças são fundamentais para a leitura dos dados da pesquisa, pois indicam que o consumo e a circulação de mídias nos territórios investigados em Santarém refletiram essas formas de organização dos territórios de aplicação.

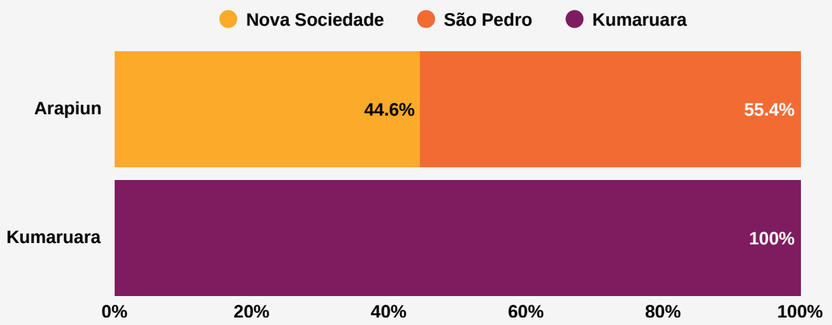
347
entrevistados

347
residentes de Santarém

Território em que a pesquisa foi aplicada:



Território de residência dos entrevistados por local de aplicação:



RETRATO SOCIOTERRITORIAL: SÃO PAULO

Pensando na chave analítica de “centro” - territórios periféricos, São Paulo é uma cidade imprescindível na compreensão dos seus entraves na produção do espaço urbano, sendo o principal nó da economia capitalista brasileira. Classificada pela Rede de Influência das Cidades (REGIC) como grande metrópole nacional, a cidade concentrou, ao longo do século XX, capital humano, infraestrutura produtiva, financeira e logística, tornando-se o principal polo de decisão e comando econômico.

Essa “centralidade” construída orientada pela lógica da acumulação e da produtividade, produziu um território profundamente desigual. Com 11.451.999 habitantes, São Paulo não se organiza como um espaço contínuo, mas como um mosaico de fragmentos urbanos.

A cidade se consolidou como destino de diferentes fluxos migratórios, especialmente de populações nordestinas e negras, desempenhando papéis estruturantes no seu crescimento econômico e urbano. A incorporação dessas populações ao tecido urbano ocorreu de forma seletiva, estruturando uma segregação territorial que fez das territórios periféricoss parte constitutiva do funcionamento da cidade

Hoje, 43% da população paulistana se autodeclara preta ou parda, concentrando-se majoritariamente nos territórios periféricos, onde as desigualdades no acesso a transporte, equipamentos públicos e serviços urbanos permanecem mais evidentes.

Como característica dessa multiplicidade de encontros entre diferentes atores, culturas, subjetividades e territórios, os territórios periféricos da cidade são distintas entre si, com características próprias. A maior parte da população está concentrada nas zonas Leste e Sul da cidade, com a vida urbana se organizando a partir de dinâmicas fortemente marcadas pela distância em relação aos centros histórico e financeiro da cidade, pelos longos deslocamentos cotidianos e pela necessidade constante de articular trabalho, cuidado e circulação em uma metrópole fragmentada, destacando também a presença de territórios rurais e indígenas.

Os territórios periféricos paulistanos se estruturam em torno de redes locais densas, que conectam moradia, trabalho formal e informal, equipamentos públicos, iniciativas culturais e formas próprias de produção e circulação de informação

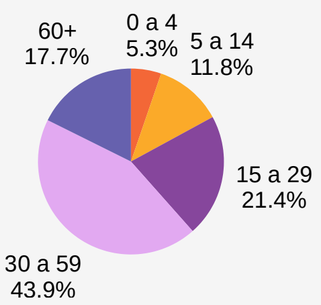
DADOS GERAIS DA CIDADE

Fonte: Censo Demográfico 2022 (IBGE)

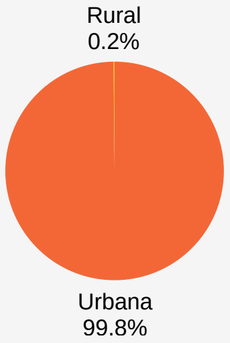
11.451.999
habitantes

1.521,202
Extensão territorial em km²

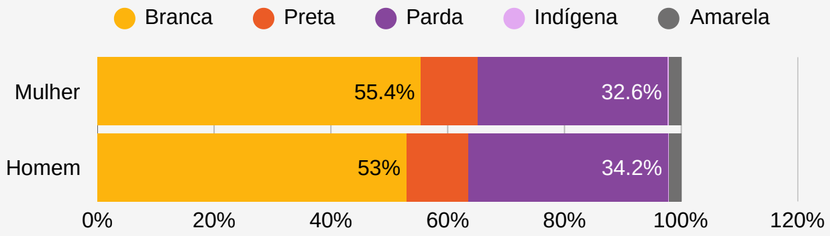
População por faixa etária



População por situação do domicílio



Perfil racial por gênero



São Paulo na pesquisa

610 entrevistados

603 residentes de São Paulo

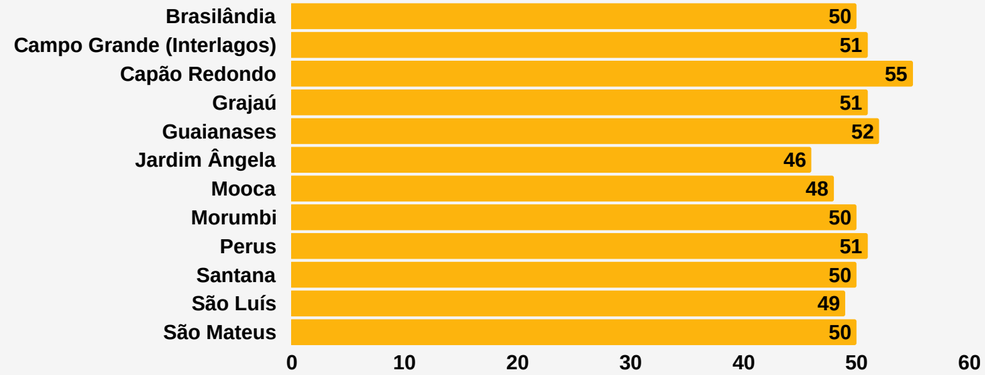
Em São Paulo, a noção de “centro” mobilizada pela pesquisa não se restringe ao centro histórico ou financeiro, mas reconhece a existência de múltiplas centralidades internas que organizam o território municipal e metropolitano. Distritos como Morumbi, Campo Grande (Interlagos), Mooca e Santana exercem funções centrais em diferentes escalas. O Morumbi se articula ao eixo financeiro e institucional da cidade, enquanto Campo Grande (Interlagos) opera como centralidade da zona Sul, estruturando acessos e serviços para territórios periféricos mais distantes. A Mooca cumpre papel semelhante na zona Leste e Santana na zona Norte, especialmente pela conexão com o metrô. Essas centralidades regionais evidenciam que a hierarquização urbana paulistana se dá por camadas, e não por um único polo central.

Foram realizadas 610 entrevistas na cidade e 603 do respondentes residiam no município (uma proporção de 98%), com distribuição equilibrada entre os distritos, em torno de 50 entrevistas por local. Quando observada a relação entre local de aplicação e território de moradia, 65,3% dos entrevistados declararam residir em territórios periféricos (394 pessoas), frente a 34,7% em áreas “centrais” (209 pessoas). Nos distritos periféricos da zona Sul e Leste, essa ancoragem territorial é particularmente expressiva: no Grajaú, 98% dos entrevistados residem em territórios periféricos; em Perus, essa proporção é de 100%; em Capão Redondo, 93%; em Guaianases, 98%; e em São Mateus, 84%. Esses dados indicam territórios onde moradia, circulação cotidiana e práticas informacionais tendem a se organizar prioritariamente a partir do próprio espaço local.

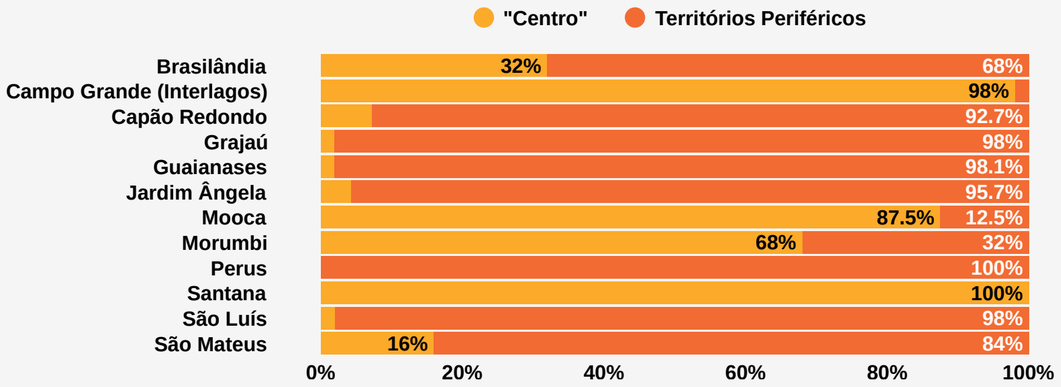
Já nos distritos classificados como “centrais”, observa-se maior heterogeneidade entre local de aplicação e moradia. Na Mooca, 87,5% dos entrevistados residem em áreas “centrais”, enquanto no Morumbi esse percentual cai para 68%, com 32% dos entrevistados morando em territórios periféricos. Em Campo Grande (Interlagos), 98% dos entrevistados residem em áreas “centrais”, evidenciando seu papel como polo regional de acesso para a zona Sul. Santana apresenta 100% de moradores em áreas “centrais”.

Esse desenho evidencia uma cidade articulada por múltiplas centralidades e territórios periféricos interdependentes. As centralidades regionais funcionam como pontos de passagem, trabalho e acesso a serviços, enquanto a vida cotidiana da maioria dos entrevistados se organiza a partir dos territórios periféricos. Essa sobreposição entre morar na territórios periféricos e circular por diferentes “centros” estrutura formas específicas de acesso à informação e às mídias, marcadas por deslocamentos, desigualdades de infraestrutura e pela centralidade das redes locais.

Território em que a pesquisa foi aplicada:



Tipo de território de residência dos entrevistados por local de aplicação:



Territórios como método de análise

Esta seção buscou mais do que contextualizar espacialmente a pesquisa: procurou construir uma chave analítica a partir da qual o consumo de mídias e informações pudesse ser compreendido como prática local, profundamente atravessada pelas formas de produção do território. Ao socioespacializar a investigação, o território deixa de operar como pano de fundo descritivo e passa a ser entendido como instância ativa, que organiza possibilidades concretas de acesso, circulação, pertencimento e produção de sentido.

A escolha por Recife, São Paulo e pelos territórios indígenas em Santarém não responde a uma lógica comparativa abstrata, mas a um gesto analítico que tensiona as categorias clássicas de leitura do espaço. Ao colocar em diálogo uma metrópole regional integralmente urbanizada, uma grande metrópole fragmentada por múltiplas centralidades e territorialidades indígenas amazônicas, a pesquisa desloca a oposição "centro"–territórios periféricos de um esquema fixo para uma relação histórica, política e territorializada.

Nesse movimento, os territórios periféricos urbanos e territórios indígenas não aparecem como exceções, desvios ou margens, mas como pontos de partida legítimos para compreender como a informação circula, é apropriada e ganha sentido no cotidiano.

Em Recife, a leitura territorial evidencia como densidade urbana, risco ambiental e desigualdade social se sobrepõem, produzindo territórios periféricoss inscritas no interior da própria cidade. A experiência urbana recifense é marcada menos pela distância física e mais pela distribuição desigual de infraestrutura, segurança e acesso a serviços, configurando um cotidiano no qual raça, território e vulnerabilidade ambiental se articulam de forma direta. Essas condições incidem sobre os modos de acesso à informação e sobre as práticas informacionais, que se constroem em um espaço urbano saturado, tensionado e profundamente desigual.

Santarém, por sua vez, impõe um deslocamento das categorias urbanas tradicionais. Ao assumir o território indígena como unidade central de análise, a pesquisa reconhece territorialidades que não se organizam a partir da lógica "centro" – territórios periféricos, mas de formas próprias de pertencimento, mobilidade e circulação de saberes. As diferenças entre os territórios Arapiun e Kumaruara evidenciam que não há um único modo indígena de organização territorial ou comunicacional, mas arranjos diversos que estruturam, de maneiras específicas, a produção e a circulação da informação.

Nesse contexto, urbano, rural e indígena se sobrepõem, exigindo uma leitura capaz de apreender essas camadas sem reduzi-las a classificações administrativas.

São Paulo, por fim, explicita a lógica metropolitana em sua forma mais complexa. A cidade se organiza como um mosaico de fragmentos, articulado por múltiplas centralidades que estruturam deslocamentos, acessos e oportunidades. Os territórios periféricos paulistanos, extensos e densamente povoados, funcionam como territórios de ancoragem da vida cotidiana, enquanto os diferentes "centros" operam como espaços de trabalho, circulação e acesso a recursos. Essa hierarquização por camadas produz experiências urbanas profundamente desiguais, nas quais tempo, mobilidade, redes locais e infraestrutura moldam de forma decisiva as práticas informacionais.

Ao colocar essas realidades em relação, a pesquisa evidencia que o consumo de mídias e informações não pode ser compreendido de maneira homogênea ou descontextualizada. As condições materiais de acesso, as formas de organização comunitária, os deslocamentos cotidianos e os regimes de pertencimento territorial produzem modos distintos de buscar, compartilhar e atribuir sentido à informação. Assim, o território não apenas condiciona o consumo informacional, mas participa ativamente de sua produção.

Reafirma-se, portanto, uma escolha analítica e política: compreender os territórios periféricos e indígenas como protagonistas da pesquisa, capazes de reorganizar o olhar sobre mídia, informação e comunicação.

É a partir desse chão concreto — marcado por desigualdades, mas também por redes locais, saberes e práticas coletivas — que os dados ganham sentido.

Após essa contextualização socioterritorial das cidades e dos territórios investigados, a pesquisa avança, no próximo capítulo, para a análise de quem são as pessoas entrevistadas.

Ao aprofundar o perfil dos respondentes, será possível compreender como características sociodemográficas, raciais, geracionais e territoriais se articulam às práticas de consumo de mídias e informações, qualificando a leitura dos dados e fortalecendo a análise comparada entre as diferentes realidades estudadas.



Perfil das pessoas entrevistadas

Síntese temática

Perfil das pessoas entrevistadas

Assim como o território molda modos de vida e práticas informacionais, as características sociodemográficas dos entrevistados também configuram perspectivas, repertórios e maneiras de significar o mundo. Idade, raça, gênero, religião e faixa de renda não são apenas marcadores individuais: são dimensões que atravessam experiências, definem posições sociais e estruturam tanto o acesso quanto a relação que cada pessoa estabelece com a informação.

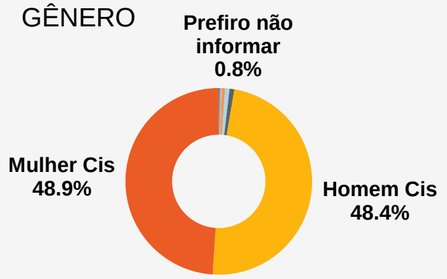
Ao apresentar o perfil da amostra, buscamos compreender quem são os sujeitos que participam deste estudo, reconhecendo a pluralidade de trajetórias que compõem o conjunto da pesquisa. Esta caracterização funciona como um pano de fundo essencial para interpretar nuances de comportamento, desigualdades de acesso e dinâmicas de consumo informacional observadas ao longo das entrevistas

Perfil de Pessoas Entrevistadas

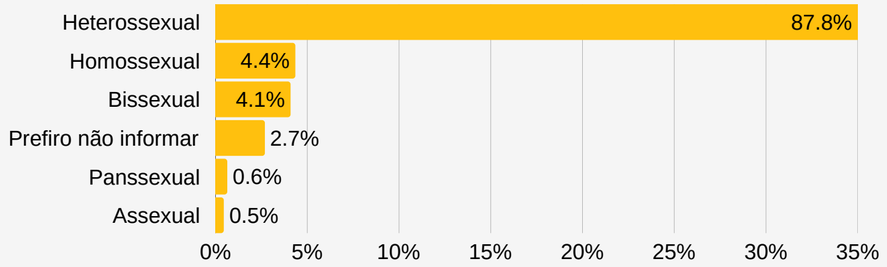
TOTAL:

1.563

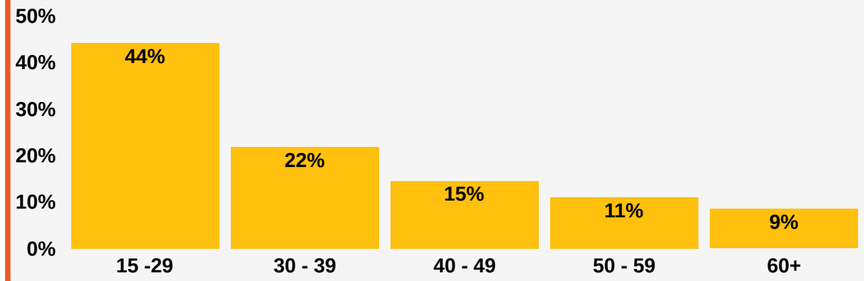
GÊNERO



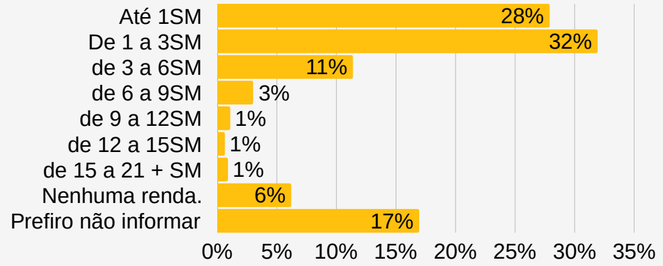
ORIENTAÇÃO SEXUAL



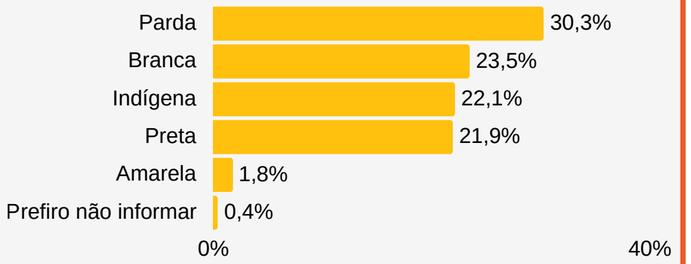
FAIXA ETÁRIA



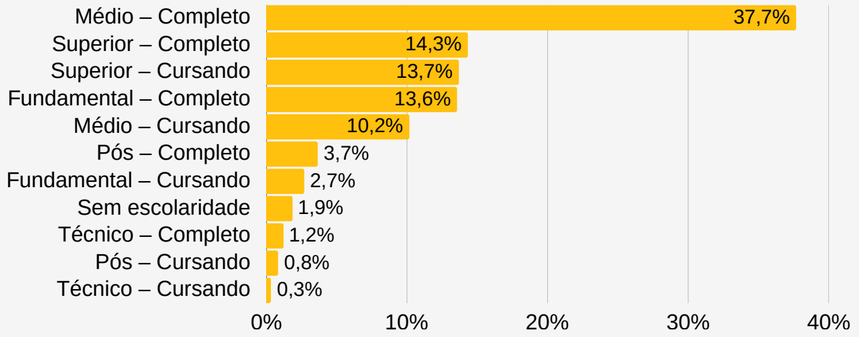
RENDA MÉDIA BRUTA FAMILIAR



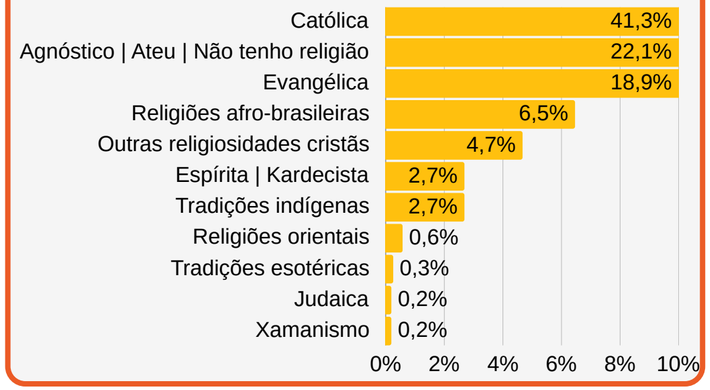
RAÇA/COR



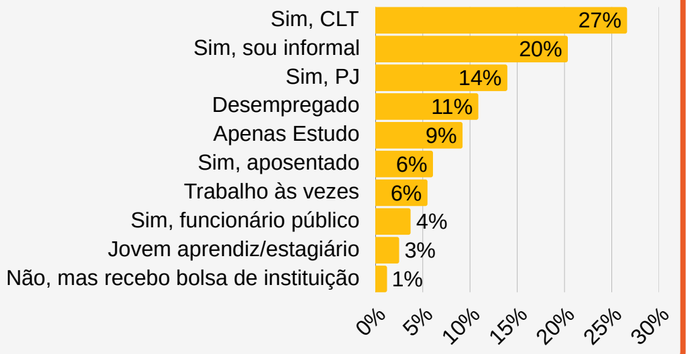
ESCOLARIDADE



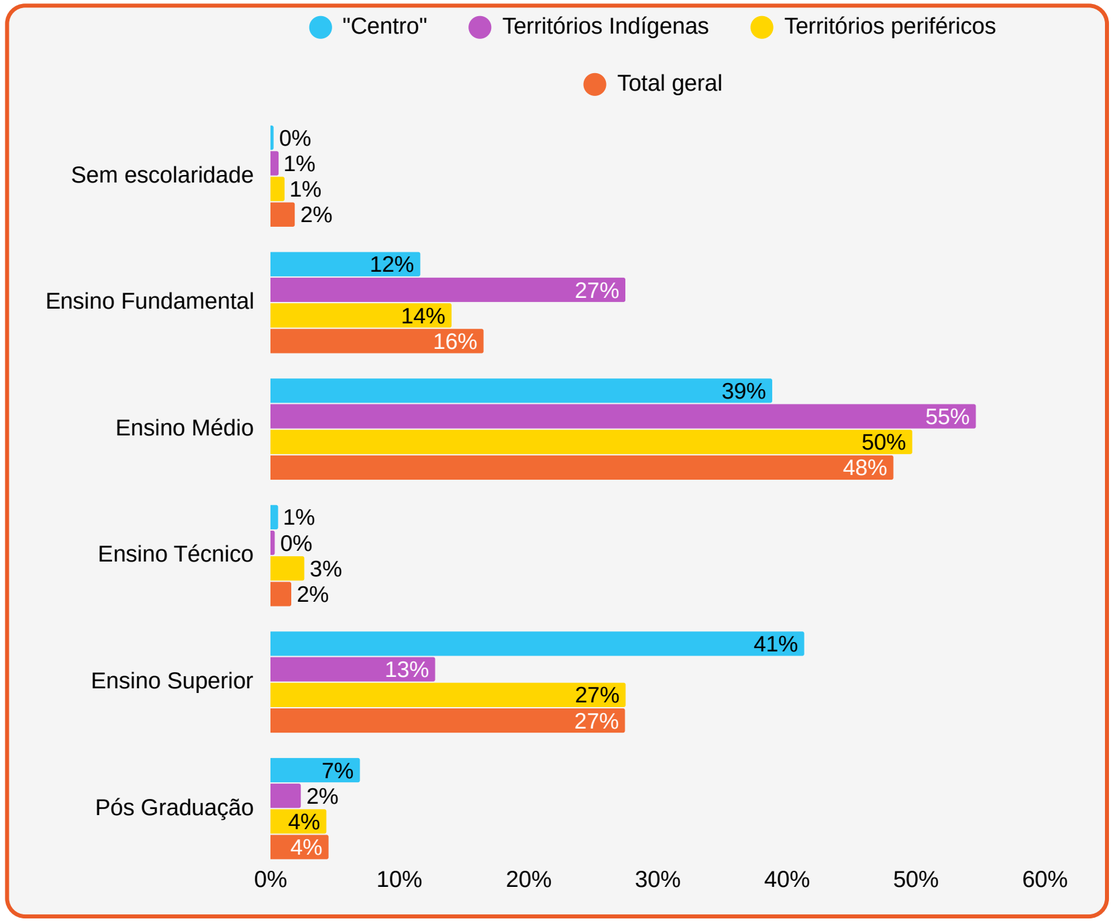
RELIGIÃO



SITUAÇÃO PROFISSIONAL



Recortes Comparativos: Escolaridade x Tipo de Território

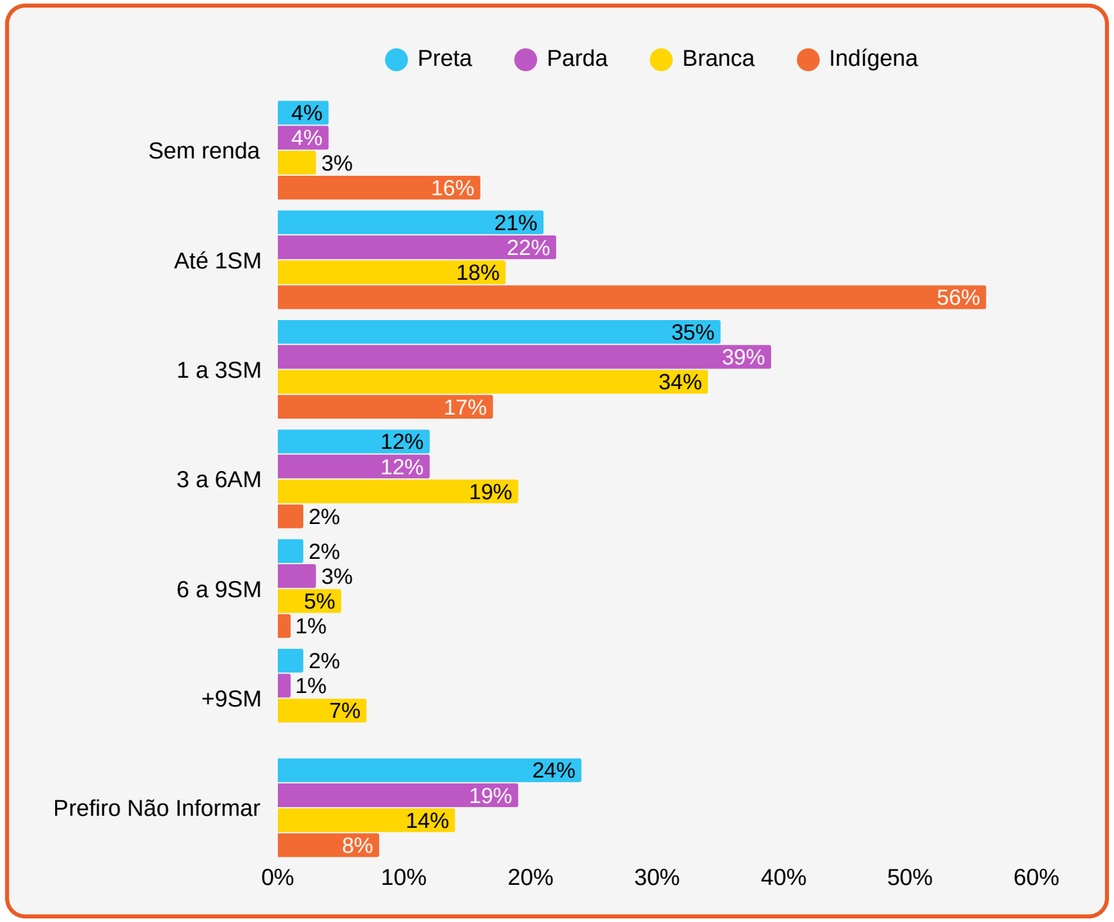


A partir da comparação entre escolaridade e categoria de território, observa-se que os números de entrevistados sem escolaridade são baixos, reforçando que, nos contextos analisados, a escolarização básica está presente na grande parte das trajetórias. Nos territórios periféricos e indígenas, **predomina o ensino médio como grau mais comum, alcançando 55% e 50%, respectivamente**. Na contra mão, o ensino técnico aparece em proporções mínimas (0% nos territórios indígenas, 3% nos territórios periféricos e 1% em “centros”), entretanto cabe fazer o paralelo de que essa modalidade de escolarização chega com maior intensidade nas territórios periféricos como uma possibilidade articulação entre o acesso aos estudos e a entrada no mercado de trabalho.

A educação básica ainda é pilar das trajetórias educativas nos territórios indígenas, atingindo 27% da amostra. **Já o acesso ao ensino superior apresenta 27% nos territórios periféricos e 13% nos territórios indígenas, revelando que uma significativa parcela dessas populações acessou a escolarização para além dos níveis básicos e médio**. Esses números indicam trajetórias potenciais de mobilidade educativa, mas também apontam limites estruturais: a desigualdade de oportunidades, a disponibilidade de recursos e a necessidade de articulação com instituições externas moldam e restringem essas possibilidades.

E, como expressão relacional, nos “centros”, o ensino superior alcança 41% e a pós-graduação, em seu maior índice, 7% da amostra, evidenciando a concentração de recursos e oportunidades em pontos específicos do espaço urbano.

Recortes Comparativos: Renda x Raça

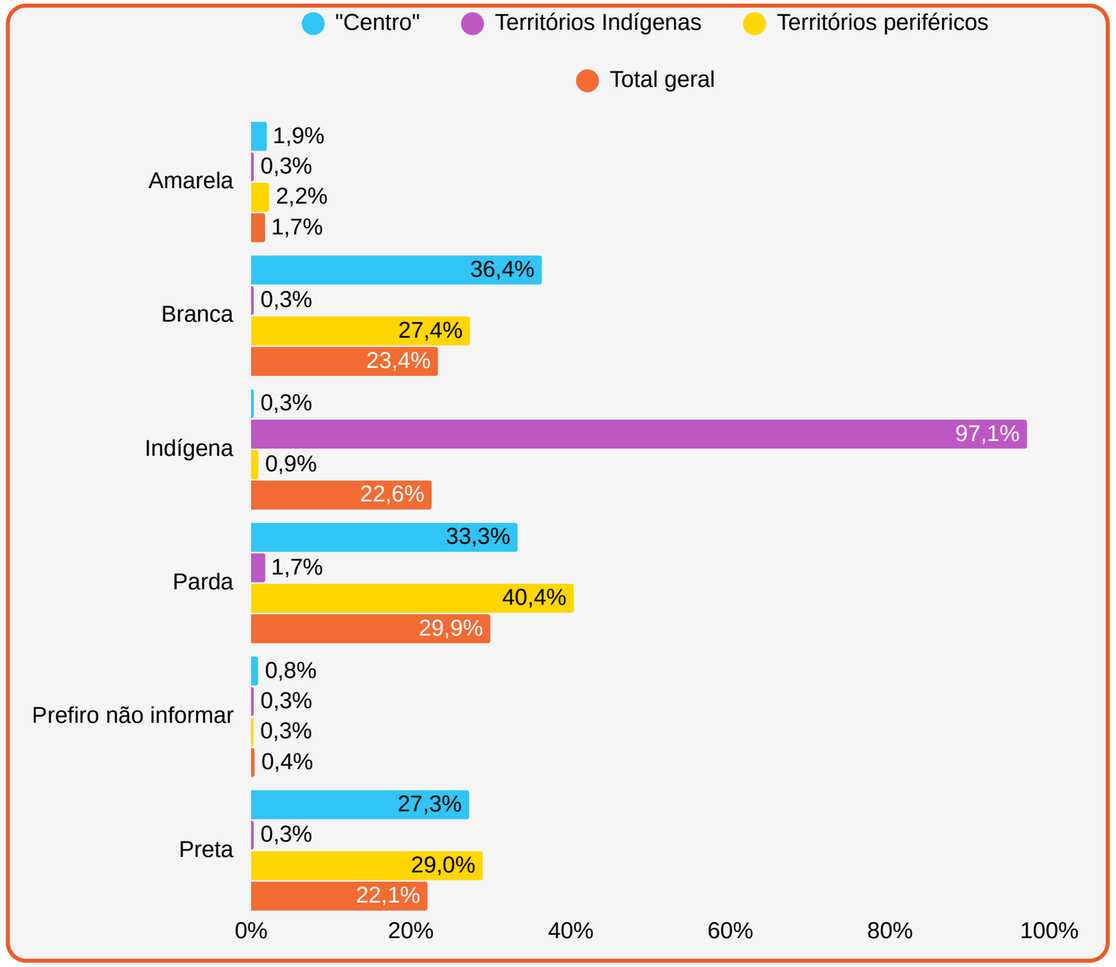


A distribuição de renda por raça e cor evidencia a persistência de desigualdades econômicas racializadas nos territórios analisados. Entre pessoas pretas e pardas, mais de 40% concentram-se nas faixas de até um salário mínimo (SM) ou sem renda, enquanto a presença nas faixas acima de três salários mínimos é residual. Ainda que a maior parte esteja situada entre um e três salários mínimos, essa concentração indica a consolidação de um teto de renda, refletindo a inserção predominante dessas populações em ocupações de baixa remuneração e limitada mobilidade econômica, especialmente nos territórios periféricos.

A baixa incidência de pessoas pretas e pardas nas faixas superiores de renda, sobretudo acima de seis salários mínimos, reforça que o acesso aos circuitos mais valorizados da economia permanece restrito e territorialmente concentrado. Esses dados indicam que a renda opera como mecanismo de reprodução das hierarquias raciais, articulando desigualdades históricas de acesso ao trabalho formal, à escolarização e às redes de proteção social, sem que avanços pontuais impliquem ruptura estrutural com esse padrão.

No caso da população indígena, a concentração majoritária nas faixas de até um salário mínimo e sem renda revela tanto a exclusão dos circuitos monetários formais quanto os limites da renda como indicador único de bem-estar em contextos aldeados. A quase ausência nas faixas intermediárias e superiores evidencia a subordinação estrutural dessas populações à lógica econômica dominante, ao mesmo tempo em que tensiona categorias analíticas baseadas exclusivamente no rendimento monetário.

Recortes Comparativos: Raça x Tipo de Território

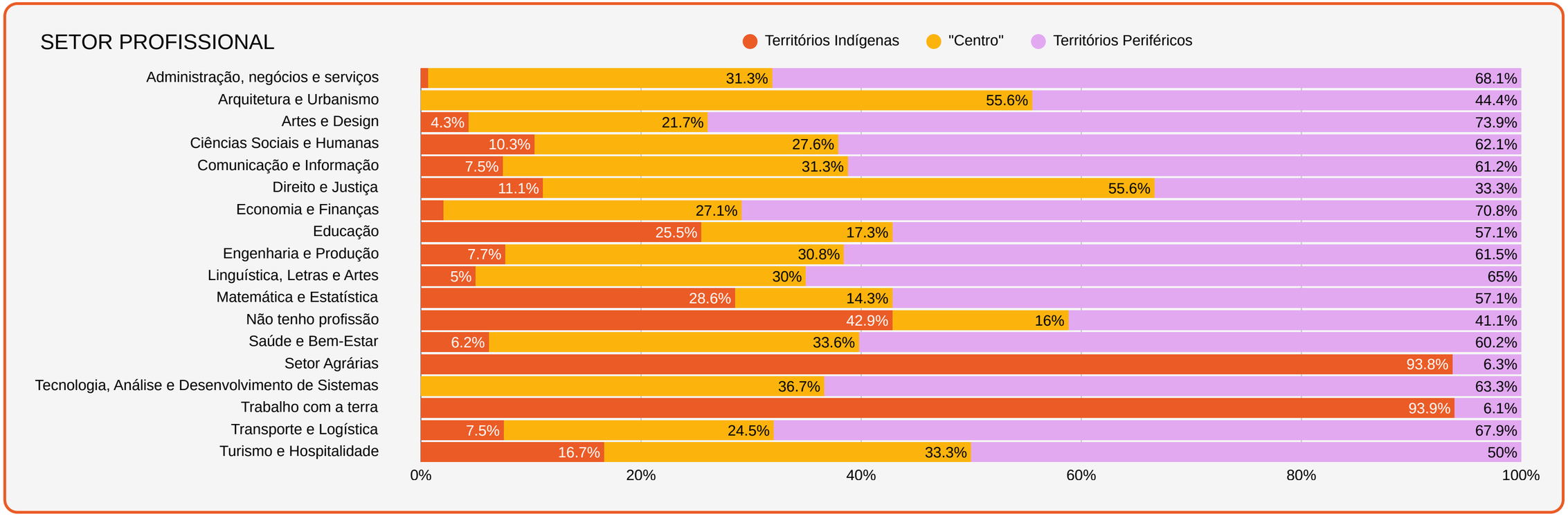


A distribuição racial por tipo de território confirma que a produção dos espaços urbanos analisados é atravessada por hierarquias raciais persistentes. **Nos “centros”, a população branca aparece de forma mais concentrada, representando 36,4% da amostra, enquanto pessoas pretas e pardas, embora majoritárias em termos absolutos, ocupam proporcionalmente menos esses territórios**.

Nos territórios periféricos, a concentração de pessoas pretas e pardas se intensifica, alcançando cerca de 69% da amostra, com destaque para a população parda, reforçando o processo de autoidentificação dos entrevistados no momento da pesquisa. A menor participação relativa de pessoas brancas nesses territórios reforça que a territórios periféricos é o espaço onde se materializa o acesso desigual à cidade que não se dá apenas por renda ou escolaridade, mas é sustentado por processos históricos de racialização do território.

Nos territórios indígenas, a predominância quase absoluta da população indígena, 97,1%, cumpre função analítica distinta no conjunto da pesquisa. Esse dado não exige explicação conceitual adicional, mas opera como marcador empírico de contraste, evidenciando que a oposição entre “centro” e territórios periféricos é insuficiente para apreender a diversidade racial e territorial investigada. Assim, a análise conjunta reforça que raça e território estruturam posições sociais distintas.

Recortes Comparativos: Setor profissional por tipo de território

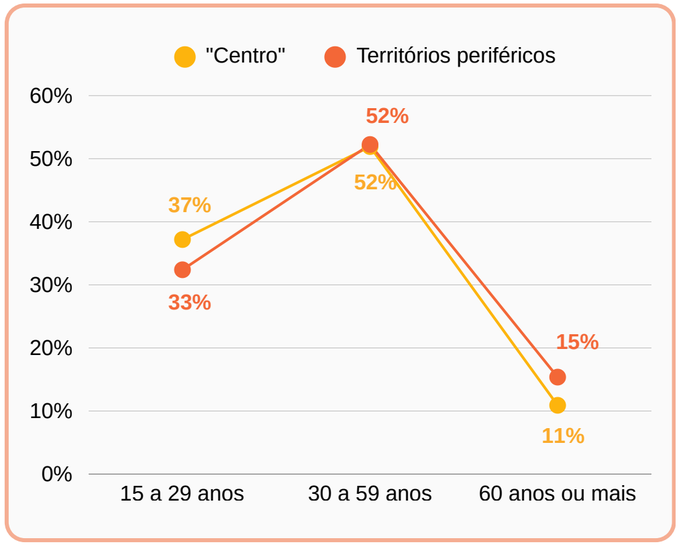


Os setores profissionais mais citados variam conforme o território. **Nos territórios indígenas, predominam o trabalho com a terra (124 pessoas) e a categoria “não tenho profissão” (150 pessoas)**, indicando concentrações expressivas nesses grupos. Nos territórios periféricos, os setores mais citados são administração, negócios e serviços (307 pessoas), saúde e bem-estar (68 pessoas), educação (56 pessoas) e artes e design (34 pessoas), evidenciando diversidade de ocupações. Nos centros urbanos, destacam-se administração, negócios e serviços (141 pessoas), saúde e bem-estar (38 pessoas) e educação (17 pessoas), **com similaridades aos setores sinalizados pelos moradores de territórios periféricos, com as práticas ocupacionais se articulando entre diferentes territórios e evidenciando interdependência e conexões socioespaciais mesmo diante de contextos distintos**.

Recortes Estratégicos - Recife

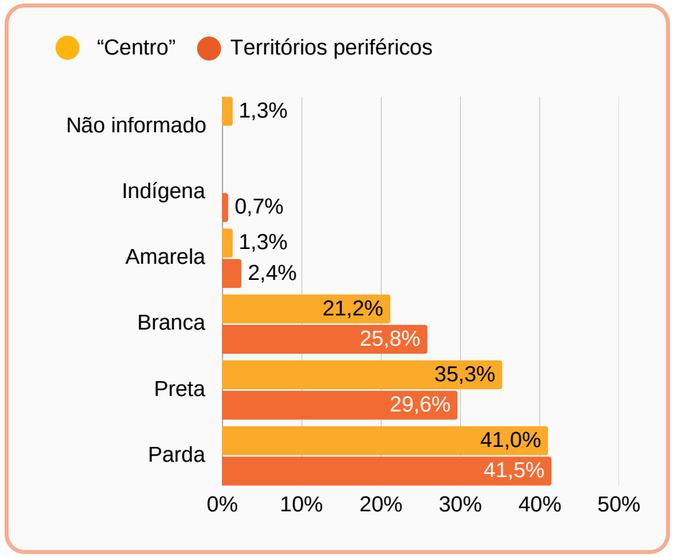
IDADE POR TIPO DE TERRITÓRIO

A maior presença relativa de pessoas idosas nos territórios periféricos, combinada à menor proporção de jovens de 15 a 29 anos nesses espaços, sugere que o envelhecimento ocorre a partir da permanência no território, evidenciando que a transição demográfica em curso é materializada também de forma espacializada.



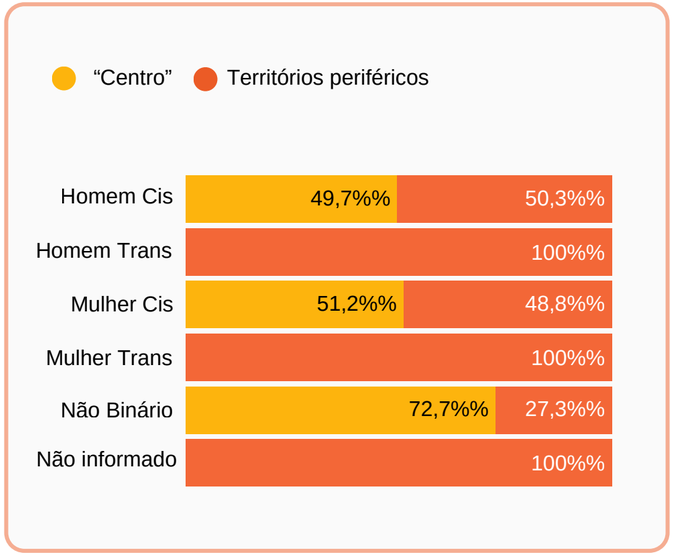
RAÇA/COR POR TIPO DE TERRITÓRIO

As relações entre raça/cor e território contrapõem a ideia de uma centralidade racialmente branca, com a expressiva presença de pessoas pretas e pardas nos “centros”, tensionando as leituras tradicionais de segregação socioespacial e corroborando a sobreposição entre “centro” e territórios periféricos na metrópole nordestina.



GÊNERO POR TIPO DE TERRITÓRIO

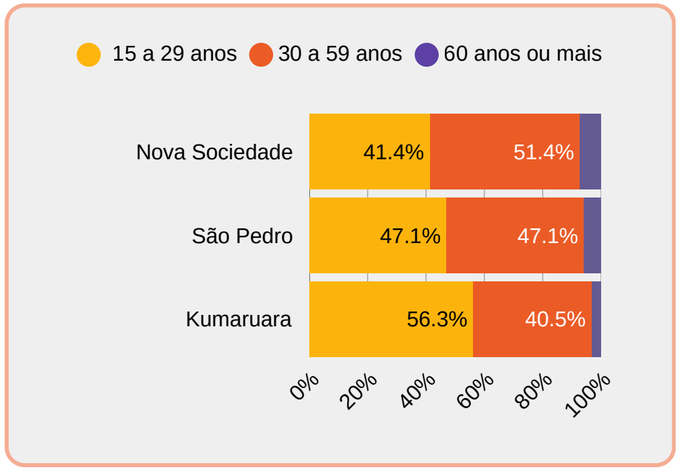
Na distribuição de identidade de gênero por território, Recife se assemelha ao padrão identificado em São Paulo, com os territórios periféricos abrigando uma maior diversidade, nesse caso, com todas as pessoas transgênero que participaram da pesquisa sendo residentes desses territórios.



Recortes Estratégicos - Santarém

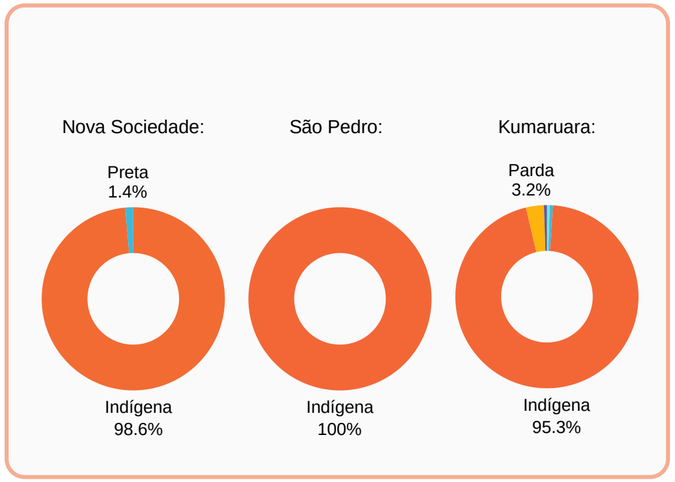
IDADE POR TERRITÓRIO DE RESIDÊNCIA

A distribuição etária dos(as) entrevistados(as) mostra predominância de adultos jovens e de meia-idade, com menor participação de idosos. Entre os territórios indígenas, a Kumaruara se destaca pela maior proporção de jovens de 15 a 29 anos (aproximadamente 57% do total do território indígena), enquanto Nova Sociedade e São Pedro apresentam uma distribuição mais equilibrada entre jovens e adultos de 30 a 59 anos.



RAÇA/COR X TERRITÓRIO DE RESIDÊNCIA

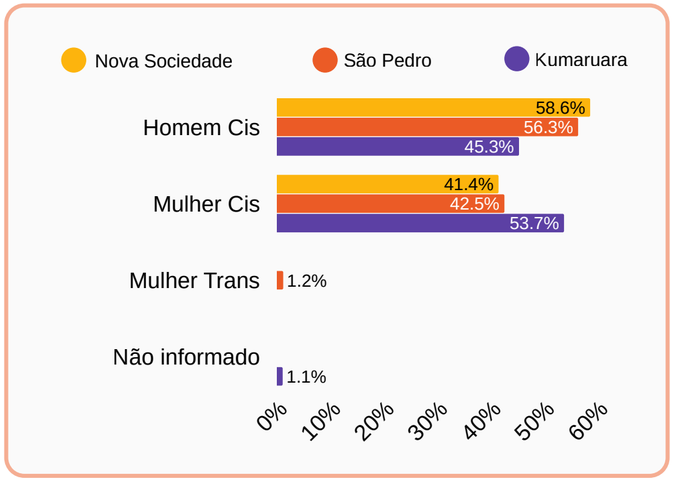
Com a situação da pesquisa em territórios indígenas, ainda que intuitivo, é importante destacar que o contingente populacional se auto identifica como indígena, ponto importante para a compreensão dos dados encontrados e que seguirão em análise nas próximas seções.



GÊNERO X TERRITÓRIO DE RESIDÊNCIA

Seguindo padrões históricos e culturais de categorização de gênero, as pessoas entrevistadas se identificaram majoritariamente como cisgênero.

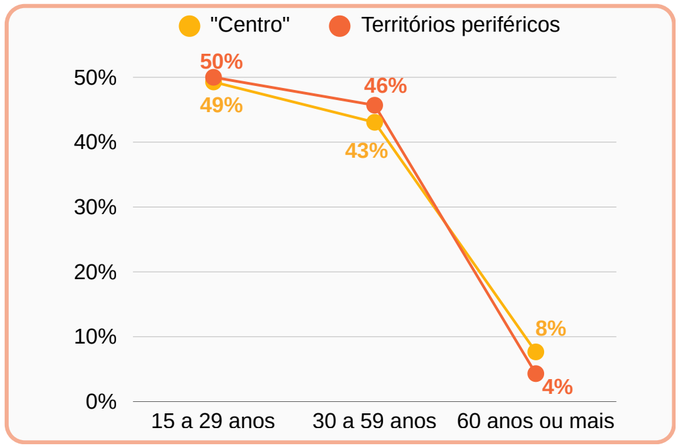
Entre os territórios indígenas analisados, a Kumaruara se destaca pela maior proporção de mulheres cis (54%), em contraponto territórios indígenas Nova Sociedade e São Pedro, evidenciando suas variações sociais e demográficas



Recortes Estratégicos - São Paulo

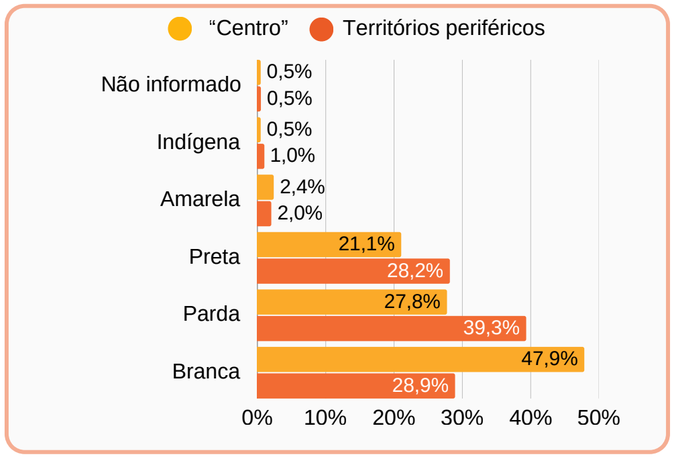
IDADE POR TIPO DE TERRITÓRIO

Os dados indicam uma distribuição etária semelhante entre “centro” e territórios periféricos nas faixas de 15 a 59 anos. O principal contraste aparece na população com 60 anos ou mais, proporcionalmente mais presente nas áreas “centrais” (7,66%) do que nos territórios periféricos (4,31%), ou seja, o poder envelhecer também está ligado ao território em que se vive.



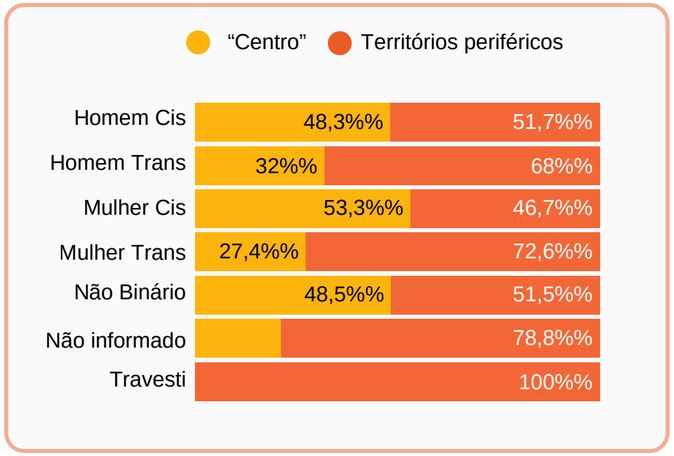
RAÇA/COR POR TIPO DE TERRITÓRIO

Os dados reforçam a associação já citada entre raça e território na cidade de São Paulo. Pessoas pretas e pardas representam 67% da população nos territórios periféricos, enquanto as áreas “centrais” concentram quase o dobro de pessoas autodeclaradas brancas (48%). Embasando o processo racializado de conformação dos territórios periféricos paulistanos.



GÊNERO POR TIPO DE TERRITÓRIO

Ainda que a maioria dos entrevistados seja composta por homens e mulheres cis, a distribuição proporcional dos dados por tipo de território evidencia que a diversidade de gênero aparece de forma mais expressiva nos territórios periféricos. Esse padrão reforça a territórios periféricos como espaço onde a pluralidade social da cidade se materializa, em contraste com a menor diversidade observada nas áreas “centrais”.



Padrões de consumo de informação

Síntese temática

Padrões de consumo de Informação

Esta seção tem como objetivo aprofundar a compreensão sobre o consumo de informação da população entrevistada. As questões apresentadas buscam identificar o perfil da amostra em relação a busca de informações, como essa população busca e consome informações, quais meios prefere utilizar, com que frequência o faz e quais barreiras enfrenta no acesso à informação.

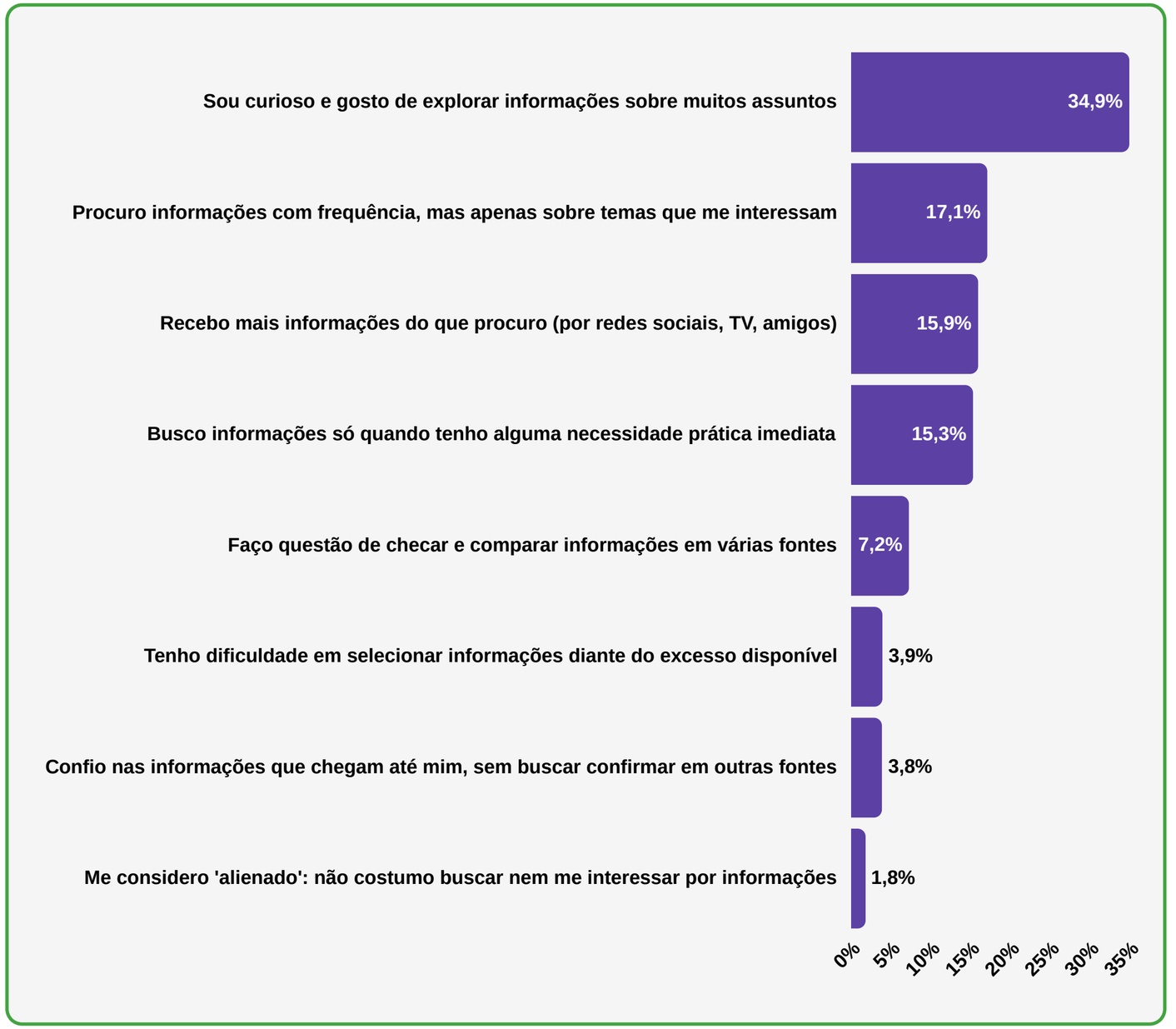
De forma mais ampla, o propósito é compreender como as pessoas se relacionam com a notícia, quais meios consideram mais confiáveis e em que medida têm acesso pleno a informações de qualidade e de interesse público.

PERFIL EM RELAÇÃO À BUSCA DE INFORMAÇÕES

Diante da pergunta “Qual destas opções melhor descreve o seu perfil em relação à busca de informações?”, observa-se que a maioria da amostra apresenta algum nível de engajamento com o consumo de informações, seja por prazer e curiosidade por informações diversas (34,9%), por temas de interesse (17,08%) ou por necessidade prática (15,29%), totalizando 67,27% dos respondentes. Além disso, uma parcela relevante (15,9%) afirma receber mais informações do que procura, indicando um comportamento mais passivo diante dos fluxos informacionais.

Apesar disso, apenas uma pequena parte da amostra demonstra um compromisso crítico com a verificação das informações que consome (7,23%). Em contraste, um grupo ainda menor (3,84%) relata confiar nas informações recebidas sem buscar confirmação em outras fontes, o que pode aumentar sua vulnerabilidade à desinformação. Somando-se a esses aspectos, 3,9% dos participantes afirmam ter dificuldade em selecionar informações diante do excesso disponível, evidenciando um desafio típico do cenário contemporâneo de sobrecarga informacional. Por fim, existe ainda um segmento muito reduzido da amostra (1,79%) que demonstra baixo engajamento com o consumo informativo.

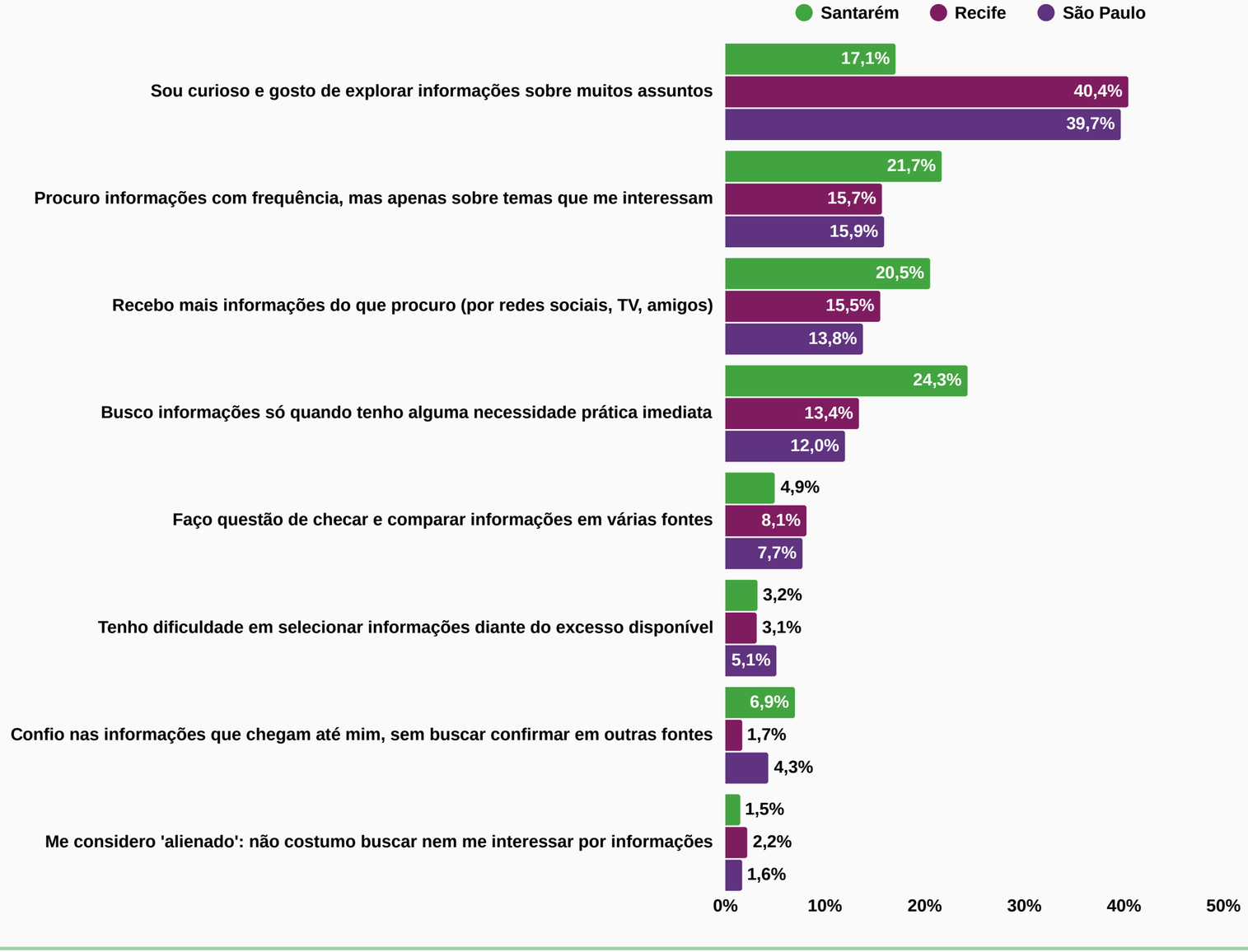
No conjunto, os resultados apontam para diferentes níveis de autonomia e criticidade na relação da amostra com a informação, revelando tanto um público majoritariamente engajado quanto desafios importantes relacionados à verificação, à qualidade das fontes e ao volume de informações disponíveis.



PERFIL EM RELAÇÃO À BUSCA DE INFORMAÇÕES

Recorte por cidade

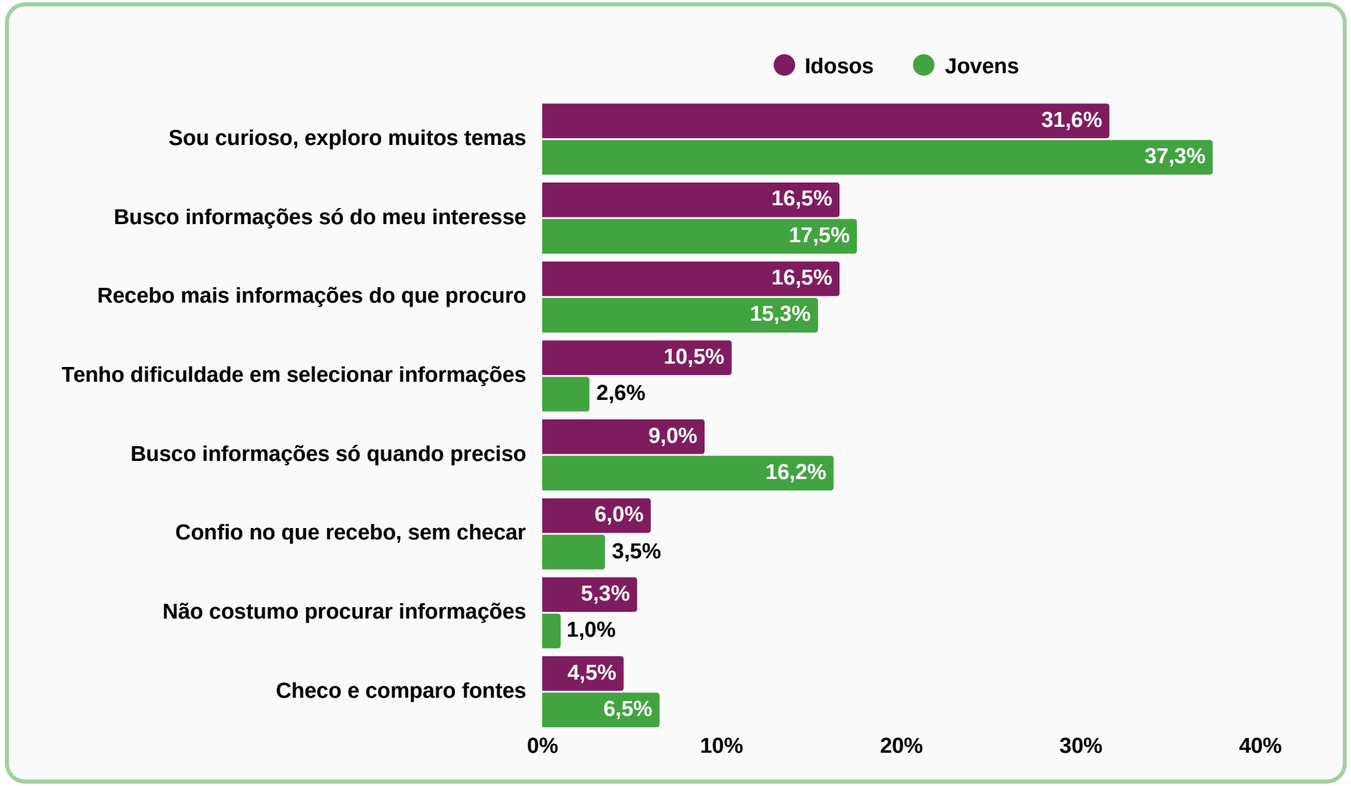
O gráfico evidencia diferenças relevantes no perfil de busca por informações entre Santarém, Recife e São Paulo. Em São Paulo, destaca-se um comportamento mais exploratório e ativo, com maior proporção de pessoas que se declaram curiosas e interessadas em explorar informações sobre muitos assuntos (40,4%), embora também apareça um contingente significativo que busca informações apenas quando há necessidade prática imediata. Recife apresenta um padrão intermediário, combinando curiosidade (39,7%) com busca frequente por temas de interesse específico e maior dependência de informações recebidas passivamente por redes sociais, TV e amigos. Já Santarém se diferencia por um perfil mais pragmático: há menor presença de curiosidade ampla (17,1%) e maior concentração na busca motivada por necessidades imediatas (24,3%), além de menor incidência de práticas sistemáticas de checagem e comparação de fontes. De forma transversal, os percentuais de confiança acrítica nas informações recebidas e de dificuldade em lidar com excesso informacional são relativamente baixos, mas indicam vulnerabilidades importantes, sobretudo nos contextos onde a busca ativa é menos frequente, reforçando a necessidade de estratégias territoriais diferenciadas de fortalecimento da alfabetização informacional.



PERFIL EM RELAÇÃO À BUSCA DE INFORMAÇÕES

Recorte por faixa etária

Com o intuito de aprofundar a análise, realizamos um recorte por faixa etária e observamos que, de modo geral, as porcentagens de respostas entre jovens (15 a 29 anos) e idosos (60+) permanecem semelhantes. Ainda assim, nota-se que os jovens demonstram maior engajamento com informações, seja por curiosidade, busca ativa por temas de interesse ou necessidade prática, totalizando 71% da amostra, enquanto entre os idosos esse engajamento alcança 57%.



Entretanto, uma diferença significativa emerge na alternativa “Tenho dificuldade em selecionar informações diante do excesso disponível”: 10,53% das pessoas idosas relatam essa dificuldade, contra apenas 2,6% dos jovens. Para estes, a convivência mais constante com plataformas digitais, o contato frequente com grandes volumes de conteúdo e a maior exposição a práticas de letramento informacional ao longo da vida podem favorecer estratégias mais consolidadas de seleção e triagem. Além disso, observa-se que os idosos tendem a confiar mais nas informações recebidas sem verificar sua veracidade, em comparação aos jovens, o que pode aumentar sua vulnerabilidade à desinformação.

Outro ponto relevante é que a porcentagem de jovens que busca informações apenas diante de uma necessidade prática é maior do que entre os idosos. Em paralelo, há um número mais elevado de idosos que demonstra desinteresse por informações, relatando sentir-se afastado ou alienado dos fluxos informacionais.

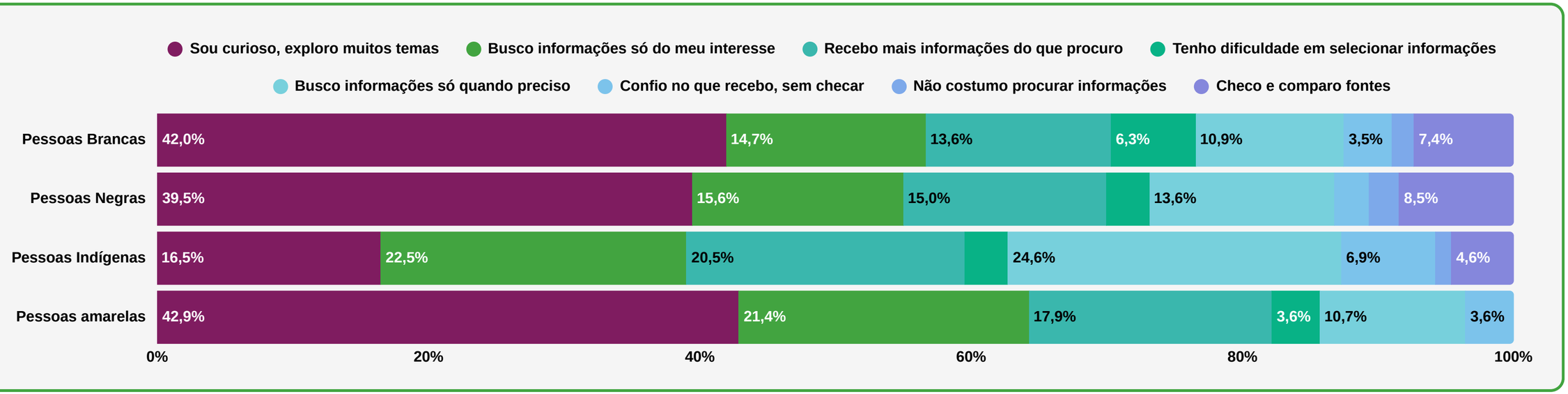
Além desse recorte específico, realizamos também o recorte racial, apresentado na próxima página. Já o recorte de gênero não apresentou diferenças estatisticamente significativas, tanto entre os grupos quanto em relação à amostra geral.

PERFIL EM RELAÇÃO À BUSCA DE INFORMAÇÕES

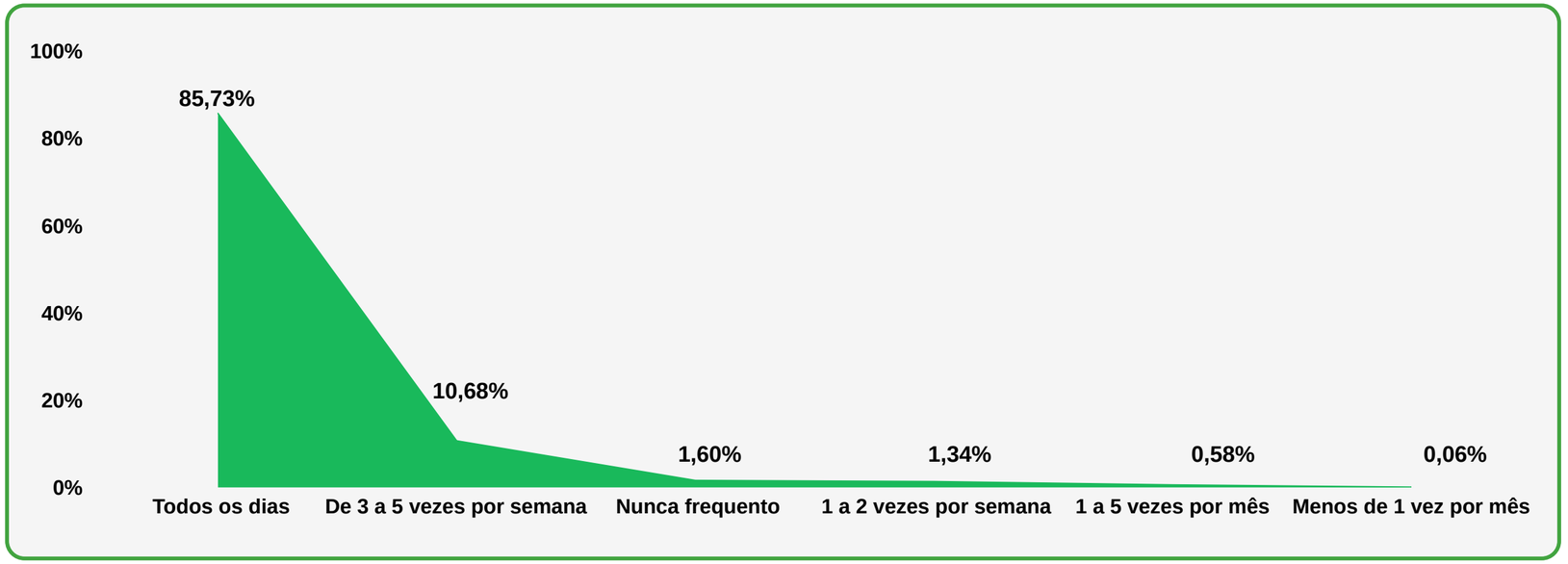
Recorte por raça

Ao considerar as diferenças no perfil da amostra pesquisada e com o intuito de compreender de que forma essas características podem impactar não apenas o acesso à informação, mas também as maneiras pelas quais a informação é consumida — traduzindo hábitos, assim como privilégios e desigualdades produzidos pela interseção de marcadores sociais (Hill, 2017) — aprofundamos a análise, considerando como central o recorte racial. O primeiro dado que chama atenção é a diferença significativa na porcentagem de pessoas indígenas que afirmaram ser curiosas e explorar muitos temas (16,47%) em comparação às demais raças, valor consideravelmente inferior aos outros grupos. Soma-se a isso o fato de que pessoas indígenas apresentaram maior frequência de respostas como “Busco informações só do meu interesse” e “Busco informações só quando preciso”. Além disso, pessoas indígenas e pessoas amarelas afirmaram, em maior proporção, receber informações em vez de buscá-las ativamente. Esses dados podem indicar desigualdades no acesso e nas oportunidades de exploração da informação, nas quais determinados grupos tendem a ocupar uma posição mais passiva no fluxo informacional, refletindo barreiras estruturais e contextuais ou, ainda, um interesse reduzido em buscar informações para além de demandas imediatas.

Além disso, observa-se que mais pessoas negras afirmaram checar e comparar fontes (8,46%) em relação aos demais perfis raciais, sobretudo quando comparadas às pessoas amarelas (0%) e às pessoas indígenas (4,62%). Em contraste, mais pessoas indígenas afirmaram confiar nas informações que recebem sem checá-las (6,94%). Esse dado pode indicar que pessoas indígenas estão mais expostas a riscos de desinformação e a vulnerabilidades associadas às fake news e ao excesso de informações no meio digital.



FREQUÊNCIA DE ACESSO A INTERNET



De acordo com o público entrevistado, a maioria (85,73%) afirmou acessar a internet todos os dias; já 10,68% afirmou acessar de 3 a 5 vezes por semana. Isso indica que cerca de 96% da amostra tem acesso à internet na maioria dos dias da semana. Segundo os dados do módulo de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) da PNAD Contínua, divulgados pelo IBGE (2024), cerca de 93,6% dos domicílios particulares permanentes (74,9 milhões) do país possuíam conexão à internet em 2024. Esses dados nos mostram que nossa amostra segue um padrão de acesso à internet muito similar ao restante da população brasileira.

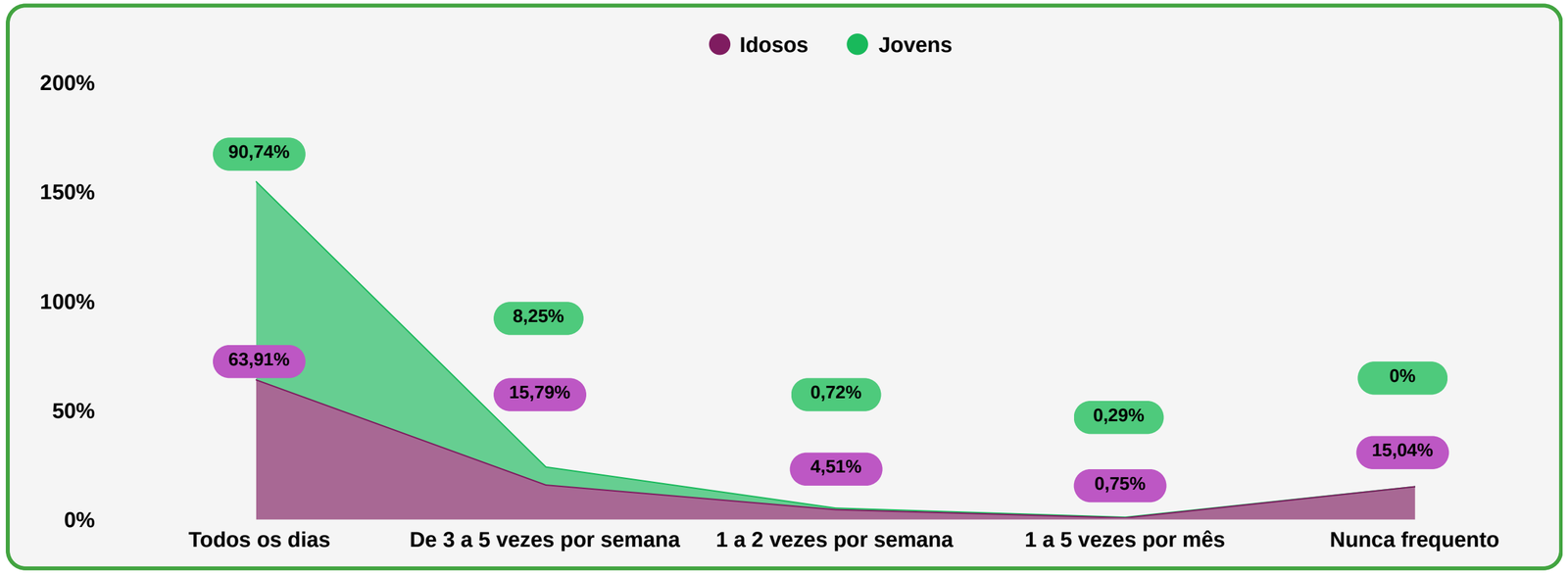
No entanto, devemos prestar atenção à amostra que afirmou nunca utilizar a internet e àqueles que acessam de maneira mais escassa, totalizando cerca de 4% da nossa amostra. Retomando os dados mencionados acima, nos domicílios em que não se utilizava a internet, os três principais motivos foram: nenhum morador sabia usar a internet (32,6%), o serviço de acesso era caro (27,6%) e a falta de necessidade em utilizar a internet (26,7%). Ainda, na área rural, destacou-se também a falta de disponibilidade do serviço de acesso à internet no local do domicílio. Esses dados podem ser hipóteses que complementam os nossos dados, indicando possíveis motivos para o não uso da internet.

Além disso, materiais como o TIC da PNAD, quando analisados ano após ano, indicam que o acesso à internet em 2024 é muito mais amplo e capilarizado entre diferentes territórios, grupos sociais etc. No entanto, ainda é necessário ampliarmos nossos olhares para as inclusões desiguais na internet e para como ainda existem grupos com acesso restrito a essa tecnologia. Sobretudo, é importante dimensionar as formas pelas quais a simples existência de acesso e uso da rede não é suficiente para que a adoção da internet se converta, de fato, em benefícios aos cidadãos (Senne et al., 2020).

Isso significa pensar que a inclusão desigual à internet, e a outras tecnologias de comunicação e informação, produz ainda mais desigualdade, visto que “os benefícios tangíveis decorrentes da utilização da rede são apropriados de maneira desigual” (Senne et al., 2020, p. 190). Ou seja, compreender com rigor quem são as pessoas que acessam a internet com menor frequência, mas também entender para quais finalidades ela tem sido utilizada, nos ajuda a garantir maior inclusão desses grupos ao meio digital e aos seus benefícios, sobretudo no acesso à informação, evitando a reiteração de desigualdades e vulnerabilidades informacionais. Com esse intuito, realizamos o recorte por idade, tipo de território e raça. O recorte de gênero não apresentou diferenças significativas nas porcentagens e, por esse motivo, não foi incluído no material.

FREQUÊNCIA DE ACESSO A INTERNET

Recorte por faixa etária



Quando aplicamos um recorte por faixa etária da amostra, 90,74% dos jovens entre 15 e 29 anos afirmaram utilizar a internet todos os dias, ao passo que somente 63,91% da amostra com mais de 60 anos utiliza essa ferramenta diariamente. Além disso, enquanto apenas 0,72% dos jovens utilizam a internet de 1 a 2 vezes por semana, 4,51% da amostra de idosos deu essa resposta. Por fim, um dos dados mais marcantes é que nenhum jovem afirmou não utilizar a internet; porém, cerca de 15% das pessoas idosas afirmaram não fazer uso desse recurso.

Esses dados nos mostram por que, entre as variáveis individuais correlacionadas ao uso da internet, a idade é provavelmente a mais citada pela literatura (Barbosa et al., 2016). De acordo com Senne, Portilho, Storino e Barbosa (2020), ao comparar a utilização da internet segundo faixas etárias entre os anos de 2015 e 2019, a despeito do aumento porcentual de idosos que passaram a utilizar esse recurso, a brecha geracional é mais intensa em relação ao uso básico da rede em 2019 do que era em 2005, indicando um avanço muito acelerado no uso entre os jovens, que se apropriaram da internet de maneira rápida e abrangente.

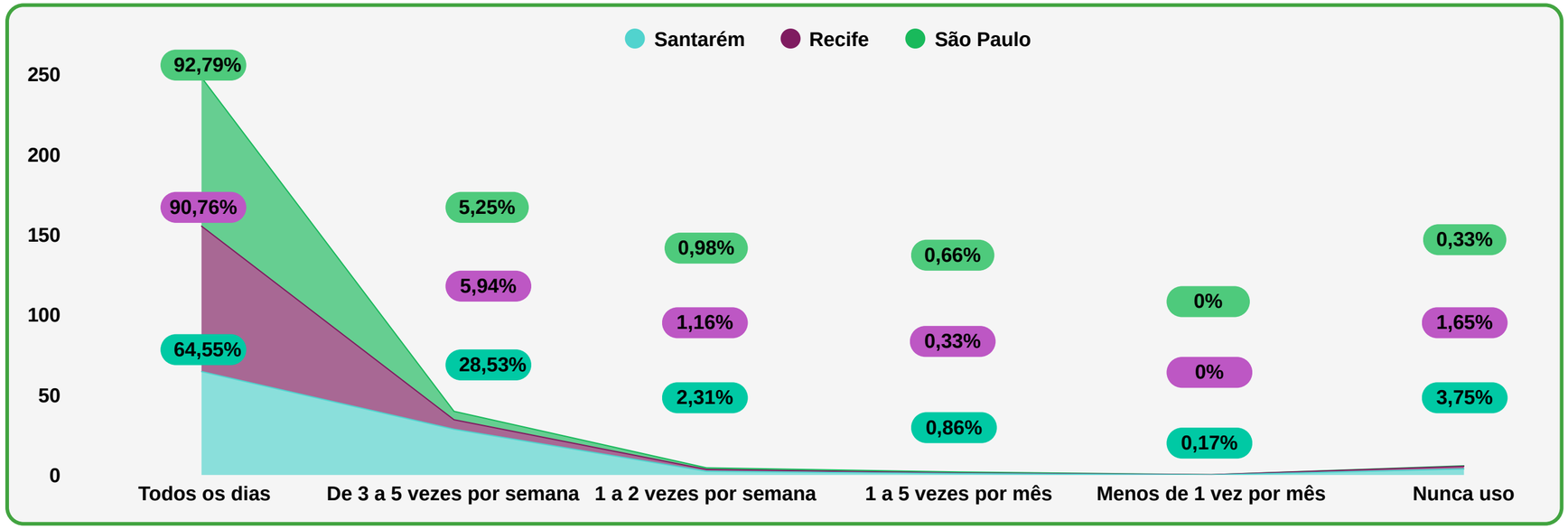
É importante considerar também que a não utilização da internet não significa automaticamente uma situação de vulnerabilidade: idosos podem preferir o deslocamento até agências bancárias, por exemplo, por interesse em uma sociabilidade presencial.

No entanto, devemos prestar atenção às situações em que o não uso é ocasionado pela dificuldade em acessar, e não por escolha. De acordo com Senne et al., a falta de uso da rede tende a se concentrar em grupos idosos, com baixa renda e sem escolaridade. Em nossa amostra, quando filtramos pessoas com mais de 60 anos e sem escolaridade, cerca de 77% afirmou nunca utilizar a internet. De forma contrária, na amostra de idosos com curso superior completo, nenhuma pessoa declarou nunca ter acessado.

O mesmo ocorre quando analisamos a renda mensal: 21,52% dos idosos que recebem até três salários mínimos afirmaram não acessar a internet, ao passo que cerca de 90% dos idosos que recebem mais de seis salários mínimos utilizam a internet todos os dias, com 0% da amostra nunca tendo utilizado. Esses dados corroboram a hipótese de que há inúmeros fatores (como idade, renda e escolaridade) que condicionam a desigualdade na inclusão digital e que, portanto, devem ser analisados de forma interseccional.

FREQUÊNCIA DE ACESSO A INTERNET

Recorte por cidade



No Brasil, a utilização da internet esteve, em um primeiro momento, permeada pelo uso e pela posse do computador. Em 2005, eram muito acentuadas as diferenças entre o acesso à internet no Sudeste em comparação às regiões Norte e Nordeste (Senne et al., 2020). A partir de 2015, o uso de celulares se capilariza pelo território brasileiro, tornando-se o principal dispositivo de acesso à internet. Ano após ano, o país se aproxima da universalização do acesso, reduzindo também as disparidades regionais nesse campo, embora ainda existam desigualdades que afetam a população de forma distinta.

No entanto, persistem diferenças significativas entre os espaços urbanos e rurais. Apesar de o crescimento no acesso à internet ter sido mais acelerado nas áreas rurais em 2024, contribuindo para a redução da diferença em relação às áreas urbanas (IBGE, 2024), percebemos desigualdades importantes quando comparamos os territórios em que a presente pesquisa foi aplicada. Isso se torna especialmente evidente ao considerar que Recife e São Paulo são cidades urbanas, enquanto a aplicação em Santarém ocorreu em duas Territórios indígenas.

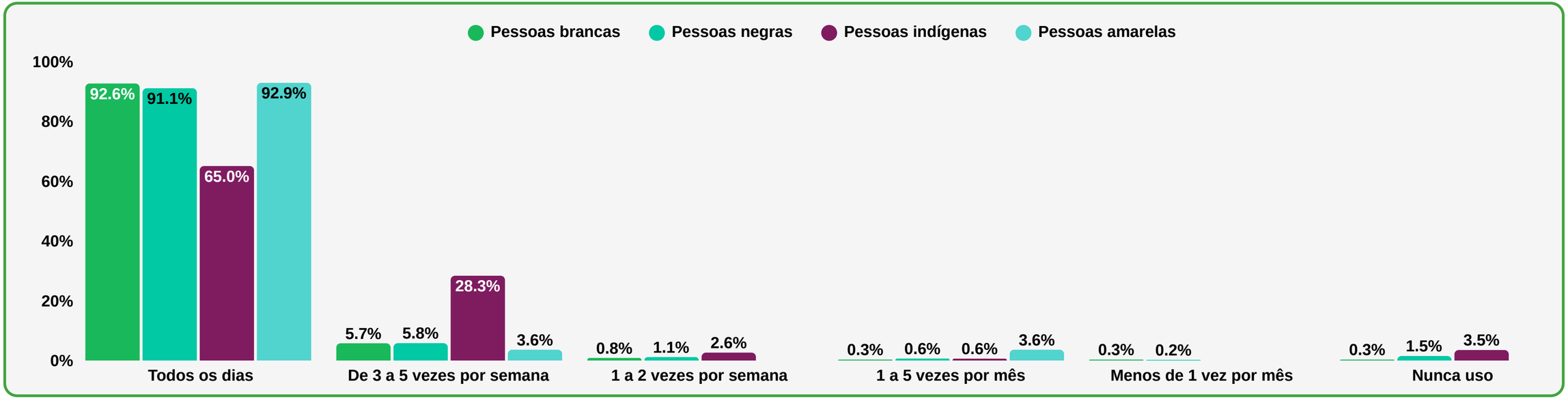
Segundo nossa amostra, enquanto Recife e São Paulo apresentam mais de 90% de seus respondentes utilizando a internet todos os dias, essa porcentagem diminui consideravelmente em Santarém, onde apenas 65% da amostra acessa esse recurso diariamente.

Já ao compararmos o uso semanal, ou seja, a porcentagem da amostra que utiliza a internet pelo menos uma vez na semana, a diferença percentual entre as cidades diminui (Recife com 97,86%, São Paulo com 99,02% e Santarém com 95,39%). Além disso, o número de pessoas que nunca utiliza a internet é menor em São Paulo (0,33%), seguido por Recife (1,65%) e, por fim, Santarém (3,75%).

As diferenças observadas no acesso à internet em Santarém podem estar relacionadas a uma combinação de fatores estruturais e socioeconômicos. Entre eles, destacam-se a menor disponibilidade de infraestrutura de conexão em áreas rurais e remotas (como menor cobertura de banda larga fixa e sinal de telefonia móvel mais fraco ou instável), desigualdades regionais históricas no provimento de serviços digitais e barreiras econômicas. Além disso, práticas socioculturais próprias desses territórios podem influenciar padrões de uso distintos em relação aos observados em grandes centros urbanos como São Paulo e Recife.

FREQUÊNCIA DE ACESSO A INTERNET

Recorte por raça



Observando os dados, sobretudo em comparação com o recorte realizado por cidade de aplicação, é necessário pontuar as similaridades entre as porcentagens de pessoas indígenas e o território de Santarém, uma vez que, conforme apresentado na seção de perfil, a maior parte da amostra dessa cidade é composta por pessoas autodeclaradas indígenas (97,12%). De modo proporcional, a maioria da população indígena da amostra concentra-se em Santarém, sendo apenas 1,7% em São Paulo e 1,15% em Recife. Em contraste, a maior parte da população entrevistada em São Paulo e Recife é composta por pessoas negras, seguidas por pessoas brancas e amarelas. Isso indica que as diferenças de perfil, especialmente quando as principais distinções se dão entre pessoas indígenas e o restante da amostra, podem acompanhar as diferenças observadas entre as cidades, como ocorre no caso deste gráfico. Tal constatação nos convida a refletir sobre a construção de um conceito de território moldado pelos hábitos, costumes, valores, crenças e ancestralidades da população que o habita, da mesma forma que o território desempenha papel ativo no cotidiano de seus moradores.

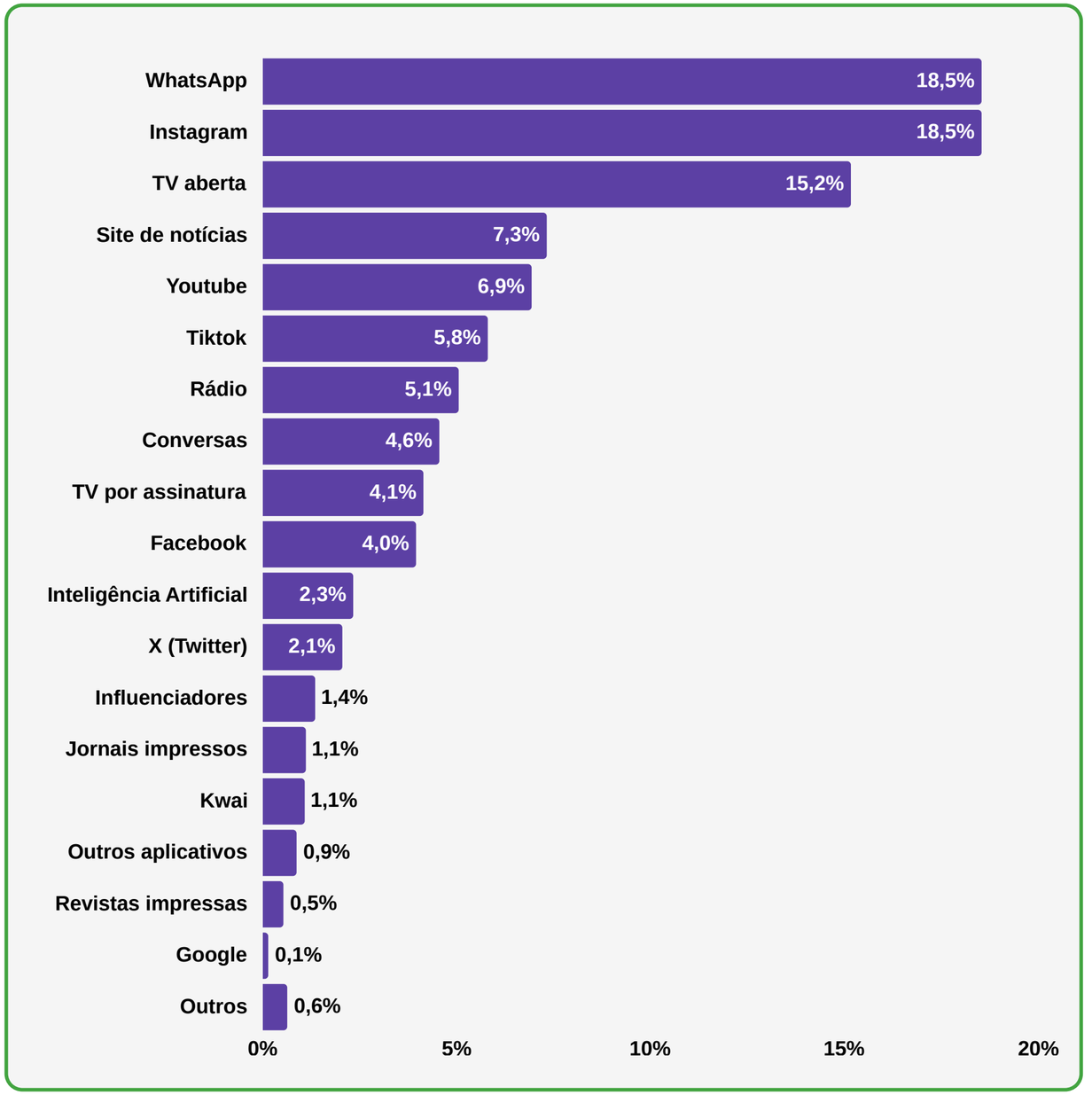
Portanto, pessoas indígenas afirmaram acessar a internet diariamente com menor frequência em comparação aos demais perfis raciais, mas ainda assim relataram utilizá-la na maioria dos dias da semana, totalizando cerca de 96% das pessoas indígenas que acessam a internet pelo menos uma vez na semana. Isso pode significar que, embora o acesso cotidiano à internet seja menos intenso entre pessoas indígenas, a conectividade ainda é amplamente presente, indicando um uso regular, porém possivelmente mais funcional, condicionado por contextos de acesso, infraestrutura (como a qualidade e a estabilidade do sinal de internet, possivelmente afetadas pelas características do território), necessidades práticas, assim como citado anteriormente, ou hábitos socioculturais específicos.

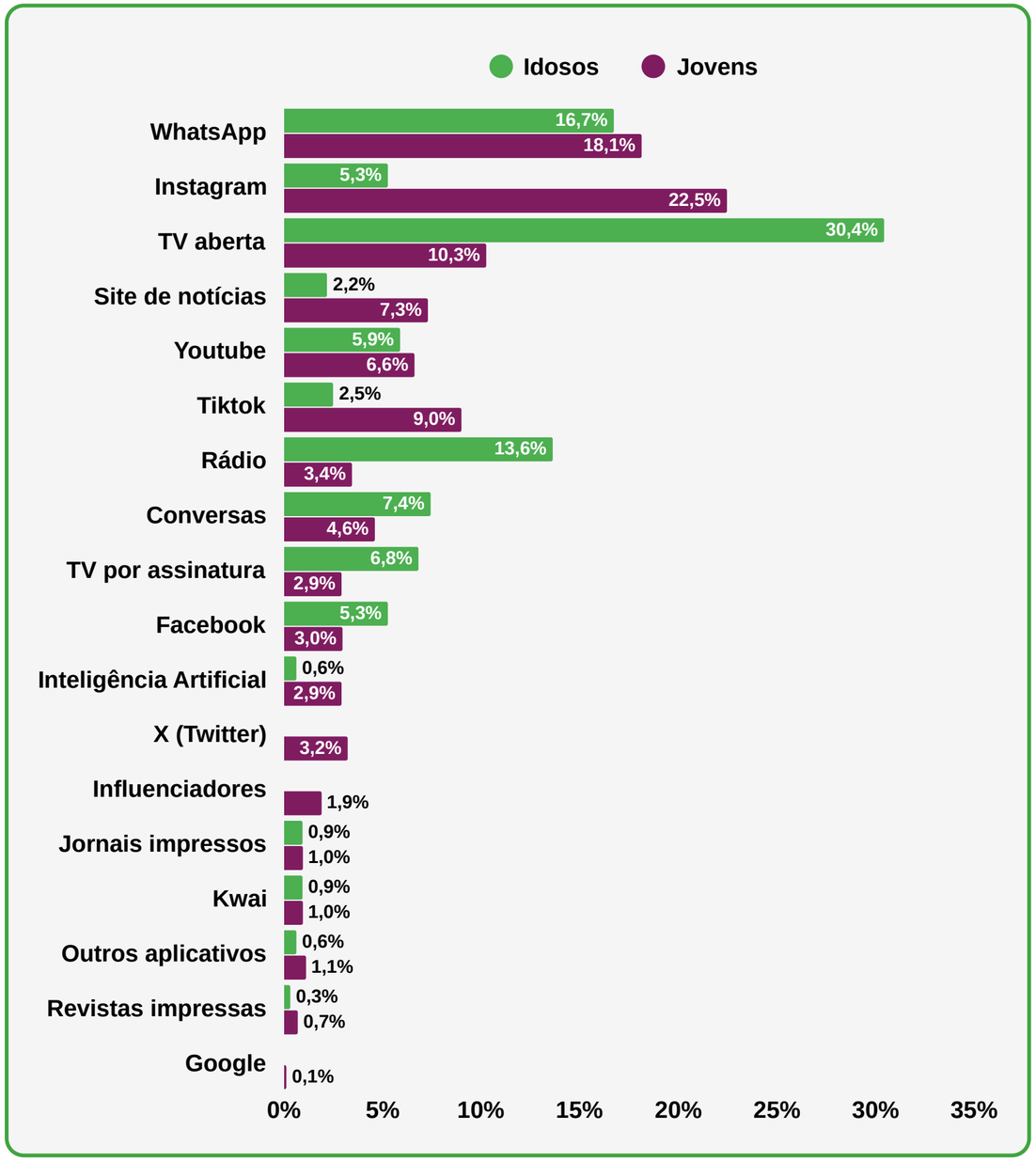
MEIOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO NO SEU DIA A DIA

Diante da pergunta “Quais são os três principais meios de acesso à informação no seu dia a dia?”, observa-se que os meios mais citados foram WhatsApp, Instagram e TV aberta. Esse resultado evidencia que a televisão, especialmente a TV aberta, ainda exerce um papel central na transmissão de informações, por oferecer acesso gratuito e alcançar amplas camadas da população. No entanto, ela já deixou de ser o principal meio de informação, perdendo espaço para as redes sociais, sobretudo o WhatsApp, que permite a comunicação entre pares, e o Instagram, que hoje se tornou um braço do jornalismo digital, no qual diversos canais de veiculação de informação se estabeleceram e se tornaram acessíveis a um número maior de pessoas. A influência crescente das redes sociais e do jornalismo digital expõe processos de ampliação das formas de circulação da informação e reflete mudanças nos hábitos de consumo midiático, sobretudo entre públicos mais jovens.

Em seguida, aparecem YouTube, TikTok, rádio, conversas, TV por assinatura, Facebook, IA e o X (antigo Twitter), o que reforça a diversidade de canais utilizados e aponta para uma circulação de informações que envolve tanto meios de comunicação massivos quanto interações interpessoais.

Por fim, com menor frequência, estão influenciadores, jornais impressos, Kwai, revistas impressas, outros aplicativos, Google, entre outras formas, o que pode sugerir que essas plataformas e maneiras de acesso a notícias têm menor relevância no cotidiano informacional do público pesquisado.





MEIOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO NO SEU DIA A DIA

Recorte por idade

Ao recortamos os dados, filtrando as respostas de acordo com as faixas etárias, o gráfico evidencia diferenças geracionais significativas nos meios de acesso à informação entre jovens e idosos. De modo geral, observa-se que os jovens concentram seu acesso à informação majoritariamente em plataformas digitais, enquanto os idosos apresentam maior presença de meios tradicionais, ainda que também utilizem aplicativos de mensagens.

Entre os jovens, o Instagram se destaca como o principal meio de acesso à informação (22,46%), seguido pelo WhatsApp (18,13%) e por TV aberta (10,25%). Esses dados indicam a centralidade das redes sociais e dos ambientes digitais como espaços privilegiados de circulação de informações para esse grupo.

Já entre os idosos, a TV aberta aparece como o principal meio de acesso à informação (30,43%), mantendo sua relevância como fonte informativa tradicional. Em seguida, destacam-se o WhatsApp (16,72%) e o rádio (13,62%), o que evidencia a combinação entre meios consolidados e o uso de tecnologias digitais mais acessíveis e difundidas, como os aplicativos de mensagens. As conversas interpessoais também apresentam maior peso entre os idosos (7,43%) do que entre os jovens, reforçando a importância das redes sociais presenciais e de confiança na circulação da informação.

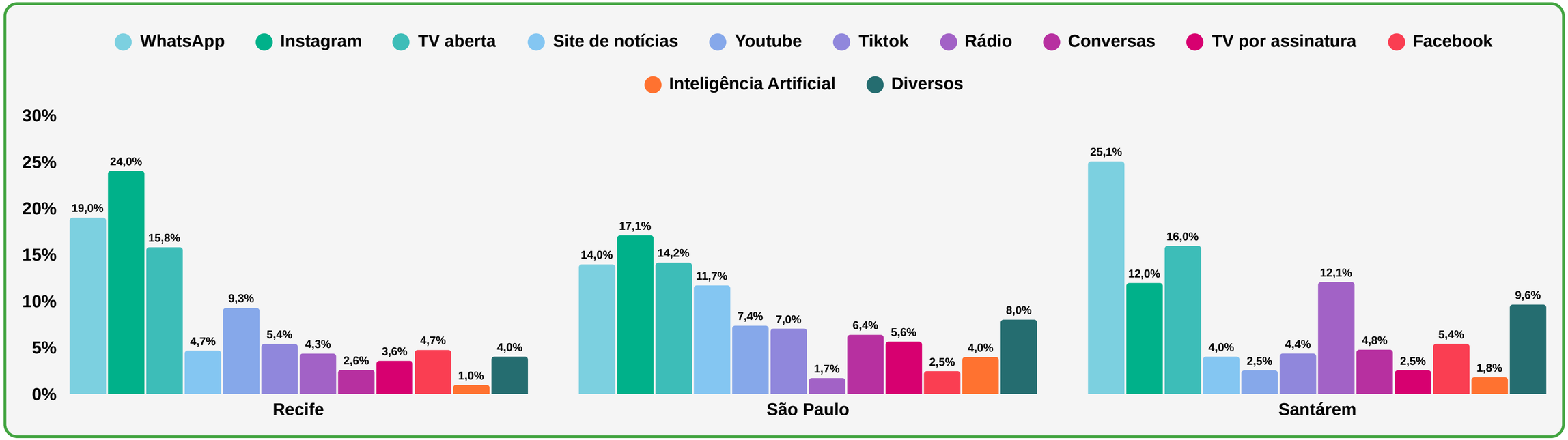
Plataformas como YouTube, TikTok, X (Twitter) e o uso de inteligência artificial aparecem com maior incidência entre os jovens, ainda que com percentuais mais baixos, apontando para a diversidade de fontes e formatos informacionais consumidos por esse grupo. Por outro lado, meios como jornais e revistas impressos apresentam percentuais baixos em ambas as faixas etárias, indicando um declínio consistente dessas ferramentas como fontes principais de informação. O recorte de gênero não apresentou diferenças significativas nas porcentagens e, por esse motivo, não foi incluído no material.

MEIOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO NO SEU DIA A DIA

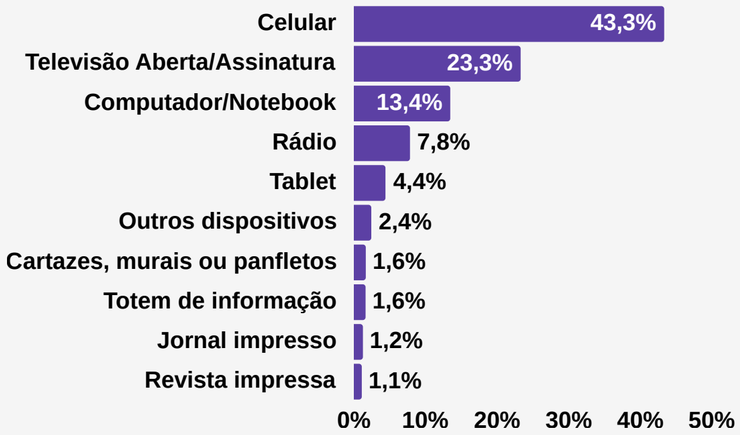
Recorte por cidade

Além disso, o recorte racial, fortemente alinhado ao recorte territorial (a maior parte da população indígena da amostra reside em Santarém), evidencia diferenças regionais e, possivelmente, culturais relevantes no acesso à informação. No entanto, optou-se por analisar esses dados prioritariamente a partir do filtro por cidade, uma vez que o acesso à informação, sobretudo na era digital, tem sido amplamente condicionado pelas possibilidades materiais de acesso (como acesso à internet, banda larga fixa, sinal de televisão e etc.), ainda que esse acesso também envolva valores culturais e significados sociais importantes sobre como e quais informações são acessadas.

O gráfico abaixo evidencia que aplicativos de mensagens e redes sociais figuram entre os principais meios de acesso à informação nas três cidades, com destaque para o WhatsApp e o Instagram. Entretanto, há diferenças significativas na composição desses meios: em Recife e São Paulo, nota-se maior diversificação entre plataformas digitais, sites de notícias e redes sociais, enquanto em Santarém sobressai o peso de meios como WhatsApp, TV aberta e rádio, indicando a permanência e a relevância de mídias tradicionais e interpessoais em contextos onde o acesso digital é mais restrito ou instável, com dificuldades de acesso a internet mais acentuadas.

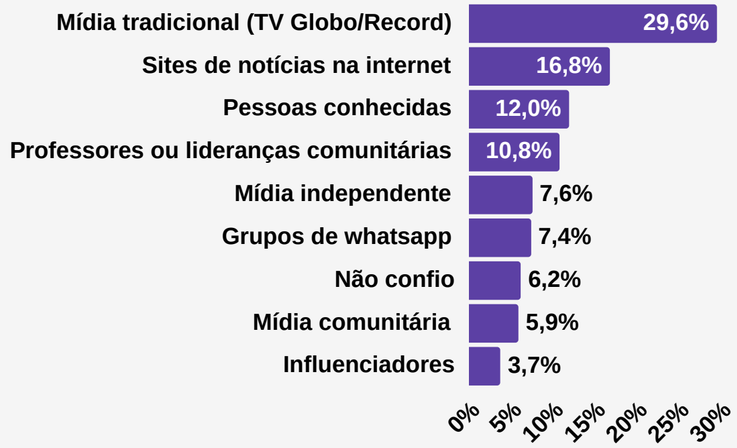


DISPOSITIVOS PARA ACESSO À INFORMAÇÃO



O gráfico acima evidencia a predominância massiva do uso de tecnologias como meio de acesso à informação, especialmente por meio do celular, principal dispositivo tecnológico utilizado atualmente. No entanto, observa-se também uma alta porcentagem de participantes que continuam recorrendo à televisão como fonte de informação, seguida pelo computador e pelo rádio. As respostas que apresentaram menor procentagem foram: tablet, cartazes, totem de informações digitais, jornais e revistas impressas e outros dispositivos digitais.

FONTES CONFIÁVEIS DE ACESSO À INFORMAÇÃO



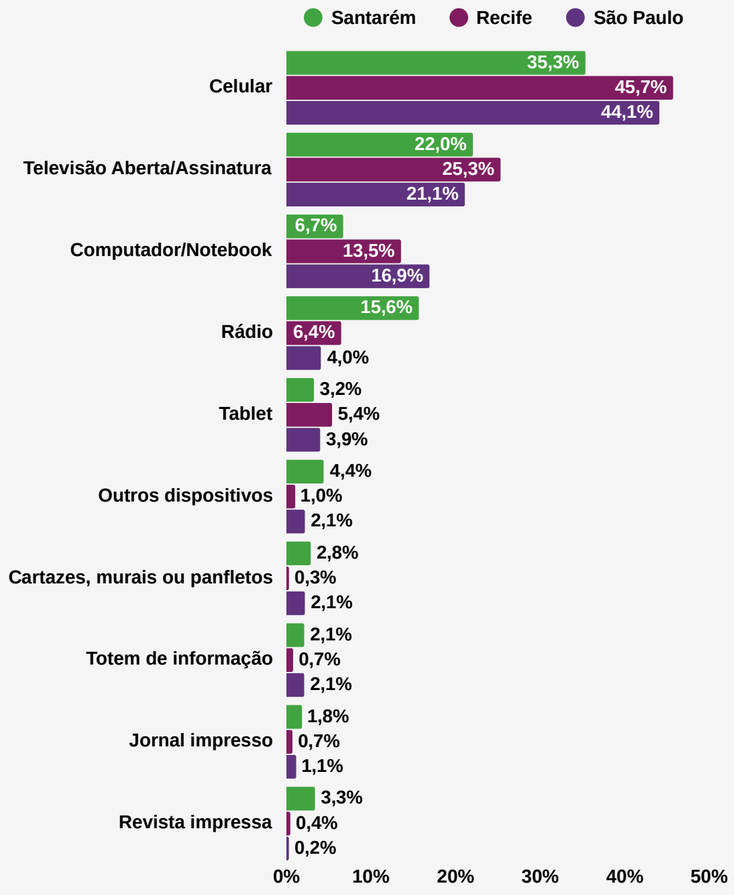
Segundo a amostra entrevistada, os meios considerados mais confiáveis para a obtenção de informações são as mídias tradicionais, como os canais de televisão (TV Globo, Record etc.), os sites de notícias na internet, as pessoas conhecidas e professorres ou lideranças comunitárias. Também se destacam, ainda que com porcentagens menores, as menções às mídias independentes, grupos de whatsapp, a falta de confiança em qualquer fonte, mídias comunitárias, além de influenciadores digitais.

Esses dados sugerem que, embora as tecnologias digitais tenham se consolidado como canais centrais de acesso à informação, sobretudo através do uso do celular, **os meios tradicionais ainda mantêm relevância, principalmente entre determinados grupos etários e contextos sociais**. Segundo dados do IBGE (2025), a presença da televisão ainda é amplamente majoritária, apenas 6,1% dos domicílios brasileiros não possuíam televisão em 2024, o que garante que a **TV, especialmente a aberta, continue sendo um dos meios de informação mais acessíveis e confiáveis para grande parte da população. Em consonância, podemos supor a existência de recortes importantes a serem feitos sobre o uso da TV.** Segundo a pesquisa de Hábitos Culturais dos moradores do Jardim Ibirapuera, territórios periféricos da Zona Sul de São Paulo, elaborada pelo Observatório Ibira30 (2023), a população com menor nível de escolaridade tende a depender mais da televisão para acessar informação e cultura, devido a barreiras de acesso aos meios digitais. Da mesma forma, famílias mais numerosas tendem a optar por formas de acesso cultural gratuitas em casa, como a TV, o que indica uma frequência de uso maior em comparação a demais famílias.

No que tange à confiabilidade, nota-se a permanência da televisão e do jornalismo digital como referências de credibilidade. Entretanto, as respostas também sugerem uma crescente desconfiança generalizada nas fontes de informação, o que pode refletir tanto o impacto da desinformação nas redes sociais quanto uma crise de confiança nos meios tradicionais.

DISPOSITIVOS PARA ACESSO À INFORMAÇÃO

Recorte por cidade



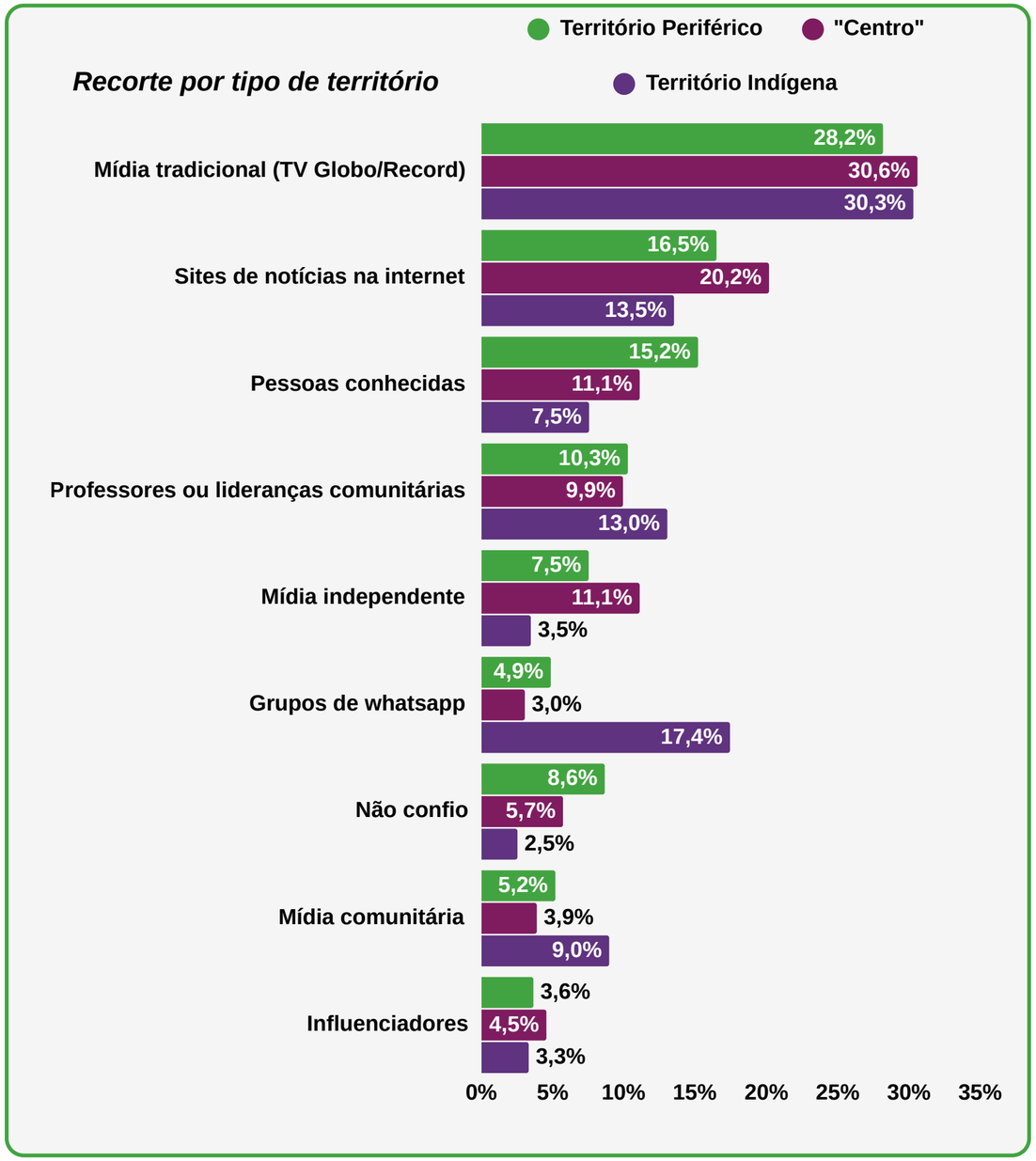
FONTES CONFIÁVEIS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Recorte por cidade



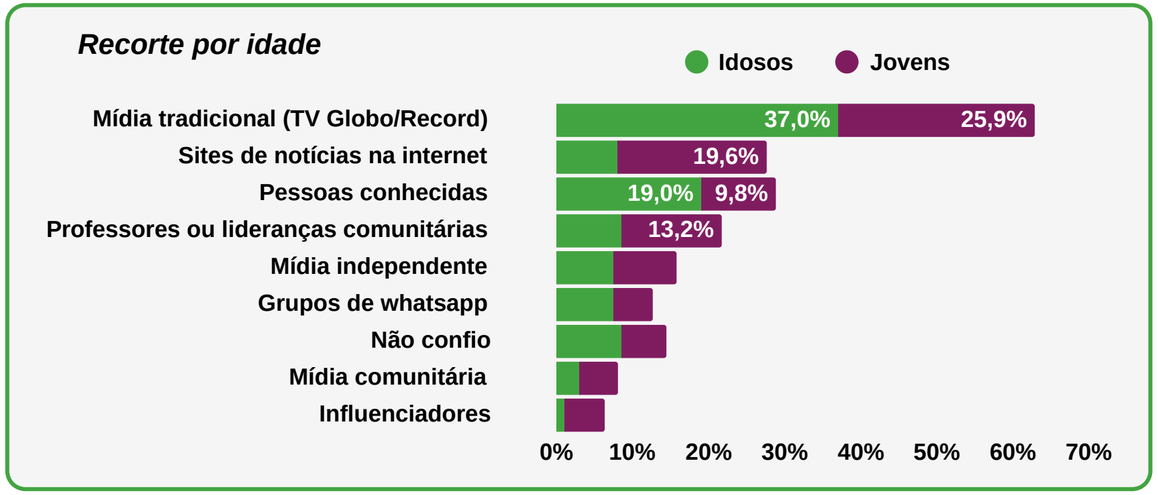
Esses dados sugerem que, embora as tecnologias digitais tenham se consolidado como canais centrais de acesso à informação, sobretudo através do uso do celular, **os meios tradicionais ainda mantêm relevância, principalmente entre determinados grupos etários e contextos sociais**. Segundo dados do IBGE (2025), a presença da televisão ainda é amplamente majoritária, apenas 6,1% dos domicílios brasileiros não possuíam televisão em 2024, o que garante que a **TV, especialmente a aberta, continue sendo um dos meios de informação mais acessíveis e confiáveis para grande parte da população. Em consonância, podemos supor a existência de recortes importantes a serem feitos sobre o uso da TV.** Segundo a pesquisa de Hábitos Culturais dos moradores do Jardim Ibirapuera, territórios periféricos da Zona Sul de São Paulo, elaborada pelo Observatório Ibira30 (2023), a população com menor nível de escolaridade tende a depender mais da televisão para acessar informação e cultura, devido a barreiras de acesso aos meios digitais. Da mesma forma, famílias mais numerosas tendem a optar por formas de acesso cultural gratuitas em casa, como a TV, o que indica uma frequência de uso maior em comparação a demais famílias.

No que tange à confiabilidade, nota-se a permanência da televisão e do jornalismo digital como referências de credibilidade. Entretanto, as respostas também sugerem uma crescente desconfiança generalizada nas fontes de informação, o que pode refletir tanto o impacto da desinformação nas redes sociais quanto uma crise de confiança nos meios tradicionais.



FONTES CONFIÁVEIS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Os dados sobre as fontes de informação em que os respondentes mais confiam revelam diferenças importantes tanto por faixa etária quanto por tipo de território. No recorte etário, observa-se que os idosos demonstram maior confiança na mídia tradicional, enquanto entre os jovens essa confiança é menor, embora ainda relevante. Em contrapartida, os jovens tendem a confiar mais em sites de notícias na internet e, em menor medida, em pessoas conhecidas. Já entre os idosos, também se destacam a confiança em pessoas conhecidas e em professores ou lideranças comunitárias, reforçando a importância das relações de proximidade e comunitárias. No recorte por território, a mídia tradicional mantém alta confiança tanto nos “centros” quanto nos territórios indígenas, enquanto nos território periféricos observa-se maior diversidade nas fontes confiáveis, com destaque para sites de notícias na internet e pessoas conhecidas. A confiança em grupos de WhatsApp aparece de forma mais expressiva no contexto de territórios indígenas, ao passo que influenciadores e mídias comunitárias apresentam baixos percentuais em todos os recortes. De modo geral, os dados indicam que, apesar da crescente diversidade de fontes informativas, a confiança ainda se concentra em veículos tradicionais e em relações interpessoais, variando conforme geração e território. O recorte de gênero não apresentou diferenças significativas nas porcentagens e, por esse motivo, não foi incluído no material.

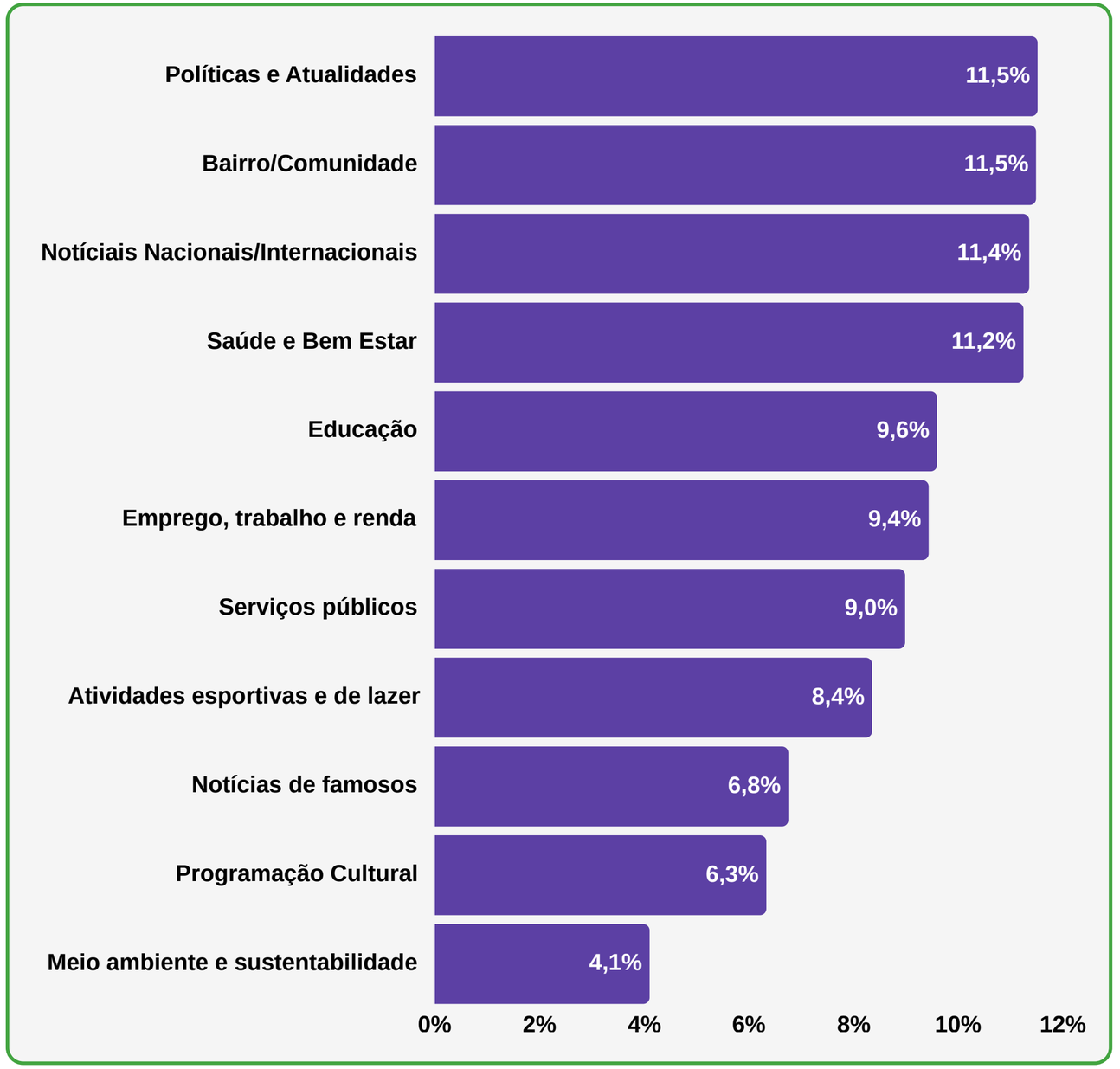


TIPO DE INFORMAÇÃO PROCURADA

Os tipos de informação mais buscados pela amostra entrevistada são Política e Atualidades, Bairro e Comunidade, Notícias nacionais e internacionais e Saúde e Bem-Estar. Também aparecem com relevância significativa os temas relacionados à Educação; Emprego, Trabalho e Renda; Serviços Públicos (como transporte, assistência social e segurança); Atividades esportivas e de lazer; e Notícias de famosos. Por outro lado, os temas de menor interesse são Programação cultural e Meio Ambiente e Sustentabilidade.

De forma geral, os resultados revelam que o público pesquisado prioriza informações diretamente relacionadas ao cotidiano e à vida prática, como política e atualidades, notícias locais, saúde, educação, trabalho e serviços públicos, demonstrando uma busca por conteúdos que auxiliem na compreensão do contexto social e na organização da rotina. O interesse por temas locais, como “bairro e comunidade”, reforça a importância do território como referência informacional, e a importância de se estabelecer relação entre a notícia e o cotidiano do bairro.

Em posição intermediária aparecem assuntos ligados ao lazer, esportes e celebridades, indicando que o entretenimento tem relevância, mas não ocupa o centro das demandas informativas. Por outro lado, a baixa procura por programação cultural e por temas ambientais sugere que essas áreas podem percebidas como distantes das necessidades imediatas do público o que aponta para desafios na aproximação desses conteúdos com a realidade cotidiana.



TIPO DE INFORMAÇÃO PROCURADA

Recorte por cidade

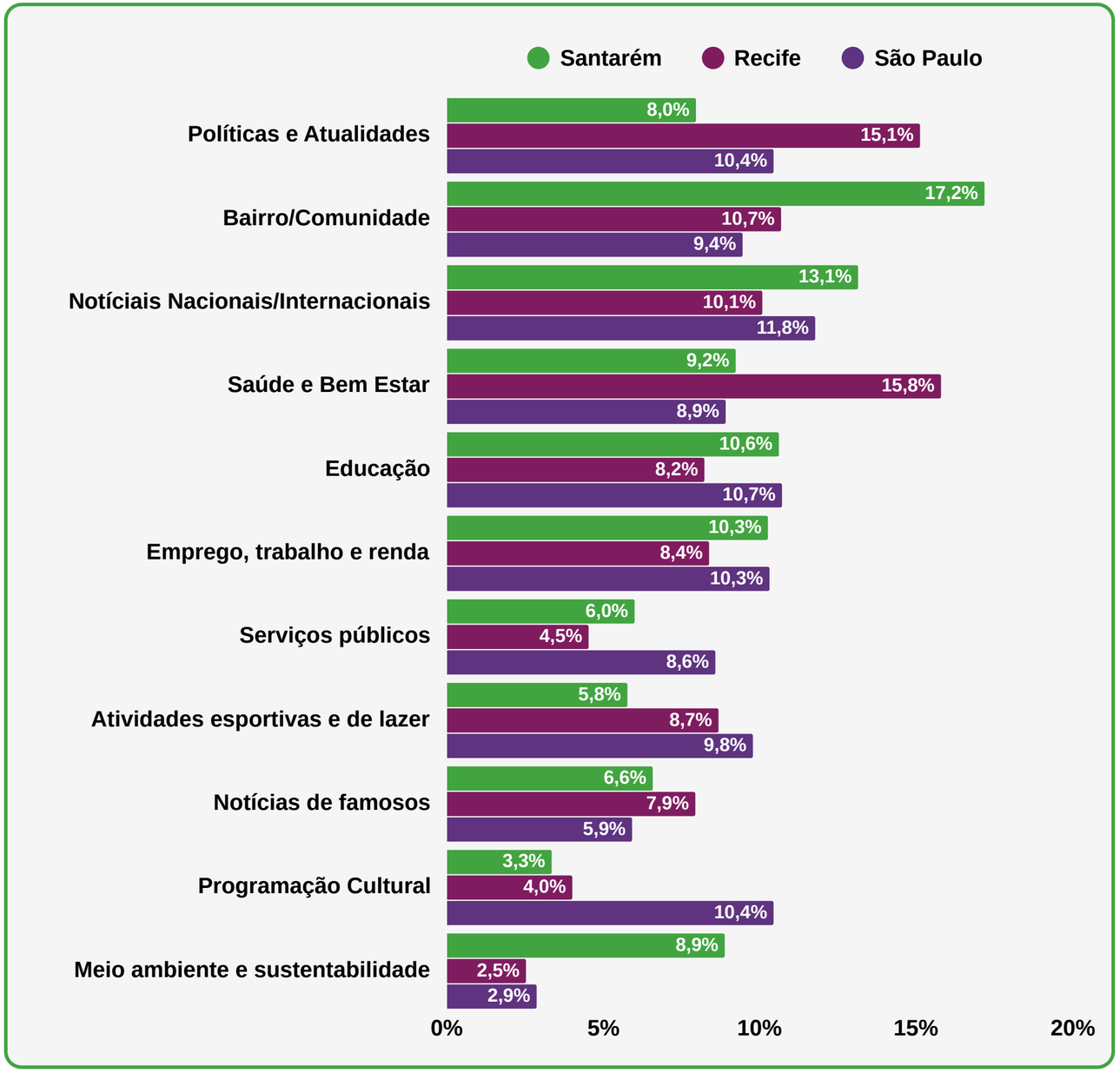
O gráfico mostra que os tipos de informação procurados variam de forma consistente entre as cidades, refletindo prioridades territoriais distintas.

Em Santarém, há maior centralidade em temas diretamente relacionados ao cotidiano local, como bairro/comunidade (17,2%), notícias nacionais e internacionais (13,1%), educação (10,6%) e emprego, trabalho e renda (10,3%), indicando uma busca mais orientada a necessidades concretas e estruturais.

Recife se destaca pela maior procura por políticas e atualidades (15,1%) e saúde e bem-estar (15,8%), sugerindo maior atenção a temas institucionais e de cuidado, além de lazer e esportes (8,7%).

São Paulo apresenta um perfil mais diversificado, com destaque para programação cultural (10,4%), educação (10,7%), emprego e renda (10,3%) e notícias nacionais/internacionais (11,8%), refletindo maior oferta e circulação de informações nesses campos.

De modo geral, temas como meio ambiente e sustentabilidade aparecem com baixos percentuais nas três cidades, o que sinaliza uma agenda ainda periférica na busca informacional cotidiana, apesar de sua relevância estrutural.



Qual tipo de informação você costuma procurar?	Homens (cis e trans)	Mulheres (cis e trans)	Pessoas não binárias, travestis e outras identidades de gênero
Políticas e Atualidades	13,6%	9,6%	8,9%
Bairro/Comunidade	10,9%	12,4%	14,3%
Notícias Nacionais/Internacionais	12,4%	10,6%	10,7%
Saúde e Bem estar	9,6%	13,5%	5,4%
Educação	8,4%	11,2%	7,1%
Emprego, trabalho e renda	9,5%	9,6%	10,7%
Serviços públicos	6,7%	6,2%	7,1%
Atividades esportivas e de lazer	11,3%	5,7%	8,9%
Notícias de famosos	5,6%	8%	3,6%
Programação Cultural	6,25%	6,5%	8,9%
Meio ambiente e Sustentabilidade	4,1%	4%	8,9%

TIPO DE INFORMAÇÃO PROCURADA - Recorte por gênero

Compreendendo que os interesses pessoais por determinadas temáticas e tipos de informação podem ser influenciados pelas condições de vida — como gênero, raça, local de origem, entre outros fatores —, buscou-se investigar de forma mais robusta quais temas despertam maior interesse entre os diferentes grupos da amostra.

Entre os homens (cis e trans), destaca-se maior interesse por política e atualidades (13,6%), notícias nacionais e internacionais (12,4%) e atividades esportivas e de lazer (11,3%), sugerindo a centralidade de temas associados ao debate público e ao entretenimento esportivo. Já entre as mulheres (cis e trans), sobressaem as buscas por saúde e bem-estar (13,5%), bairro/comunidade (12,4%) e educação (11,2%), o que aponta para uma maior valorização de informações relacionadas ao cuidado, à vida cotidiana e à formação. Esse padrão dialoga com um fenômeno social amplamente discutido na literatura: a sobrecarga histórica das mulheres em atividades de cuidado e na gestão da vida doméstica e comunitária.

No grupo de pessoas não binárias, queer, travestis e outras identidades de gênero —, observa-se maior interesse por bairro/comunidade, emprego, trabalho e renda, programação cultural e meio ambiente e sustentabilidade (todas com 8,9%). Esse perfil indica uma busca informacional diversificada e fortemente conectada a temas territoriais, culturais e socioambientais. No entanto, torna-se igualmente relevante avançar na compreensão sobre os temas que apresentam menor interesse para essa população. Pessoas não binárias, travestis e outras identidades de gênero — mesmo quando enquadrados em categorias de gênero binárias — enfrentam dificuldades expressivas de acesso a diversos espaços sociais, em decorrência da hegemonia da cisgeneridade enquanto norma, da naturalização da transfobia e da exclusão histórica dessas populações do pleno exercício da cidadania (Almeida; Vasconcellos, 2018). Nesse contexto, a elevada frequência de interesse na categoria “emprego, trabalho e renda” pode ser compreendida a partir da exclusão dessas populações do mercado de trabalho formal e da ausência de perspectivas concretas de inserção laboral. Além disso, Lobo et al. (2023) apontam elevados índices de evasão escolar entre pessoas trans e travestis, enquanto o acesso à saúde também se mostra desigual e restrito, seja pela escassez de serviços específicos, seja pelas experiências de discriminação vivenciadas nos espaços institucionais (IBRAT, 2024). Em consonância com esse cenário, as temáticas “educação” e “saúde e bem-estar” figuram entre as menos procuradas por esse grupo na amostra, o que pode refletir não apenas desinteresse, mas, sobretudo, a baixa acessibilidade e efetividade dessas políticas públicas para a população trans e travesti.

Qual tipo de informação você costuma procurar?	Pessoas Brancas	Pessoas Pretas	Pessoas Pardas	Pessoas Indígenas	Pessoas Amarelas
Políticas e Atualidades	13,5%	14%	11,5%	7,7%	7,35%
Bairro/Comunidade	9,3%	10,4%	10,6%	16,9%	11,8%
Notícias Nacionais/Internacionais	12,6%	8,6%	11,1%	13%	17,7%
Saúde e Bem estar	11%	11,6%	13,5%	9,4%	8,8%
Educação	8,9%	9,6%	9,8%	10,5%	11,8%
Emprego, trabalho e renda	8,7%	9,7%	9,7%	10,4%	5,9%
Serviços públicos	6%	7,2%	6,9%	6,1%	4,4%
Atividades esportivas e de lazer	11,4%	10%	7,8%	6,1%	10,3%
Notícias de famosos	6,4%	7,2%	7%	6,6%	7,4%
Programação Cultural	8,48%	6,2%	7,2%	3,4%	8,8%
Meio ambiente e Sustentabilidade	2,5%	3,23	2,5%	9,1%	2,9%

TIPO DE INFORMAÇÃO PROCURADA - Recorte por raça

Além disso, o recorte racial evidencia diferenças relevantes nos interesses informacionais, indicando que raça e pertencimento étnico se articulam às condições de vida e às desigualdades estruturais no acesso à informação. Entre as pessoas brancas, observa-se maior interesse por política e atualidades, notícias nacionais e internacionais e atividades esportivas e de lazer. Já as pessoas pretas e pardas apresentam maior concentração de interesse em política e atualidades, saúde e bem-estar e informações sobre o território.

No caso das pessoas indígenas, destacam-se de forma expressiva as informações sobre bairro/comunidade, notícias nacionais e internacionais e meio ambiente e sustentabilidade. Esta última temática chama atenção pela diferença percentual significativa em relação aos demais grupos, o que pode indicar, por um lado, menor centralidade do tema ambiental para outros segmentos da população, mesmo estando também expostos aos impactos das mudanças climáticas, da degradação ambiental e do racismo ambiental, especialmente em territórios periféricos. Por outro lado, evidencia como as populações indígenas são afetadas cotidianamente por políticas que viabilizam o desmatamento, a poluição dos rios e a expropriação de terras indígenas, entre outras, tornando essas questões centrais em seus interesses informacionais.

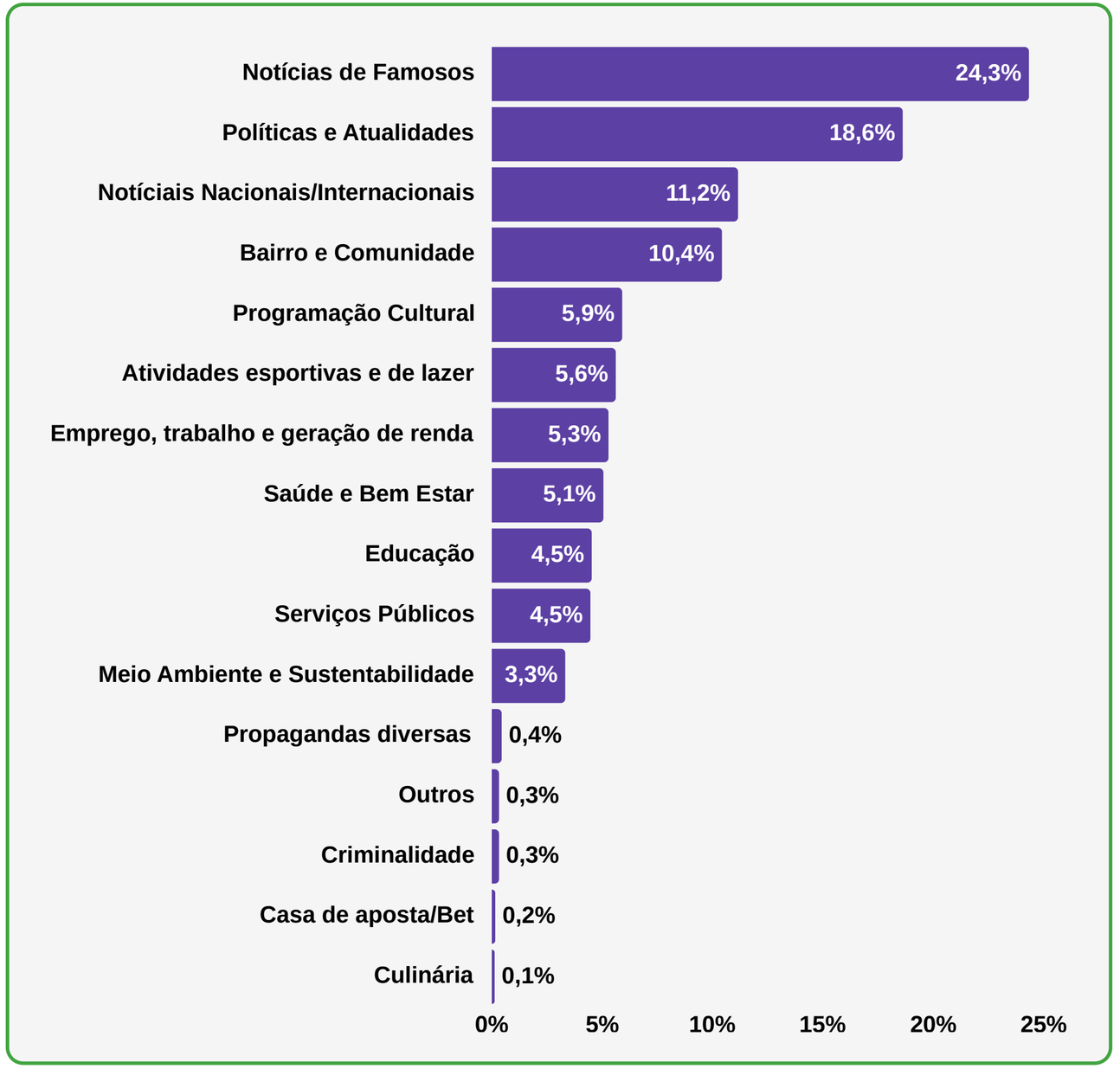
De modo geral, os resultados apontam que os interesses informacionais não são homogêneos e refletem desigualdades raciais historicamente construídas.

INFORMAÇÕES QUE CHEGAM ATÉ VOCÊ, MESMO QUE VOCÊ NÃO TENHA PROCURADO...

Apesar do interesse e da disposição da amostra em buscar os temas mencionados na página anterior, observa-se um descompasso entre o que se deseja consumir e o que de fato é oferecido pelos meios de comunicação. Isso sugere que, embora haja uma demanda por informações voltadas à cidadania e à realidade local, o fluxo informacional que chega espontaneamente ao público tende a privilegiar conteúdos de menor relevância para a amostra entrevistada, como notícias de famosos.

Ao analisar as porcentagens de resposta em cada categoria, identifica-se o predomínio da opção “Notícias de famosos” (24,33%), seguida por “Política e atualidades” (18,61%) e “Notícias nacionais e internacionais” (11,15%). Esses dados revelam que os conteúdos de entretenimento ainda ocupam um lugar central entre as informações que mais circulam ou alcançam o público, reforçando a assimetria entre o interesse informacional e a oferta midiática disponível.

Enquanto se sobressaem conteúdos de entretenimento, informações anteriormente mencionadas como de grande interesse deixam de aparecer com frequência para o público. É o caso das temáticas Saúde e Bem-Estar (diferença de 6,19 p.p.), Educação (5,07 p.p.), Emprego, Trabalho e Geração de Renda (4,15 p.p.) e Serviços Públicos (4,52 p.p.). Esses descompassos evidenciam que áreas consideradas essenciais pelos entrevistados têm baixa incidência no fluxo informacional espontâneo, o que pode limitar o acesso da população a conteúdos relevantes, sobretudo entre aqueles que possuem menos tempo para buscar e filtrar notícias devido às rotinas de trabalho desgastantes, ou entre aqueles que não acessam conteúdos pagos, entre outras barreiras.



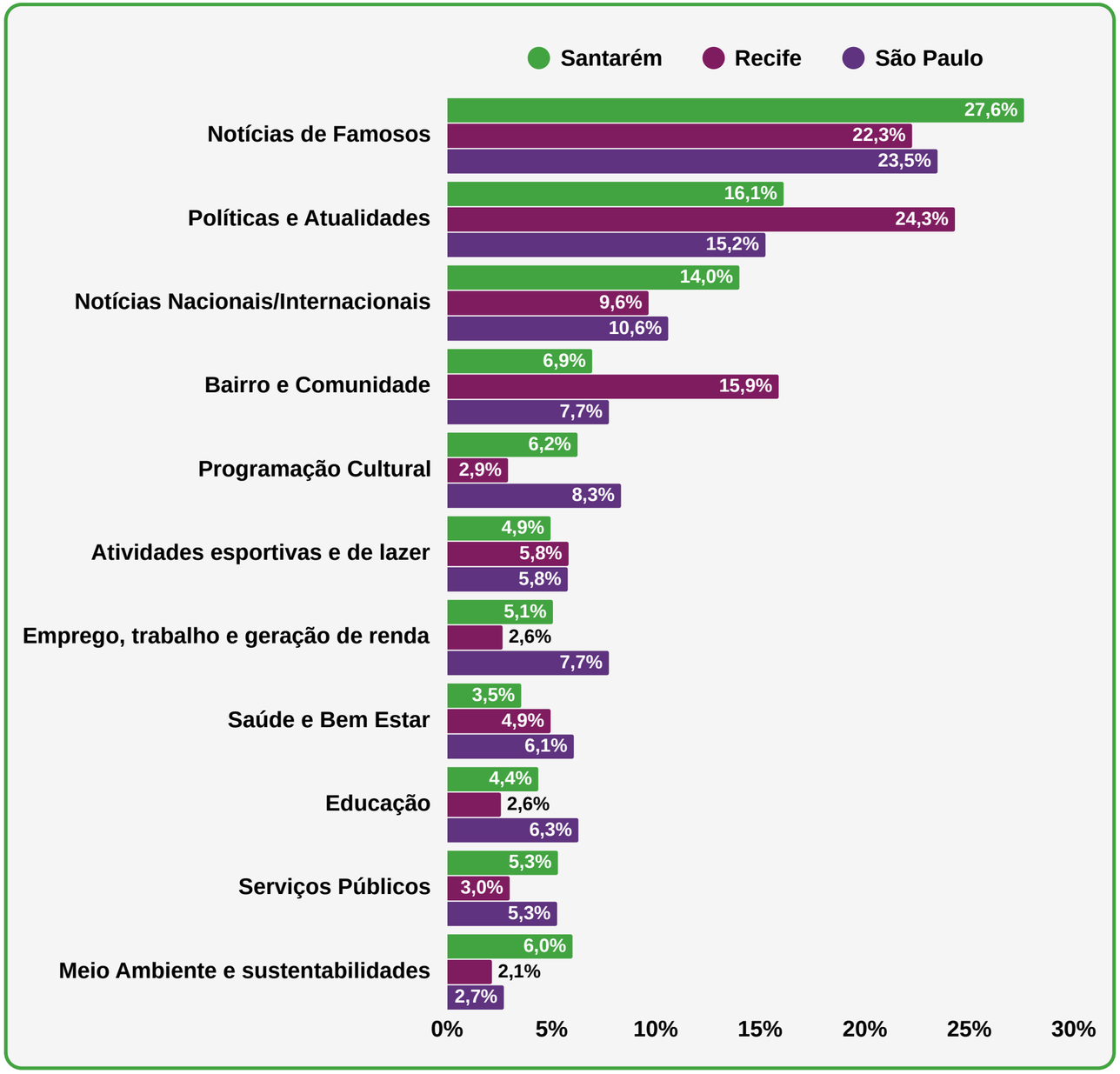
INFORMAÇÕES QUE CHEGAM ATÉ VOCÊ, MESMO QUE VOCÊ NÃO TENHA PROCURADO...

Recorte por cidade

O gráfico indica que as informações que chegam de forma passiva à população são fortemente concentradas em conteúdos de alto apelo midiático, com destaque para notícias de famosos, que lideram nas três cidades, especialmente em Santarém (27,6%) e São Paulo (23,5%).

Em Recife, observa-se maior incidência de políticas e atualidades (24,3%) e de informações sobre bairro e comunidade (15,9%), sugerindo um ecossistema informacional mais permeado por conteúdos de interesse público local e institucional. Já em Santarém, além dos famosos, ganham relevância política e atualidades (16,1%) e notícias nacionais e internacionais (14,0%), enquanto temas estruturantes como emprego, educação, saúde, serviços públicos e meio ambiente aparecem de forma residual nas três cidades.

De modo geral, o padrão revela uma assimetria entre o que circula espontaneamente nos fluxos informacionais e as demandas objetivas do cotidiano, o que amplia a exposição a conteúdos menos estratégicos para a vida social e reduz a presença de informações qualificadas sobre direitos, políticas públicas e sustentabilidade.



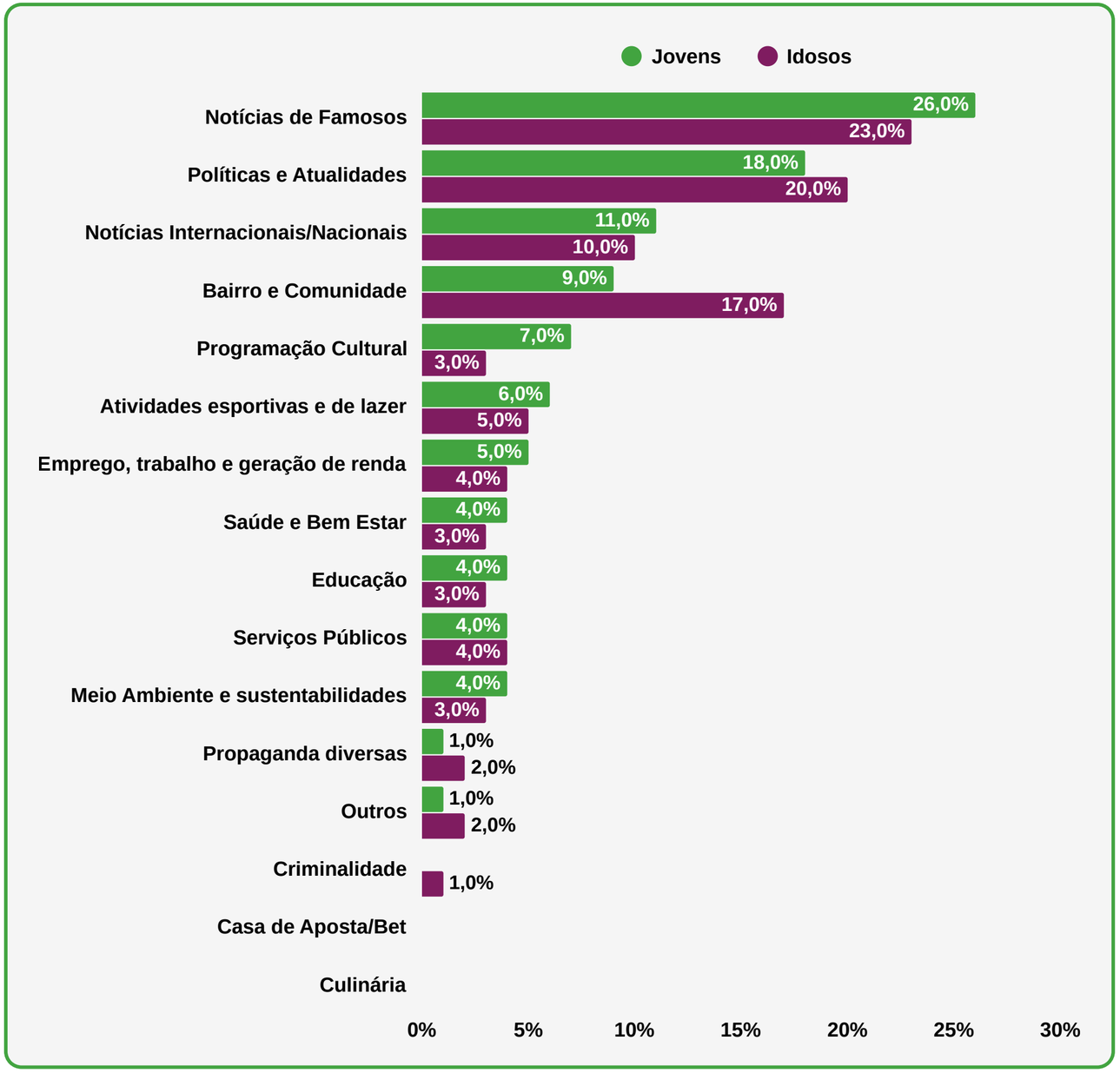
INFORMAÇÕES QUE CHEGAM ATÉ VOCÊ, MESMO QUE VOCÊ NÃO TENHA PROCURADO...

Recorte por idade

No recorte por faixa etária, observa-se que o descompasso entre interesse informacional e conteúdo que chega espontaneamente ao público se manifesta de forma distinta entre jovens e idosos. Entre os jovens, há forte predominância de conteúdos de entretenimento, especialmente “Notícias de famosos” (26%), seguidas por “Política e atualidades” (18%) e “Notícias nacionais e internacionais” (11%). Esse padrão sugere que, embora os jovens demonstrem interesse por temas mais amplos e estruturais, o fluxo informacional ao qual estão expostos tende a priorizar conteúdos de alta circulação e engajamento rápido, impulsionados por algoritmos de redes sociais e plataformas digitais.

Entre os idosos, o cenário apresenta nuances diferentes. Embora “Notícias de famosos” também apareça com peso significativo (23%), observa-se maior incidência de conteúdos ligados à vida cotidiana e à coletividade, como “Bairro e comunidade” (17%) e “Política e atualidades” (20%). Ao mesmo tempo, chama atenção a baixa presença espontânea de temas como saúde, educação, serviços públicos e trabalho, apesar de sua relevância prática para esse grupo etário. Esse padrão indica que, mesmo entre públicos que valorizam informações de interesse público, o fluxo informacional ofertado continua concentrado em conteúdos generalistas ou de entretenimento.

De forma geral, o recorte etário reforça que o ambiente informacional tende a uniformizar a oferta de conteúdos, independentemente das necessidades específicas de cada grupo. Jovens e idosos são impactados por uma agenda midiática que privilegia visibilidade e recorrência, em detrimento de temas essenciais para a cidadania e a qualidade de vida. Esse cenário evidencia a importância de estratégias de comunicação que tensionem essa lógica, ampliando a presença de conteúdos informativos relevantes e adequados às diferentes fases da vida.



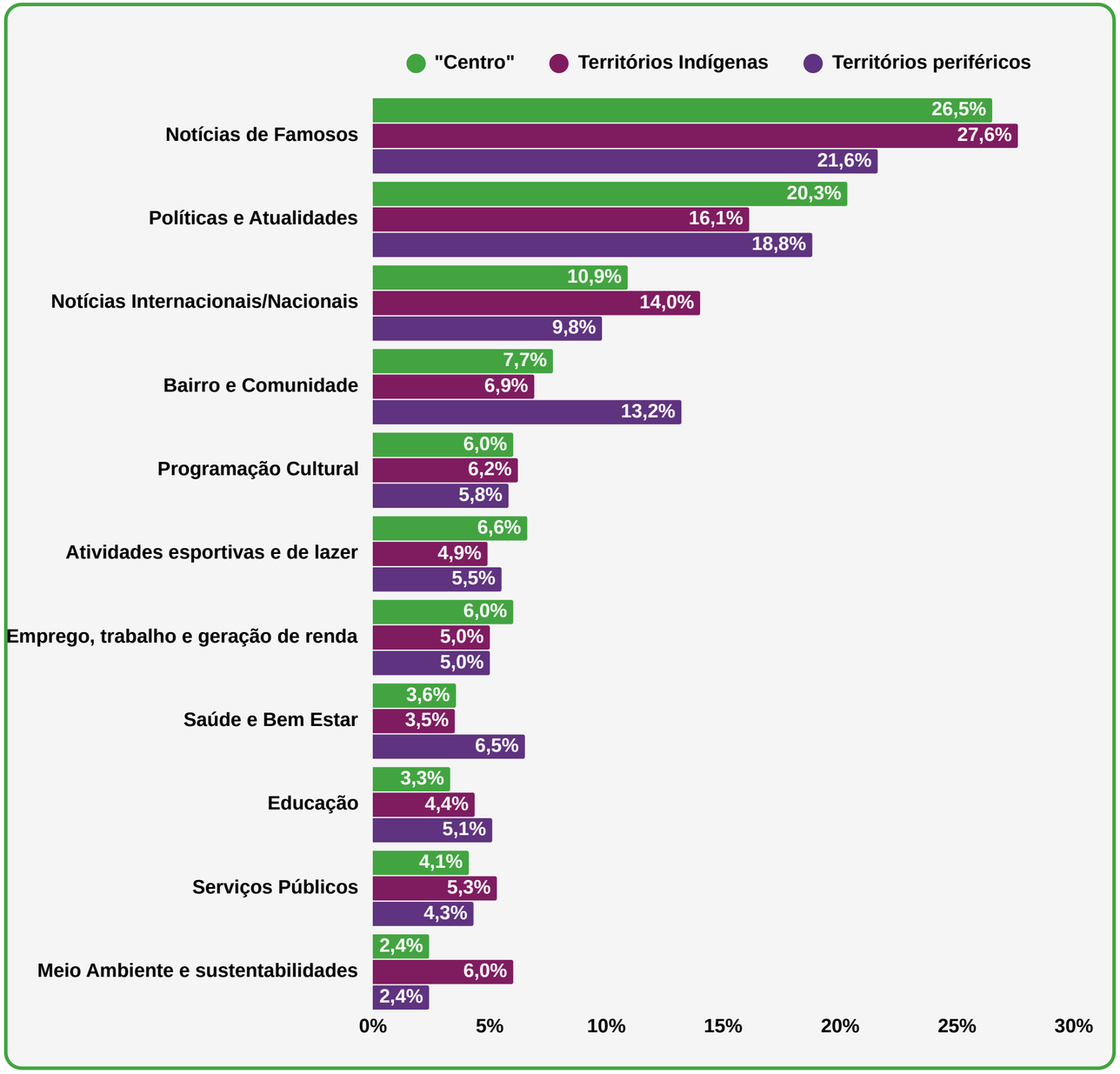
INFORMAÇÕES QUE CHEGAM ATÉ VOCÊ, MESMO QUE VOCÊ NÃO TENHA PROCURADO...

Recorte por território

No recorte por tipo de território, o descompasso entre os temas de interesse e aqueles que chegam espontaneamente ao público também se expressa de forma desigual. Em todos os territórios, “Notícias de famosos” aparecem como o conteúdo mais recorrente, com maior incidência nos territórios indígenas (28%), seguidas pelo centro (27%) e pelos territórios periféricos (22%), indicando uma homogeneização da oferta informacional que privilegia conteúdos de entretenimento independentemente do contexto territorial.

No centro, além das notícias de famosos, ganham destaque “Política e atualidades” (20%) e “Notícias nacionais e internacionais” (11%), sugerindo maior exposição a conteúdos de caráter mais amplo e generalista. Já nos territórios periféricos, observa-se maior presença de conteúdos ligados ao cotidiano local, como “Bairro e comunidade” (13%), ainda que esses apareçam em proporção inferior aos conteúdos de entretenimento. Esse dado reforça a centralidade das dinâmicas territoriais na mediação da informação, mesmo em um ambiente midiático amplamente padronizado.

Nos territórios indígenas, embora “Política e atualidades” (19%) também tenha peso relevante, chama atenção a baixa incidência de temas diretamente relacionados a direitos, políticas públicas e serviços essenciais, como saúde, educação e serviços públicos. Em todos os territórios, essas temáticas aparecem com percentuais reduzidos, apesar de sua importância para a vida cotidiana. Esse cenário evidencia que o fluxo informacional espontâneo tende a invisibilizar pautas estruturais e locais, reforçando a necessidade de estratégias comunicacionais territorializadas, capazes de tensionar a lógica dominante de oferta de conteúdo e ampliar o acesso a informações socialmente relevantes.

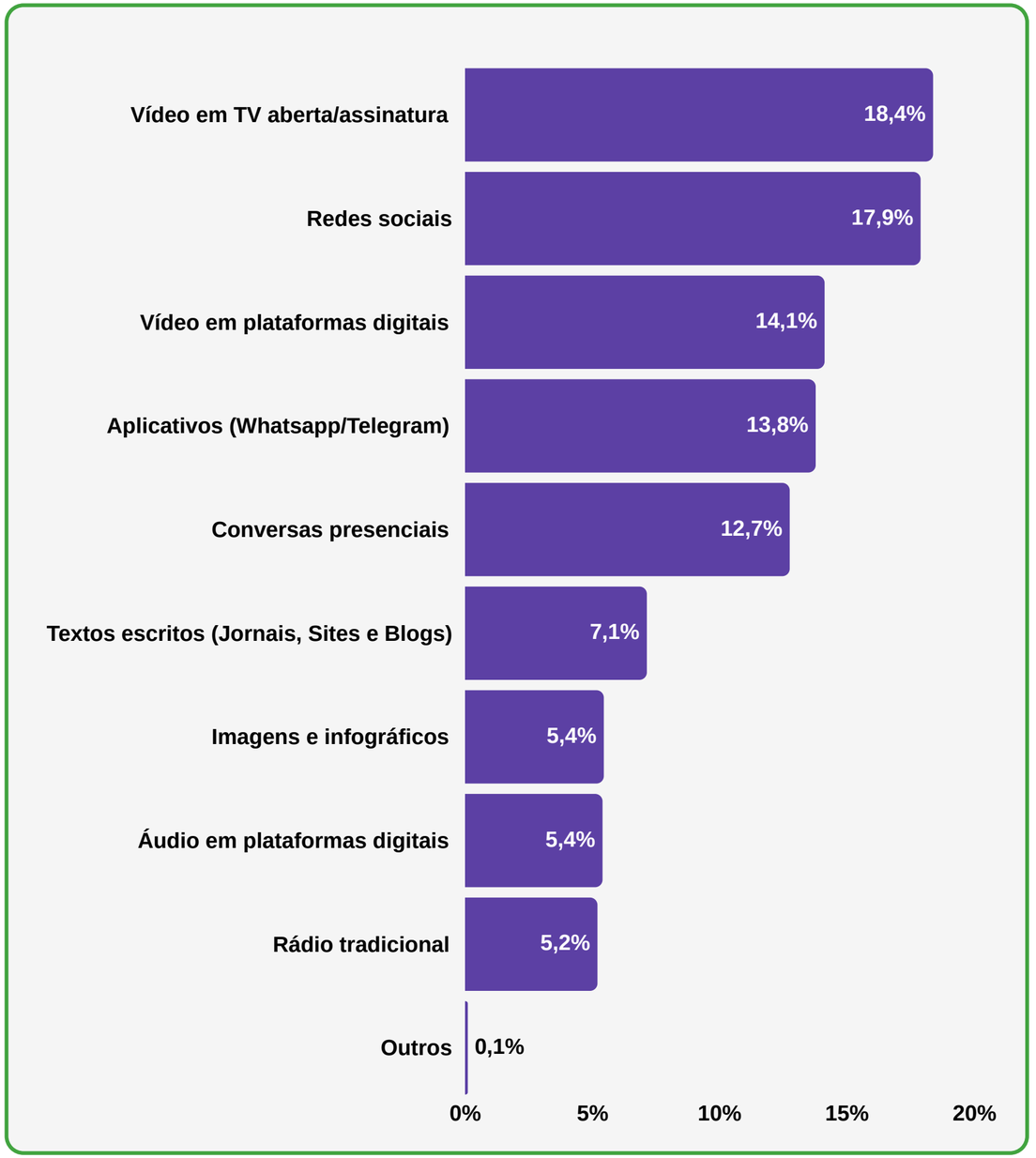


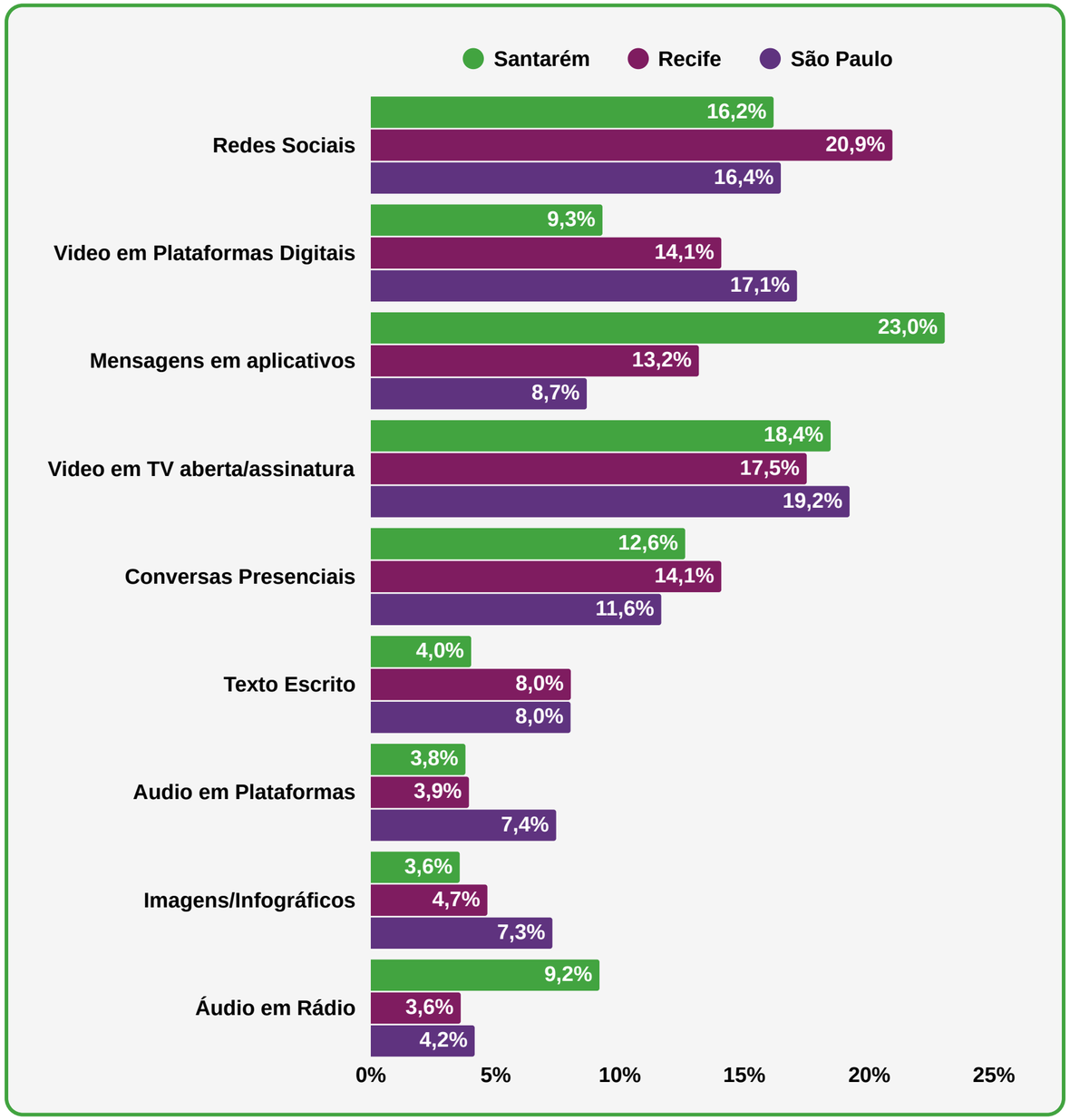
FORMATO PREFERÍVEL DE ACESSO À INFORMAÇÃO

No que se refere à preferência da amostra quanto ao formato em que a informação é divulgada, observa-se um predomínio das respostas “Vídeo na TV”, “Redes sociais”, “Vídeo em plataformas digitais”, “Aplicativos” e “Conversas presenciais”. As mídias em formato de texto escrito, como jornais, sites e blogs, apresentam porcentagem menor, mas ainda significativa, indicando um consumo complementar desse tipo de conteúdo. Por fim, as categorias menos mencionadas foram “Imagens ou infográficos”, “Rádio tradicional” e “Áudio em plataformas digitais”.

Atualmente, observa-se o predomínio de conteúdos veiculados por meio de vídeos em plataformas digitais e na televisão. O formato audiovisual favorece o acesso rápido, dinâmico e adaptado ao ritmo cotidiano, ao mesmo tempo em que evidencia uma transformação profunda nos modos de produzir e circular informações, em que elementos como estética, ritmo e potencial de viralização passam a desempenhar papéis centrais. Entretanto, é importante nos debruçarmos sobre os hábitos de leitura de conteúdos informacionais, sobretudo entre jovens.

Com o avanço das redes sociais e a crescente circulação de informações em aplicativos como o TikTok, marcados por notícias rápidas, curtas e fragmentadas, é possível que práticas de leitura e oralidade sejam cada vez menos estimuladas. Por isso, é necessário considerar em nossas análises tanto os efeitos imediatos do acesso à informação via redes sociais no cotidiano quanto a forma como essas práticas moldam hábitos e repertórios informacionais a longo prazo.





FORMATO PREFERÍVEL DE ACESSO À INFORMAÇÃO

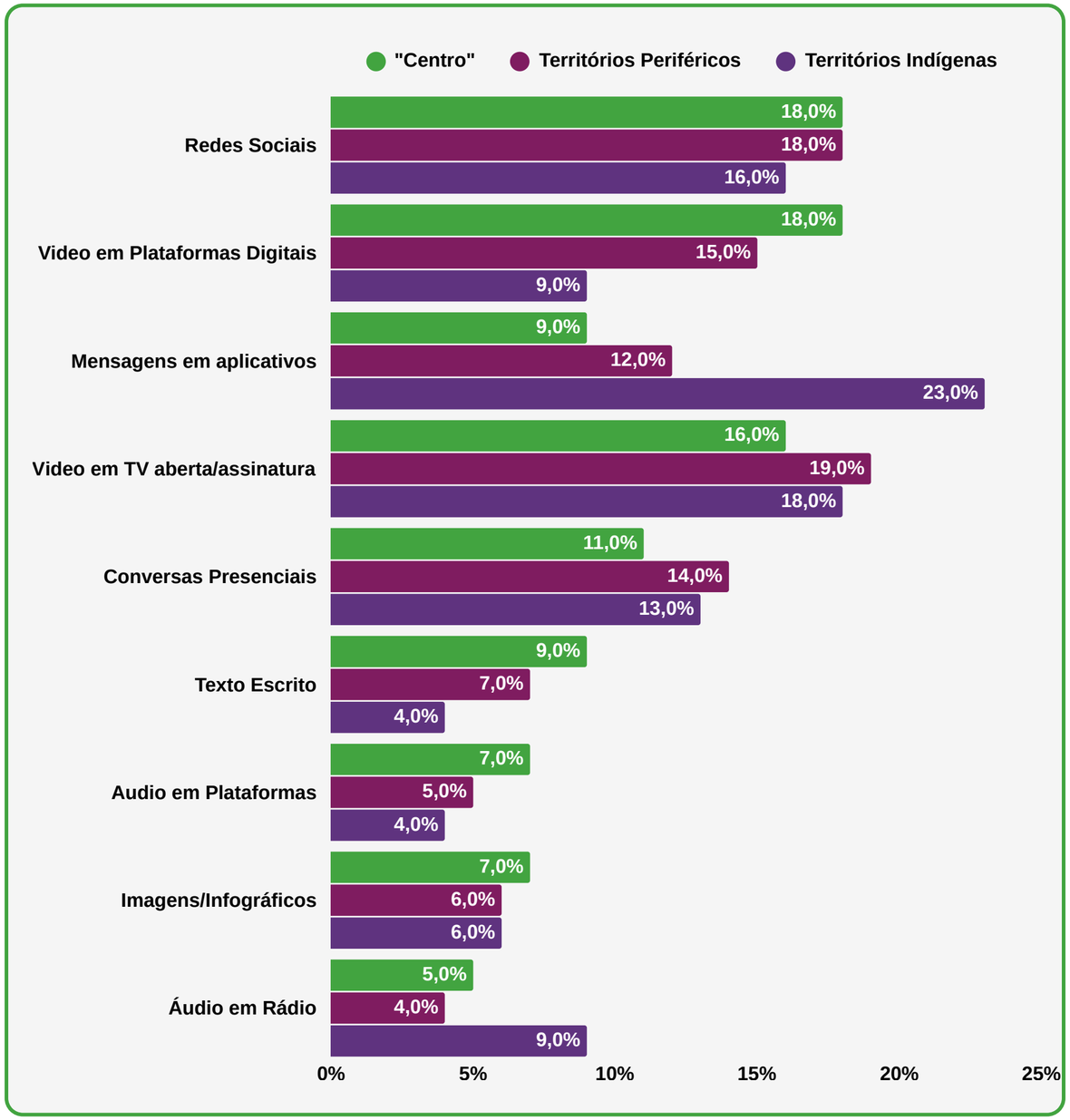
Recorte por cidade

O gráfico evidencia que os formatos preferenciais de acesso à informação variam de acordo com a infraestrutura comunicacional e os hábitos locais, mas com forte predominância de meios digitais e interpessoais.

As redes sociais aparecem como principal canal nas três cidades, com maior peso em Recife (20,9%) e São Paulo (16,4%), enquanto em Santarém ganham destaque as mensagens em aplicativos (23,0%), indicando centralidade de fluxos mais diretos e personalizados, como WhatsApp.

O consumo de vídeo é relevante em todos os contextos, seja em plataformas digitais ou na TV aberta/por assinatura, com São Paulo apresentando maior diversidade entre esses formatos. As conversas presenciais mantêm participação significativa, especialmente em Recife (14,1%), reforçando a importância da circulação oral da informação nos territórios.

Por outro lado, formatos como texto escrito, áudio em plataformas, imagens/infográficos e rádio apresentam percentuais menores, sugerindo limites tanto de acesso quanto de atratividade desses meios, o que tem implicações diretas para estratégias de comunicação pública e combate à desinformação que precisam ser territorializadas e multicanais.

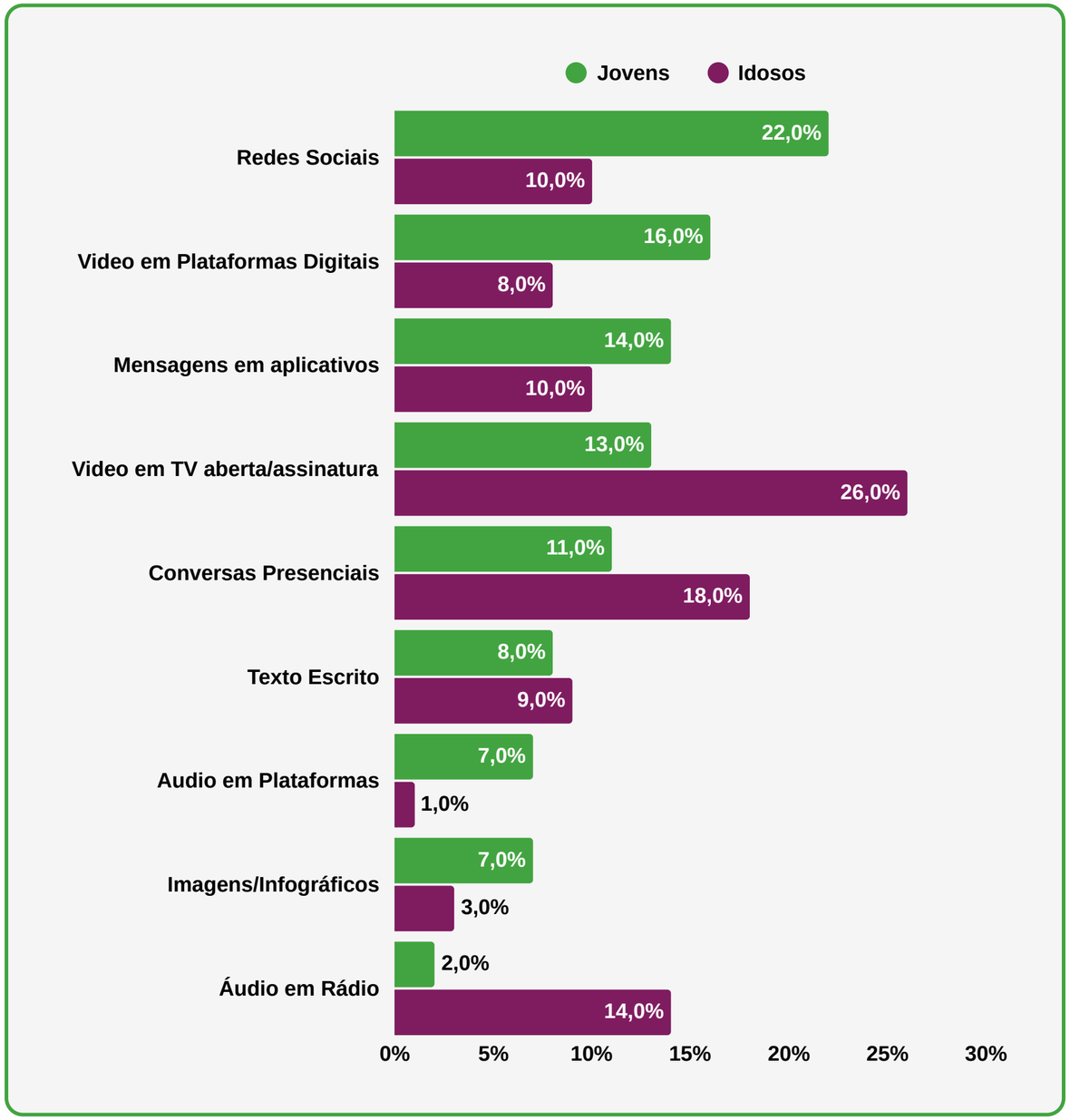


FORMATO PREFERÍVEL DE ACESSO À INFORMAÇÃO *Recorte por território*

No recorte territorial, as preferências por formato revelam padrões distintos de acesso e circulação da informação, sendo:

- No “centro”, observa-se maior equilíbrio entre formatos digitais, com destaque para redes sociais e vídeos em plataformas digitais (ambos com 18%), além do vídeo em TV (16%), indicando um consumo mais diversificado e multiplataforma.
- Nos territórios periféricos, embora as redes sociais (18%) e os vídeos digitais (15%) sigam relevantes, o vídeo em TV aberta ou por assinatura assume maior centralidade (19%), assim como as conversas presenciais (14%), evidenciando a combinação entre meios massivos e trocas informacionais baseadas na proximidade e no vínculo comunitário.
- Já nos territórios indígenas, destaca-se fortemente o uso de mensagens em aplicativos (23%), seguido por vídeo em TV (18%) e redes sociais (16%), o que aponta para o celular como principal mediador do acesso à informação e para a menor presença do texto escrito (4%).

Essas diferenças territoriais indicam que os formatos informacionais estão diretamente relacionados às condições concretas de vida, infraestrutura disponível e práticas cotidianas de comunicação. A centralidade do audiovisual e das mensagens instantâneas sugere uma busca por conteúdos mais acessíveis, rápidos e compatíveis com rotinas marcadas por deslocamentos, trabalho e conectividade intermitente. Ao mesmo tempo, a menor preferência por textos escritos e por formatos exclusivamente informativos reforça a importância de estratégias de comunicação que valorizem linguagem clara, mediação humana e múltiplos canais, de modo a ampliar não apenas o alcance da informação, mas também sua compreensão, circulação e apropriação nos diferentes territórios.



FORMATO PREFERÍVEL DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Recorte por idade

No recorte por faixa etária, observa-se uma diferença marcante nos formatos preferidos entre jovens e idosos, evidenciando modos distintos de acesso, circulação e legitimação da informação.

Entre os jovens, há predominância clara de formatos digitais, com destaque para redes sociais (22%), vídeos em plataformas digitais (16%) e mensagens em aplicativos (14%), o que indica um consumo informacional fortemente mediado por dispositivos móveis, linguagem audiovisual e conteúdos de rápida assimilação. O vídeo em TV aberta ou por assinatura (13%) aparece como formato complementar, enquanto o texto escrito (8%) e o áudio em rádio (2%) têm menor centralidade nesse grupo.

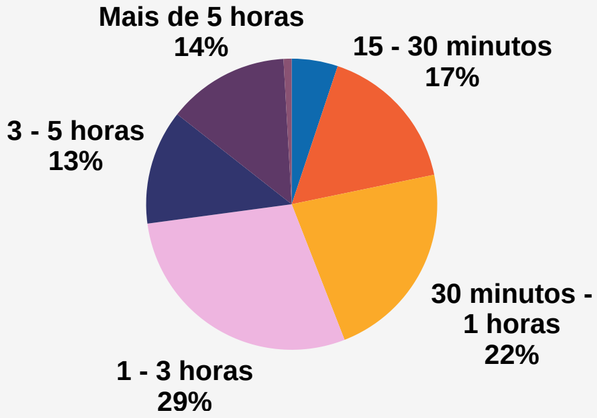
Entre os idosos, observa-se maior valorização de formatos tradicionais e presenciais, com destaque para o vídeo em TV aberta ou por assinatura (26%) e as conversas presenciais (18%), além do rádio (14%). As redes sociais (10%) e os vídeos em plataformas digitais (8%) aparecem com menor peso, indicando um uso mais seletivo e cauteloso dos meios digitais. O texto escrito mantém percentual semelhante entre os grupos (9%), sugerindo um papel mais estável desse formato independentemente da idade.

Essas diferenças etárias indicam que o consumo de informação está diretamente relacionado às trajetórias de socialização midiática de cada geração. Enquanto os jovens tendem a priorizar formatos mais dinâmicos, visuais e interativos, os idosos demonstram maior preferência por meios associados à credibilidade, à rotina doméstica e ao contato direto. Assim, estratégias de comunicação que busquem diálogo intergeracional precisam combinar formatos digitais e tradicionais, reconhecendo que a diversidade etária demanda múltiplas linguagens, ritmos e formas de mediação da informação.

TEMPO DE BUSCA DE INFORMAÇÕES / DIA

Ao serem questionados sobre quanto tempo por dia dedicam à busca ou ao consumo de informações, observa-se um predomínio das respostas entre 1 minuto e 3 horas (29%), seguido por 30 minutos a 1 hora (22%) e 15 a 30 minutos (17%). A porcentagem de pessoas que consomem mídia por menos de 15 minutos foi de 5,2%, enquanto aquelas que consomem por mais de 3 horas totalizaram 27%.

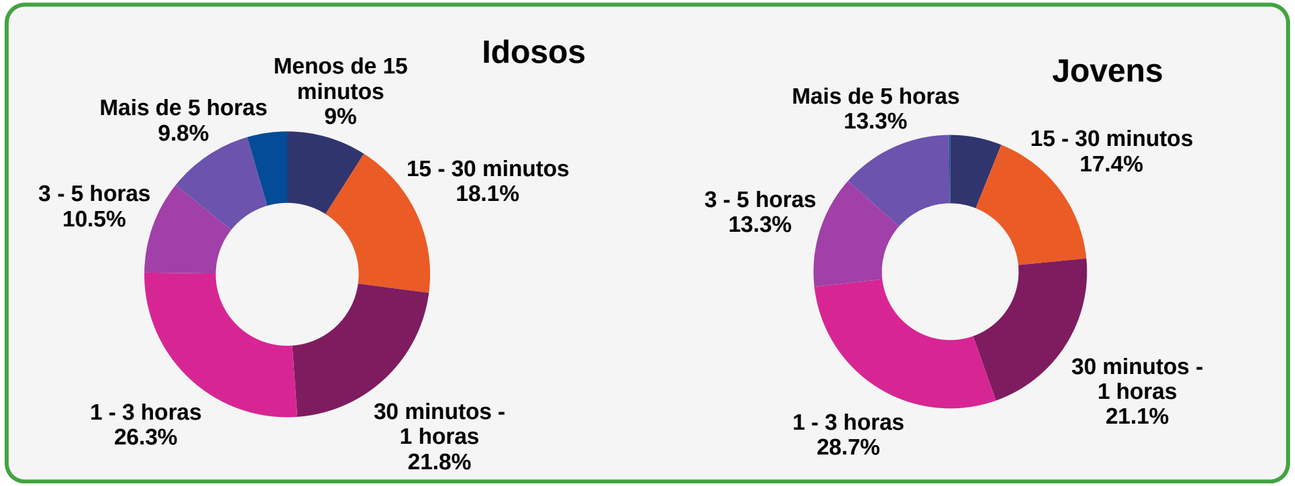
Esses dados sugerem que o consumo de informação tende a ocorrer, em grande parte, em períodos que variam de 15 minutos a 3 horas, o que pode refletir rotinas muito distintas entre a população entrevistada , especialmente quando se consideram os diferentes territórios e perfis socioculturais contemplados pela pesquisa e logo, diferentes formas de se relacionar com o tempo livre e o acesso à tecnlogias de informação e comunicação.



Recorte por faixa etária

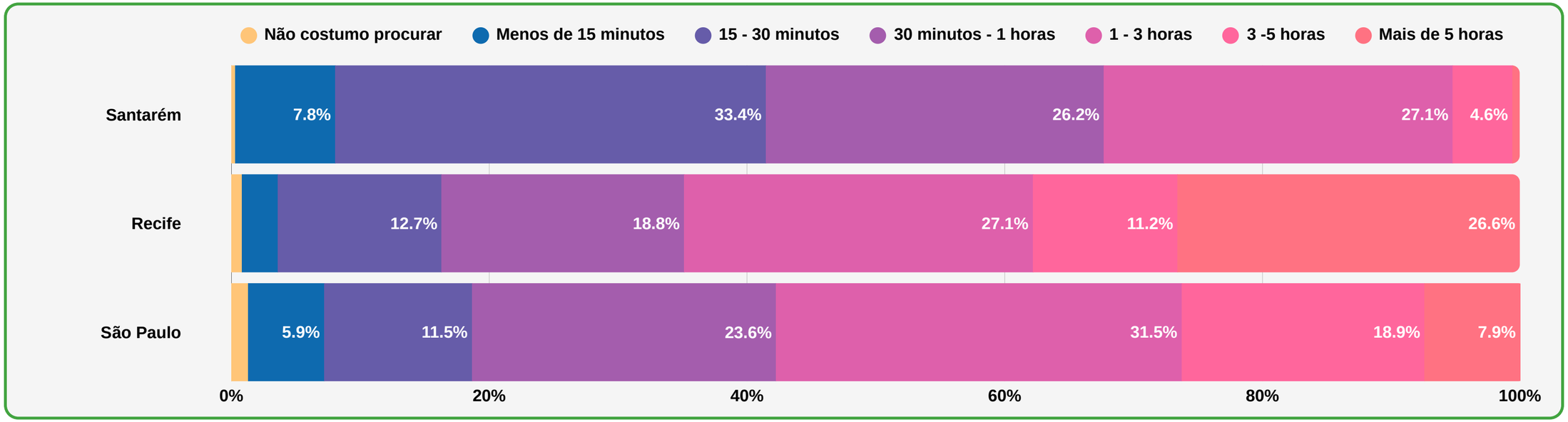
Partindo da hipótese de que existem diferentes graus de engajamento da população no consumo de informações, sobretudo ao considerar o desenvolvimento de novas formas de acesso e busca por notícias, que vêm se transformando ao longo dos anos, ao compararmos as respostas de jovens e idosos, notamos diferenças importantes.

Entre os idosos, observa-se maior concentração nas faixas de 1 a 3 horas (26,3%) e 30 minutos a 1 hora (21,8%), indicando um consumo relativamente regular, porém mais moderado. Já entre os jovens, há uma distribuição semelhante nas faixas intermediárias, com destaque para 1 a 3 horas (28,7%) e 30 minutos a 1 hora (21,1%), mas chama atenção a maior presença nas faixas de 3 a 5 horas (13,3%) e mais de 5 horas (13,3%) em comparação aos idosos. De modo geral, os dados indicam que, embora jovens e idosos compartilhem padrões semelhantes nas faixas intermediárias de tempo, os jovens tendem a permanecer mais tempo expostos ao consumo de informações.



TEMPO DE BUSCA DE INFORMAÇÕES / DIA

Recorte por cidade



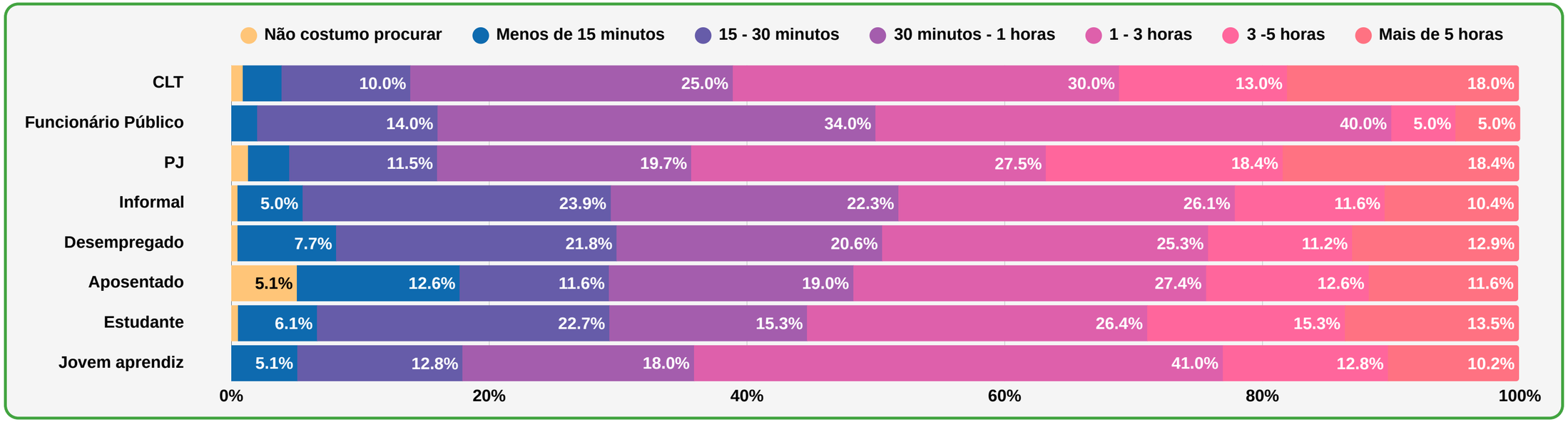
O gráfico indica que a busca diária por informações é significativa nas três cidades, mas com intensidades distintas.

Em Santarém, predomina um tempo intermediário de dedicação, com concentração entre 15–30 minutos (33,4%) e 30 minutos–1 hora (26,2%), além de uma parcela relevante entre 1–3 horas (27,1%), sugerindo um padrão de busca mais funcional e distribuído ao longo do dia. Recife apresenta maior polarização, combinando percentuais expressivos de 1–3 horas (27,1%) e mais de 5 horas (26,6%), o que indica maior exposição prolongada aos fluxos informacionais, possivelmente associada ao uso intensivo de redes sociais e conteúdos políticos. São Paulo se destaca pelo maior tempo médio dedicado à busca, com 31,5% entre 1–3 horas e 18,9% entre 3–5 horas, além de 7,9% acima de 5 horas, evidenciando um ambiente informacional mais denso e competitivo.

Em conjunto, os dados sugerem que quanto maior a complexidade urbana e a oferta de informação, maior tende a ser o tempo diário investido na busca, ampliando tanto as oportunidades de acesso qualificado quanto os riscos de sobrecarga informacional e desinformação.

TEMPO DE BUSCA DE INFORMAÇÕES / DIA

Recorte por situação profissional

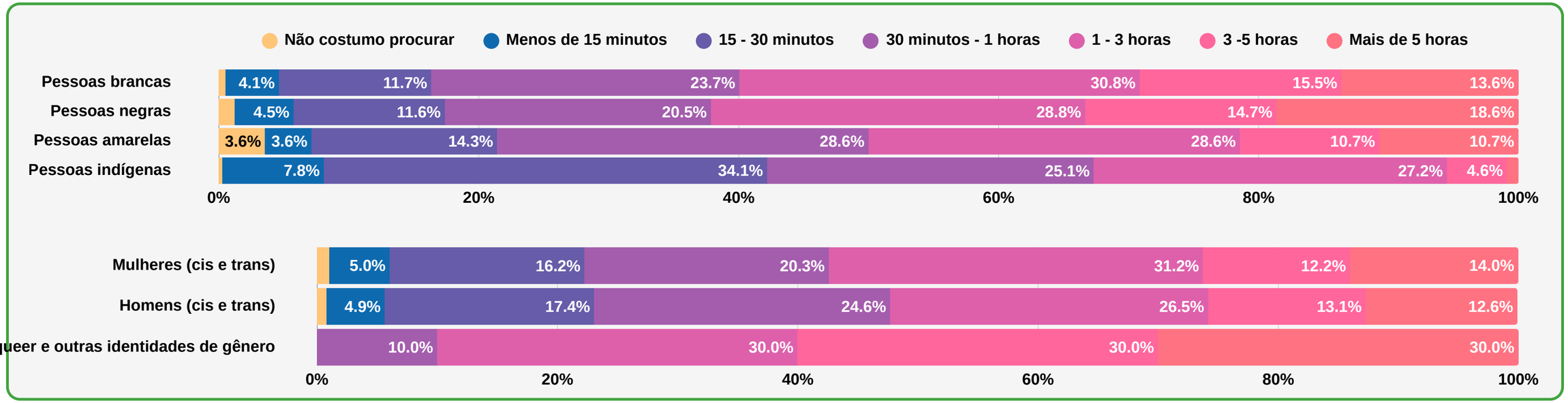


Com o intuito de compreender de forma mais robusta os motivos que levam as pessoas a se engajarem por mais ou por menos tempo com conteúdos informacionais, levantou-se a hipótese de que o tempo disponível varia de acordo com características socioculturais e territoriais. Por exemplo, pessoas que passam muitas horas no transporte público para se locomover pelas cidades, indivíduos com mais de uma jornada de trabalho, entre outros fatores, tendem a afetar disponibilidade das pessoas para buscar, filtrar e consumir notícias. Considerando a dimensão do trabalho como um elemento que impacta diretamente a relação entre indivíduo, tempo livre, lazer e consumo de informação, filtramos as respostas de acordo com a situação profissional.

Análisando o gráfico acima, pessoas jurídicas e jovens aprendizes se destacam por concentrarem as maiores porcentagens de buscas prolongadas (mais de 1 horas), enquanto trabalhadores CLT, funcionários públicos e estudantes apresentam distribuição mais equilibrada, com forte presença das faixas intermediárias (30 minutos a 1 hora e 1 a 3 horas). Já os grupos de pessoas em trabalhos informais e desempregadosm tendem a procurar informações por períodos mais curtos ou moderados (maiores porcentagens entre 15 e 30 minutos), com menor presença em buscas acima de 3 horas. Os aposentados apresentam o padrão mais heterogêneo, combinando buscas rápidas com uma parcela relevante que afirma não procurar informações. Isso nos indica que profissões mais estáveis ou associadas à formação contínua parecem dedicar mais tempo a esse tipo de atividade, enquanto vínculos mais precários ou trajetórias marcadas por instabilidade mostram um engajamento mais reduzido ou irregular.

TEMPO DE BUSCA DE INFORMAÇÕES / DIA

Recorte por raça e gênero



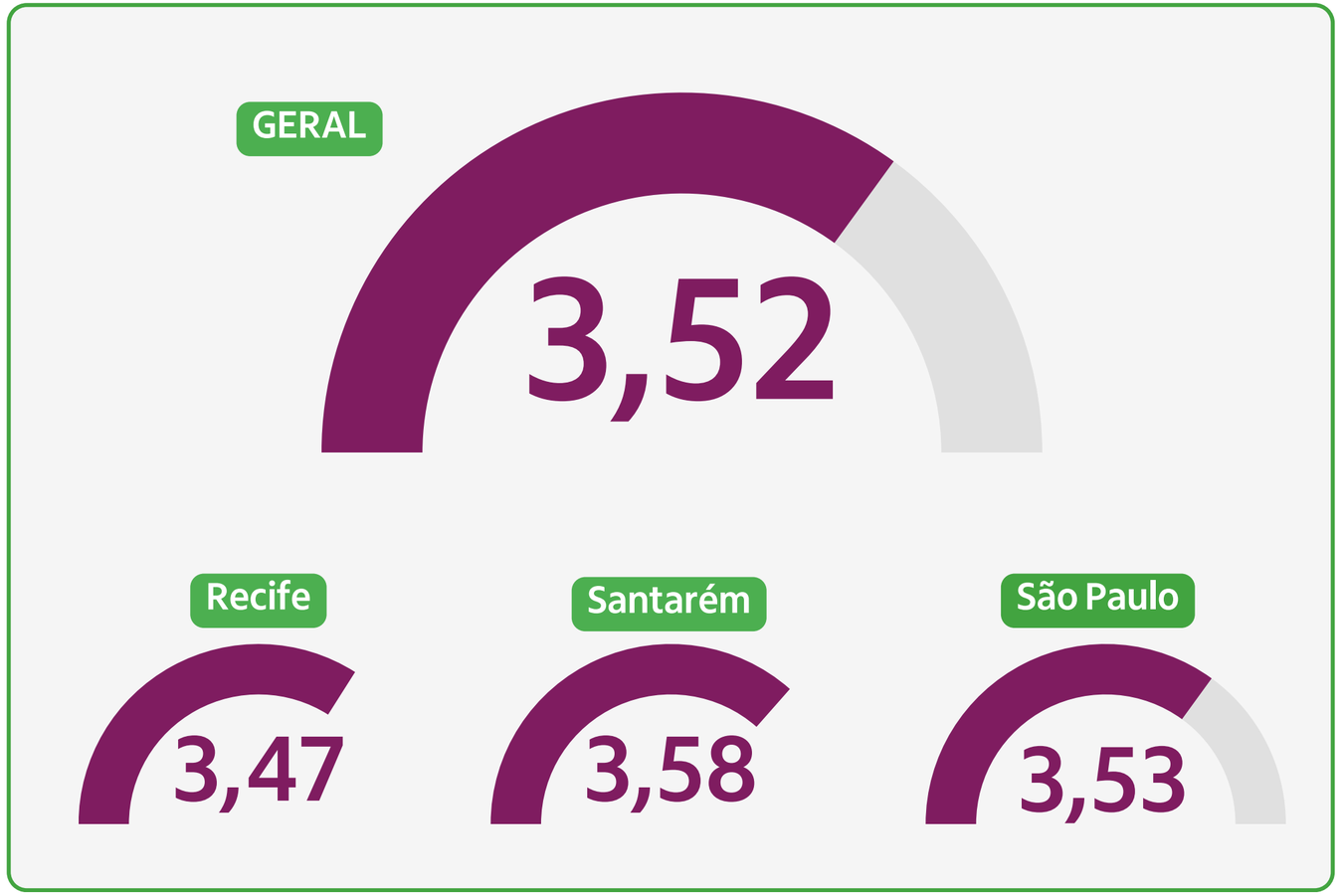
Ao analisar os dados obtidos a partir do recorte racial da amostra, observa-se que pessoas indígenas concentram-se de forma mais expressiva nas faixas de tempo mais limitado de consumo de informações, especialmente entre 15 a 30 minutos (34,10%) e 30 minutos a 1 hora (25,14%), além de uma proporção significativa entre 1 a 3 horas (27,17%). Em contrapartida, apresentam menores percentuais nas faixas de maior tempo de consumo, sobretudo em “mais de 5 horas” (0,87%), quando comparadas às pessoas brancas e negras. Além disso, pessoas brancas e negras apresentam distribuições semelhantes, com maior concentração nas faixas de 1 a 3 horas e presença mais expressiva nas categorias de 3 a 5 horas e mais de 5 horas, indicando um consumo mais intensivo de informações ao longo do dia e, possivelmente, uma maior exposição ou engajamento prolongado com os fluxos informacionais.

No recorte de gênero, as diferenças são menos expressivas. Mulheres e homens (cis e trans) apresentam distribuiçõespróximas, com maior concentração entre 30 minutos a 1 hora e 1 a 3 horas. O grupo de pessoas não-bináries, queer e outras identidades de gênero aparece concentrado em faixas mais longas de tempo; no entanto, é necessário cautela na interpretação desses dados, uma vez que a amostra correspondente a esse grupo é significativamente menor em comparação aos demais agrupamentos.De forma geral, os dados reforçam que as principais desigualdades no tempo dedicado ao consumo de informações se articulam mais fortemente ao recorte racial e, indiretamente, ao território, do que ao gênero. Ainda assim, é importante considerar que mulheres tendem a estar mais sujeitas a múltiplas jornadas de trabalho, sobretudo com as sobrecargas do trabalho doméstico (Ministério das Mulheres, 2025), o que pode impactar o tempo disponível para o consumo de informações, mesmo que essa dinâmica não se evidencie diretamente no gráfico. Assim, reforça-se a influência de condições estruturais, contextuais e socioterritoriais na relação cotidiana com a informação.

ACESSO À INFORMAÇÕES CONFIÁVEIS NO SEU DIA A DIA

Diante da pergunta “O quanto você sente que tem acesso suficiente a informações confiáveis sobre o que acontece no seu bairro e na cidade?”, os participantes deveriam escolher, em uma escala de 1 a 5, a opção que melhor representava sua opinião. A média geral obtida foi 3,62. Considerando que 1 indica ausência de acesso a informações confiáveis e 5 representa acesso amplo e suficiente, concluímos que a maior parte da amostra sente que acessa algumas informações confiáveis, mas não de maneira totalmente satisfatória, já que a média não alcança o valor 4. Essa percepção sugere um acesso parcial, indicando possíveis lacunas na circulação de informações confiáveis sobre o território.

Ao filtrarmos esses dados de acordo com as três cidades onde a pesquisa foi aplicada, observamos que a média de Recife é inferior à média geral, indicando um acesso ainda mais insatisfatório a informações específicas sobre os bairros em que a amostra reside. Em contrapartida, em Santarém e São Paulo, a média aumenta, com destaque para Santarém, onde a aplicação ocorreu em dois territórios indígenas (Comunidade Kumaruara e Comunidade Arupian). Esse resultado sugere diferenças relevantes na circulação e na disponibilidade de informações confiáveis entre os territórios, possivelmente associadas a dinâmicas comunitárias, redes locais de comunicação e formas próprias de produção e compartilhamento de conhecimento.



ACESSO À INFORMAÇÕES CONFIÁVEIS NO SEU DIA A DIA

Recorte por tipo de território

Territórios Periféricos	“Centro”	Territórios Indígenas
3,46	3,59	3,58

Recorte por raça

Pessoas Brancas	Pessoas Pretas	Pessoas Pardas	Pessoas Indígenas	Pessoas Amarelas
3,44	3,49	3,58	3,57	3,14

Recorte por gênero

Mulheres (cis e trans)	Homens (cis e trans)	Pessoas não binárias, queer e outras idendidades de gênero
3,48	3,55	3,74

No que tange ao recorte racial, observa-se que pessoas pardas e pessoas indígenas apresentam as médias mais elevadas de percepção de acesso a informações confiáveis (3,58 e 3,57, respectivamente), seguidas por pessoas pretas (3,49) e pessoas brancas (3,44). Já pessoas amarelas registram a média mais baixa (3,14), sugerindo uma percepção relativamente menor de acesso a informações confiáveis sobre seus bairros. É importante mencionar que esse resultado pode ser influenciado pelo baixo número de pessoas amarelas na amostra, significativamente inferior ao dos demais grupos raciais.

No recorte territorial, os resultados mostram variações pouco acentuadas, com médias semelhantes entre centro (3,59), territórios indígenas (3,58) e territórios periféricos (3,46), sendo este último o valor mais baixo, o que indica a necessidade de atenção. De forma geral, os valores situam-se em um patamar intermediário, indicando que, embora os respondentes não percebam uma ausência total de informações confiáveis, tampouco avaliam seu acesso como plenamente satisfatório. Esse cenário aponta para a necessidade de fortalecer a circulação de informações locais confiáveis e acessíveis nos diferentes territórios.

Por fim, o recorte de gênero evidencia que homens (cis e trans) registram média mais elevada do que mulheres (cis e trans). No entanto, pessoas que não se enquadram em categorias binárias de gênero apresentam a maior média observada (3,74), resultado que pode estar influenciado pelo baixo número de pessoas não binárias e travestis na amostra, o que recomenda cautela na interpretação desses dados. De modo geral, os dados indicam que, embora a população consiga acessar algumas informações sobre seus bairros, esse acesso é percebido como insuficiente. Tal percepção aponta para a necessidade de maior capilarização e fortalecimento das mídias comunitárias que atuam nos territórios.

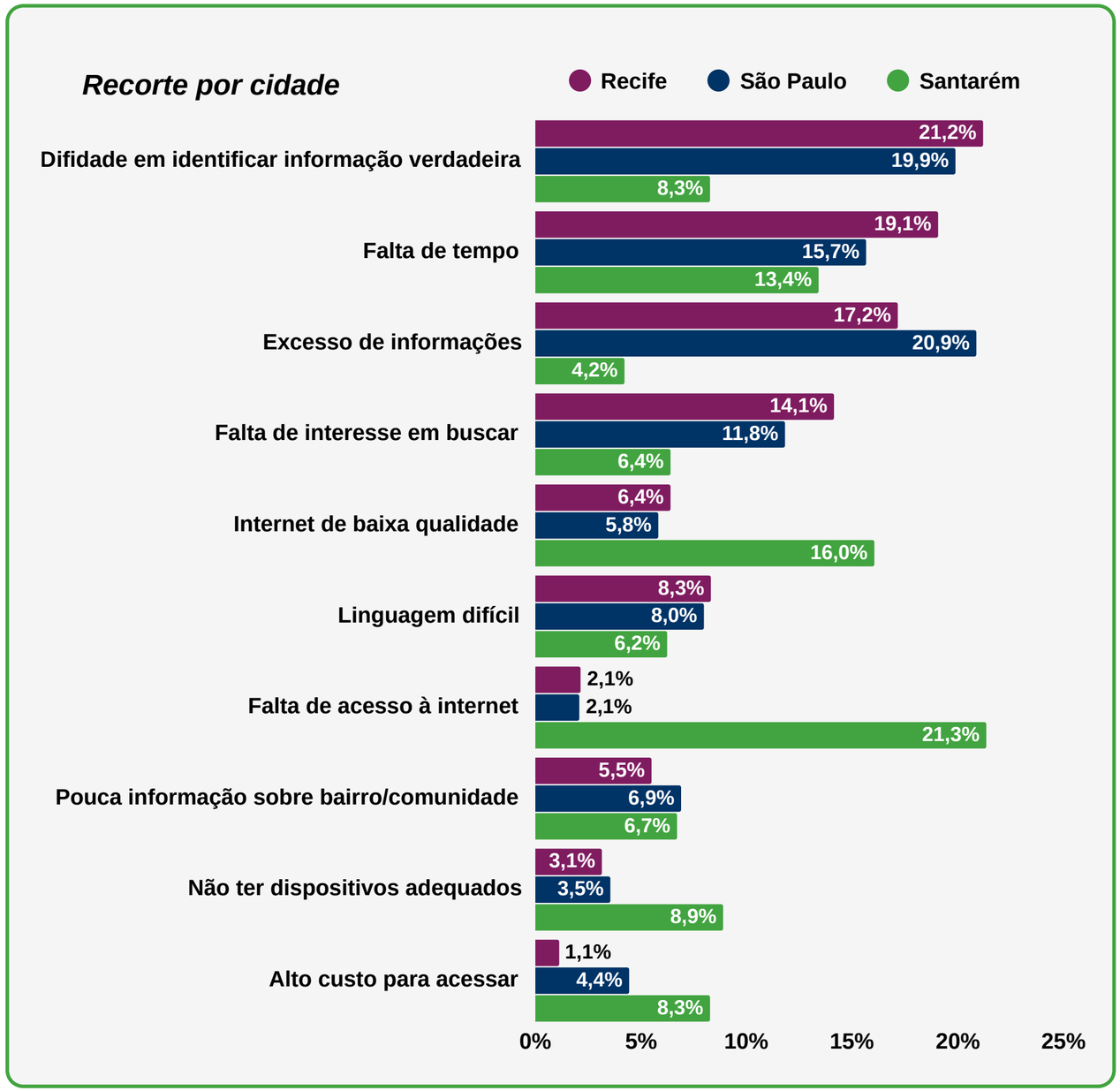
PROBLEMAS PARA SE MANTER BEM INFORMADO

Os dados evidenciam que as principais dificuldades relatadas pela amostra para se manter bem informada não se restringem apenas ao acesso, embora as barreiras tecnológicas apareçam de maneira significativa, como Internet de baixa qualidade (8,59%), falta de acesso à internet (6,94%), ausência de dispositivos adequados (4,75%) e alto custo para acessar (4,24%). Somadas, essas respostas representam 24,52% da amostra vivendo em condições de acesso desigual às tecnologias de informação e comunicação, o que reforça que a infraestrutura ainda é um obstáculo relevante.

No entanto, os entraves mais frequentes apontam para dimensões que ultrapassam o acesso em si, revelando desigualdades ligadas à inclusão e ao uso efetivo dos meios informacionais. Entre eles, destacam-se a dificuldade em identificar se a informação é verdadeira (17,41%) falta de tempo (16,27%),frequentemente relacionada a rotinas exaustivas, múltiplas jornadas de trabalho e dinâmicas desiguais que afetam sobretudo mulheres, pessoas negras e moradores de territórios periféricoss, e o excesso de informações (15,37%), que pode gerar sobrecarga e dificultar a seleção de conteúdos confiáveis. Além disso, barreiras como falta de interesse (11,25%), linguagem difícil (7,65%) e pouca informação sobre bairro/comunidade (6,35%) apontam para desafios relacionados à relevância, acessibilidade linguística e contextualização das informações.

Assim, em consonância com o que já foi discutido por Senne et al. (2020), os resultados reforçam que compreender desigualdades informacionais exige ir além das diferenças de acesso absoluto — como simplesmente ter ou não ter conexão à internet. É necessário considerar também as disparidades entre os próprios usuários quanto aos usos realizados, isto é, as formas como se apropriam da internet e dos meios midiáticos. Isso implica reconhecer as condições concretas de vida da população brasileira e, no caso da nossa amostra, como essas condições impactam não apenas o acesso, mas sobretudo a qualidade desse acesso, moldando de maneira desigual as possibilidades de se manter bem informado





PROBLEMAS PARA SE MANTER BEM INFORMADO

Visando compreender com maior robustez o perfil da amostra que enfrenta dificuldades relacionadas ao acesso à informação e à inclusão informacional, propomos duas análises complementares. A primeira consiste em um recorte por cidade, que apresenta as principais diferenças também observadas no recorte racial, especialmente entre pessoas indígenas e os demais grupos raciais, considerando que a maior parte das pessoas indígenas da amostra se concentra em Santarém. A segunda análise refere-se ao recorte por nível de escolaridade, permitindo aprofundar a compreensão sobre como a formação educacional se relaciona com as condições de uso da informação.

O recorte por cidade evidencia que os principais problemas para se manter bem informado variam de acordo com o contexto territorial. Em São Paulo, observa-se maior incidência do excesso de informações, sugerindo que, em contextos com maior oferta informacional, o volume de conteúdos pode se tornar um obstáculo à compreensão e à seleção de informações confiáveis. Já em Recife, sobressai a dificuldade em identificar informações verdadeiras e a falta de tempo, apontando para barreiras relacionadas tanto à qualidade quanto às condições cotidianas de consumo informacional.

Por outro lado, Santarém apresenta um perfil distinto, no qual se destacam de forma expressiva a falta de acesso à internet, a baixa qualidade da conexão e a ausência de dispositivos adequados, evidenciando limitações estruturais e materiais no acesso à informação. Esses dados reforçam a centralidade das desigualdades territoriais e da infraestrutura digital como fatores determinantes da exclusão informacional.

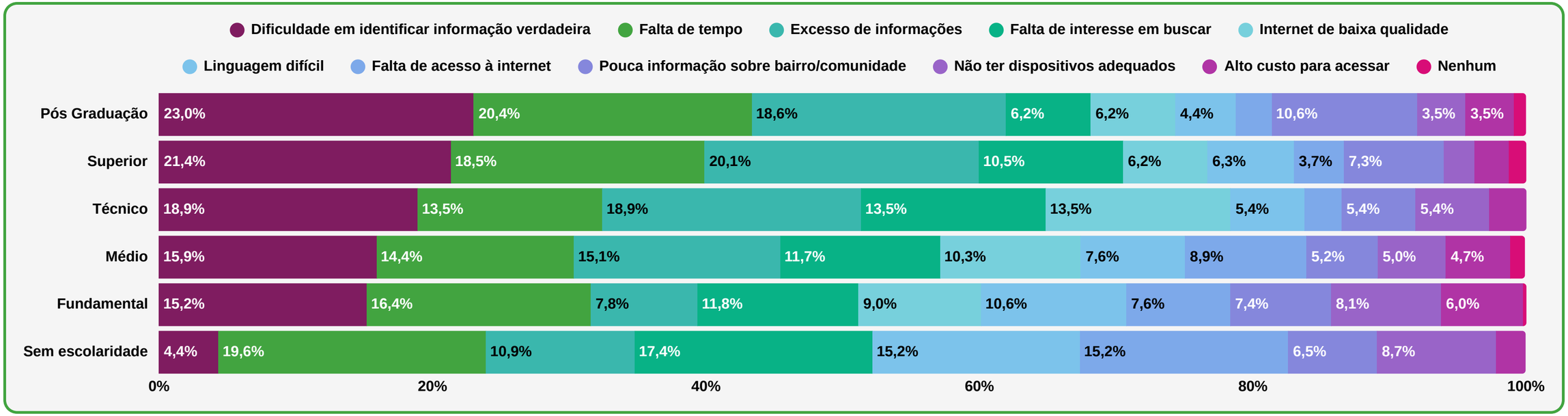
Além disso, problemas como linguagem complexa e escassez de informações sobre o bairro ou comunidade aparecem de forma transversal nas três cidades, indicando a necessidade de fortalecer estratégias de comunicação mais acessíveis, locais e territorializadas, especialmente por meio de mídias comunitárias.

PROBLEMAS PARA SE MANTER BEM INFORMADO

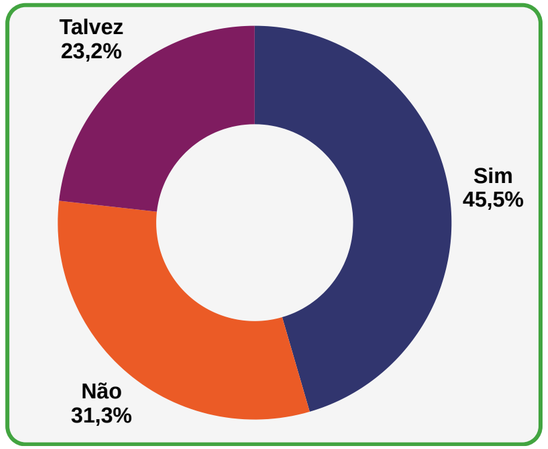
Recorte por nível de escolaridade

No que tange ao nível de escolaridade, o gráfico abaixo indica diferenças expressivas entre os grupos com menor e maior grau de instrução, sugerindo que o acesso à educação qualifica de modos distintos o consumo de informação e o uso das ferramentas midiáticas. Observa-se que a dificuldade em identificar informações verdadeiras varia conforme o grau de escolaridade, ainda que de maneira não linear. Esse resultado pode parecer contraintuitivo diante da hipótese inicial de que pessoas com maior escolaridade seriam mais críticas e, portanto, apresentariam maior facilidade para identificar informações verdadeiras. No entanto, os dados indicam justamente o contrário: pessoas com maior grau de instrução relatam com mais frequência dificuldades nesse processo. Tal achado nos leva a considerar que, quanto maior o nível de escolaridade, maior também pode ser a capacidade de reconhecer ambiguidades, disputas narrativas e estratégias de desinformação, o que torna o processo de verificação mais complexo e percebido como difícil. Em contrapartida, pessoas com menor grau de escolaridade podem não identificar determinados conteúdos como potencialmente falsos e, portanto, não consideram necessária a checagem, o que se reflete em uma menor percepção de dificuldade. Além disso, observa-se que a falta de interesse em buscar informações aumenta à medida que o nível de escolaridade diminui, indicando que a educação desempenha um papel fundamental no desenvolvimento do interesse por conteúdos informacionais e na motivação para se manter informado.

Por fim, as dificuldades estruturais no acesso à informação, assim como o uso de linguagem difícil e pouco acessível, aparecem de forma predominante entre os grupos com menor escolaridade. Esses achados reforçam a necessidade de uma análise interseccional dos dados, especialmente considerando que o não acesso à educação e a evasão escolar também são condicionados por outros fatores estruturais, como renda, território, raça e gênero.



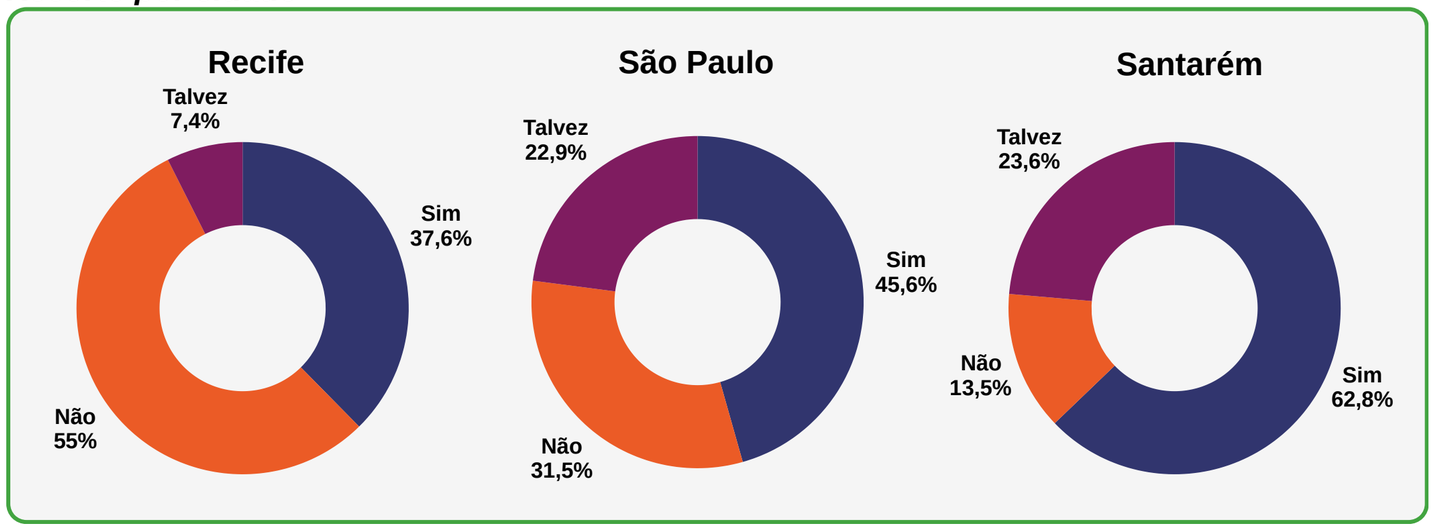
DESEJO DE PARTICIPAÇÃO EM ALGUMA REDE LOCAL DE INFORMAÇÃO OU PROJETO SOBRE COMUNICAÇÃO NO SEU TERRITÓRIO?



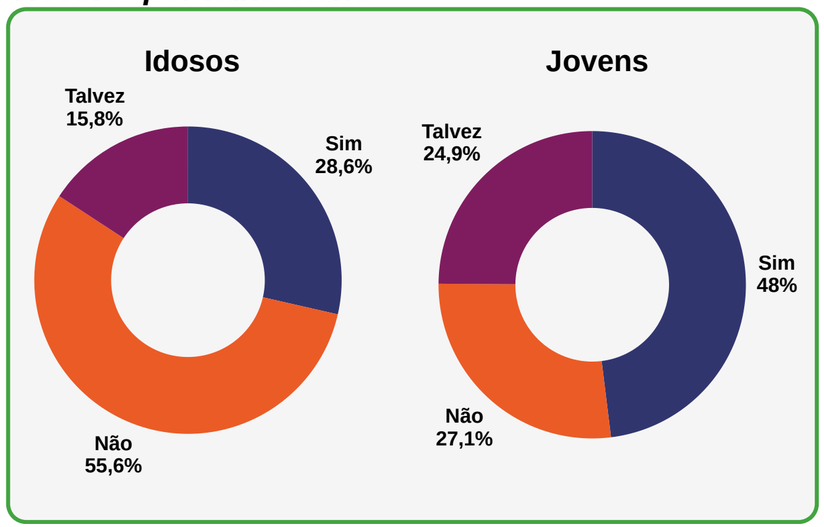
Os dados indicam um interesse significativo da população em participar de redes locais de informação em seus territórios, com 45,5% manifestando desejo de engajamento e outros 23,2% demonstrando possível abertura ao responder “talvez”. No entanto, esse interesse não é homogêneo entre os grupos etários: há um engajamento consideravelmente maior entre jovens de 15 a 29 anos (48%) do que entre pessoas com mais de 60 anos (28,6%). A diferença de 19,4 pontos percentuais evidencia uma disposição maior dos jovens para se envolverem em iniciativas comunicacionais.

Também há variações relevantes entre as cidades: em Recife, apenas 37,6% demonstram interesse, enquanto em São Paulo esse percentual sobe para 45,6%, alcançando seu ponto mais alto em Santarém (62,8%). Essa distribuição territorial reforça a importância de considerar as especificidades locais, sobretudo culturais da população, uma vez que contextos socioculturais distintos influenciam diretamente o engajamento comunitário em iniciativas de comunicação e circulação de informações. Em relação ao perfil racial, não foram observadas diferenças significativas entre pessoas brancas, negras e amarelas. No entanto, a amostra de pessoas indígenas apresentou uma porcentagem de respostas “Sim” significativamente mais alta, proporcional às diferenças observadas entre as cidades, considerando que cerca de 97% da população amostral de Santarém é composta por pessoas indígenas. O recorte de gênero não apresentou diferenças significativas nas porcentagens e, por esse motivo, não foi incluído no material.

Recorte por cidade



Recorte por faixa etária

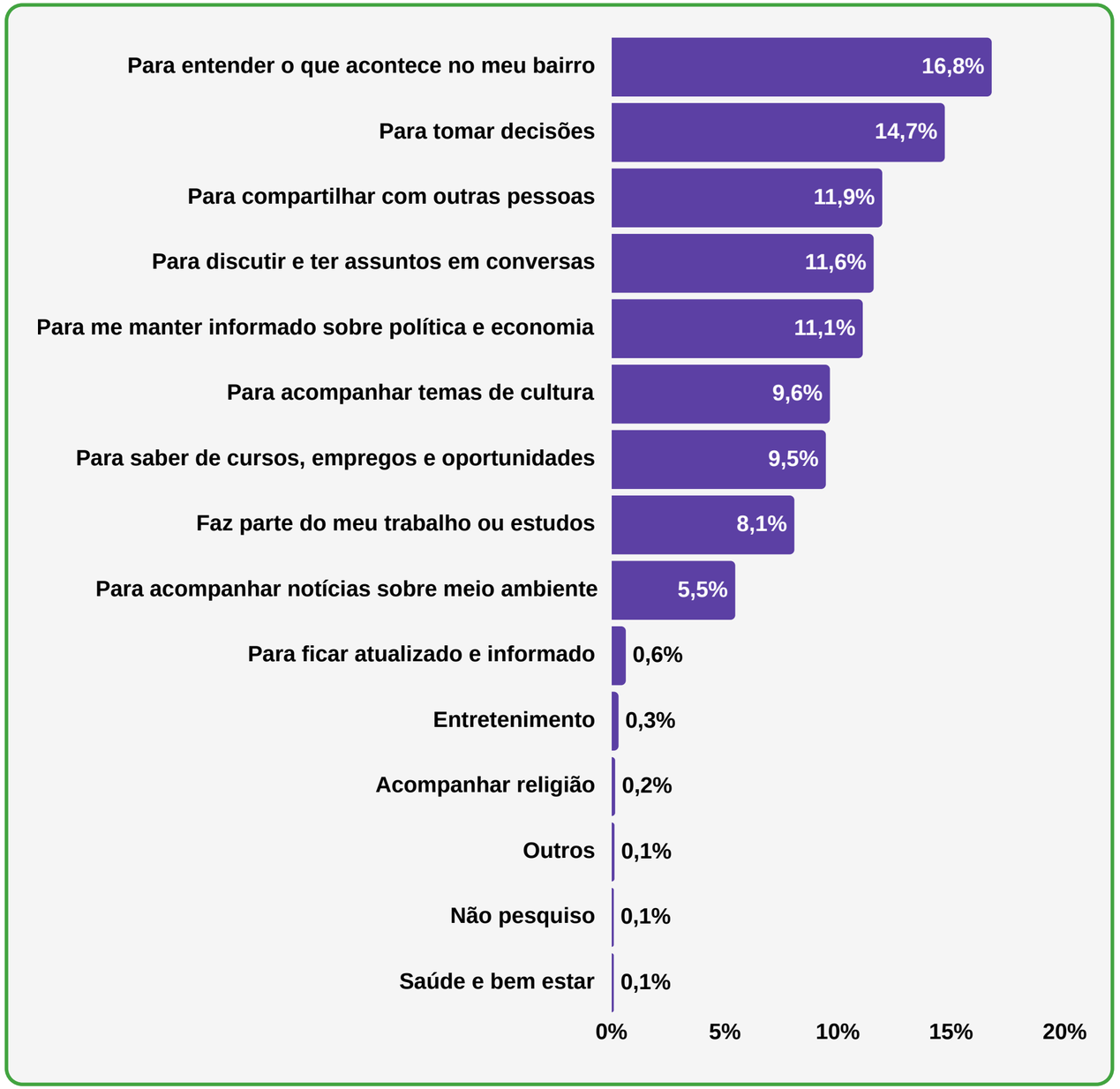


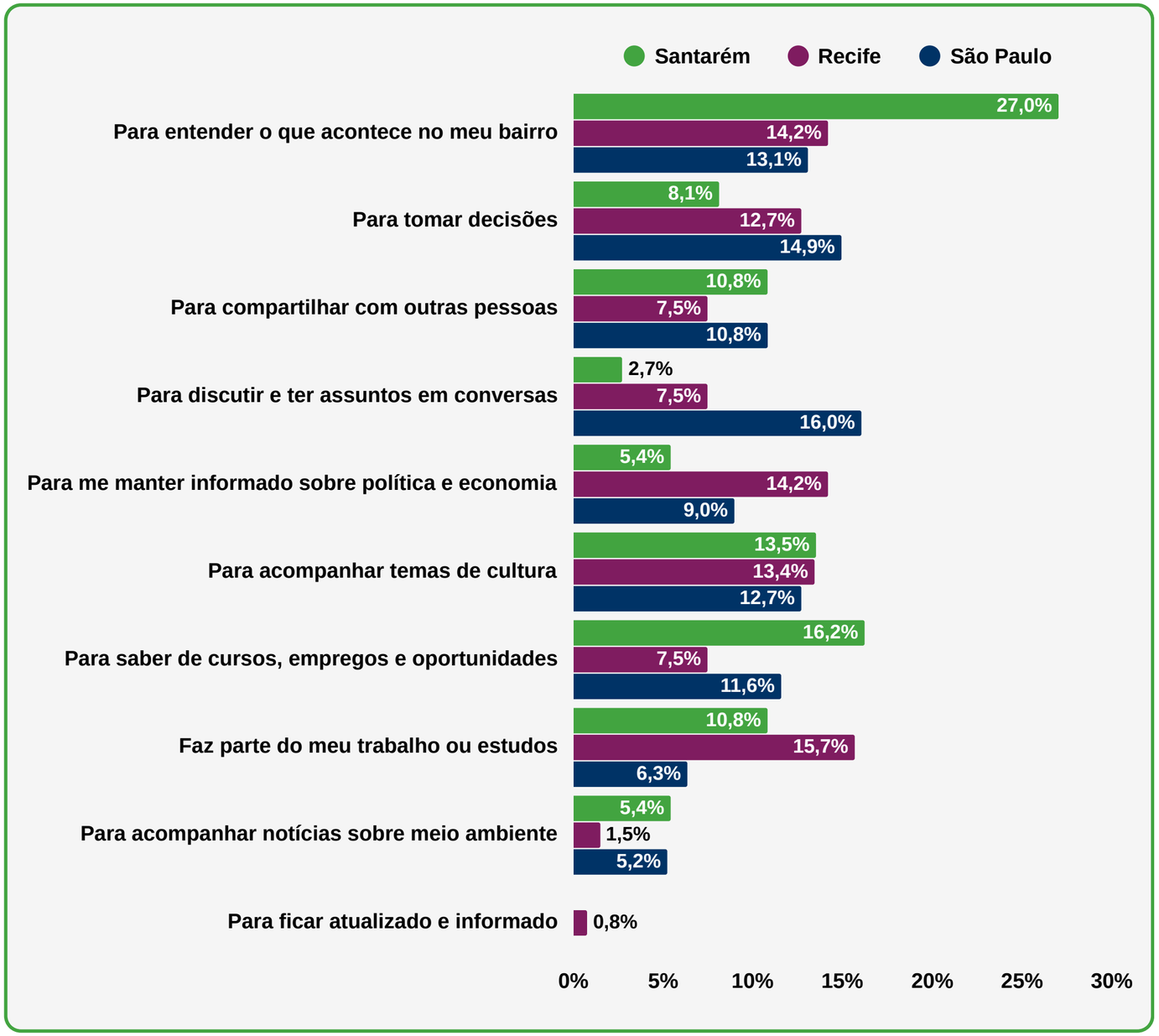
MOTIVOS QUE FAZEM VOCÊ PESQUISAR POR NOTÍCIAS EM JORNAIS OU REDES SOCIAIS

Os dados revelam que a busca por notícias é motivada principalmente por necessidades práticas e contextuais da vida cotidiana, especialmente aquelas relacionadas ao território. O motivo mais citado foi “entender o que acontece no meu bairro” (16,77%), indicando a centralidade da informação local como ferramenta de orientação e pertencimento. Além disso, fatores diretamente ligados à tomada de decisão (14,70%), ao compartilhamento de informações (11,94%) e às conversas cotidianas (11,56%) mostram que a informação cumpre funções sociais e relacionais importantes, não apenas informativas.

O interesse por política e economia (11,08%) e por temas de cultura (9,63%) também aparece com relevância, sugerindo que, apesar do predomínio do uso prático e territorial, há um engajamento mais amplo com agendas públicas e culturais. Em menor escala, mas ainda significativo, está o uso instrumental da informação para cursos, empregos e oportunidades (9,45%) e atividades de trabalho ou estudo (8,06%), reforçando a dimensão da informação como recurso socioeconômico.

Já motivos como entretenimento, religião ou saúde aparecem praticamente residuais, indicando que a busca ativa por informação está muito mais associada a necessidades concretas, sociais e territoriais do que ao consumo generalista ou recreativo de conteúdo.





MOTIVOS QUE FAZEM VOCÊ PESQUISAR POR NOTÍCIAS EM JORNAIS OU REDES SOCIAIS

Recorte por cidade

O gráfico revela que os motivos para pesquisar notícias estão fortemente associados a necessidades práticas e contextuais, com variações relevantes entre as cidades.

Em Santarém, destaca-se de forma expressiva a busca por informações para entender o que acontece no próprio bairro (27,0%) e para saber sobre cursos, empregos e oportunidades (16,2%), indicando uma relação direta entre informação e organização da vida cotidiana.

Recife apresenta maior peso de motivações institucionais e formais, como manter-se informado sobre política e economia (14,2%) e demandas relacionadas a trabalho ou estudos (15,7%), além de uso da informação para tomada de decisões (12,7%).

Já em São Paulo, a informação aparece mais associada à circulação social e ao debate público, com maior destaque para discutir assuntos em conversas (16,0%), tomar decisões (14,9%) e acompanhar temas de cultura (12,7%).

De forma transversal, temas como meio ambiente permanecem com baixa centralidade como motivação de busca, reforçando que o interesse informacional está majoritariamente ancorado em dimensões imediatas, relacionais e instrumentais da vida social.

Vulnerabilidades informacionais e estratégias de checagem

Síntese temática

Vulnerabilidades informacionais e estratégias de checagem

Esta seção tem como objetivo aprofundar a compreensão acerca das vulnerabilidades informacionais, bem como das estratégias existentes, ou da ausência de ferramentas, para a checagem de informações. As questões apresentadas buscam identificar quem dispõe de maior facilidade ou de mais meios para verificar informações, quais são as formas de enfrentamento da desinformação, assim como a percepção da amostra sobre os temas mais afetados pela desinformação e pelas fake news.

De maneira mais ampla, o propósito é compreender como as pessoas percebem o fenômeno da desinformação e quais estratégias são empregadas em seu enfrentamento, de modo a mapear os principais gargalos atualmente existentes nos processos de checagem de informações.

TEMÁTICAS QUE MAIS SOFREM COM DESINFORMAÇÃO

A partir das respostas da amostra, observa-se que a percepção de desinformação se concentra especialmente em temas altamente sensíveis e politizados. Política aparece como a área mais vulnerável às fake news, refletindo o cenário nacional de polarização e circulação intensa de conteúdos manipulados. Em seguida, notícias sobre famosos também apresentam alta média, indicando que a lógica do entretenimento contribui para a propagação de informações falsas. Questões Raciais e de Gênero surgem com médias igualmente elevadas, o que revela como debates identitários são frequentemente atravessados por discursos distorcidos, ataques e narrativas preconceituosas nas redes sociais. Religião, Saúde e temas ambientais, como Mudanças Climáticas e Meio Ambiente, também se destacam, reforçando que áreas que envolvem crenças, valores morais ou conhecimento científico especializado tendem a ser alvos recorrentes de desinformação. Esses resultados indicam que a população reconhece a presença e o impacto das fake news sobretudo em assuntos de grande repercussão pública.



TEMÁTICAS QUE MAIS SOFREM COM DESINFORMAÇÃO	Pessoas Brancas	Pessoas Pretas	Pessoas Pardas	Pessoas Indígenas	Pessoas Amarelas	Homens (cis e trans)	Mulheres (cis e trans)	Pessoas não binárias, queer e outras idendidades de gênero
POLÍTICA	4,22	4,38	4,29	4,08	4,11	4,28	4,27	3,78
SAÚDE	3,67	3,64	3,51	3,89	3,61	3,68	3,73	3,65
RELIGIÃO	3,68	3,79	3,72	3,88	3,71	3,79	3,79	3,61
NOTÍCIAS DE FAMOSOS	3,89	3,95	3.82	4,00	3,96	3,96	3,95	3,52
NOTÍCIAS SOBRE O BAIRRO	3,16	3,22	3,12	3,24	2,82	3,25	3,17	2,87
QUESTÕES RACIAIS	3,66	3,78	3,63	3,95	3,64	3,80	3,78	3,83
QUESTÕES DE GÊNERO	3,69	3,77	3,64	3,89	3,64	3,77	3,79	3,61
EDUCAÇÃO	3,47	3,48	3,38	3,55	3,43	3,55	3,44	3,39
TRANSPORTE E MOBILIDADE	3,07	3,10	3,08	2,98	2,75	3,10	3,02	3,04
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	3,32	3,25	3,18	3,57	3,46	3,37	3,30	3,48
SEGURANÇA	3,62	3,66	3,53	3,27	3,43	3,57	3,56	3,39

TEMÁTICAS QUE MAIS SOFREM COM DESINFORMAÇÃO	Pessoas Brancas	Pessoas Pretas	Pessoas Pardas	Pessoas Indígenas	Pessoas Amarelas	Homens (cis e trans)	Mulheres (cis e trans)	Pessoas não binárias, queer e outras idendidades de gênero
ECONOMIA E TRABALHO	3,47	3,53	3,34	3,14	3,07	3,41	3,32	3,30
CULTURA E ESPORTE	2,93	3,06	2,89	3,00	2,71	3,04	2,88	3,30
MEIO AMBIENTE	3,46	3,60	3,46	4,08	3,61	3,71	3,56	3,43
MUDANÇAS CLIMÁTICAS	3,49	3,62	3,53	4,21	3,64	3,77	3,62	3,52

Análise Por Raça

Ao comparar a média geral da amostra com os recortes por raça, observam-se deslocamentos relevantes na percepção da desinformação em temas específicos. Pessoas indígenas apresentam avaliações acima da média em diferentes temáticas, com maior destaque para meio ambiente e mudanças climáticas, além de saúde, religião e ciência e tecnologia. Pessoas pretas também registram valores superiores à média em política e segurança, assim como em economia e trabalho e cultura e esporte. Em sentido oposto, em temas pontuais como educação, transporte/mobilidade e notícias sobre o bairro, pessoas pardas, brancas ou amarelas apresentam valores inferiores à média geral, evidenciando variações entre os recortes raciais sem configurar um padrão único.

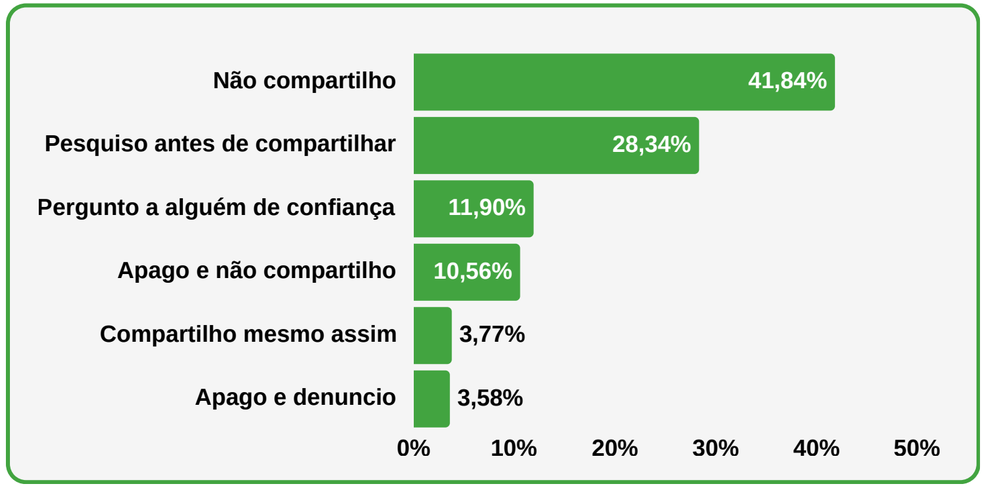
Essas diferenças em relação à média geral não indicam maior ou menor exposição individual à desinformação, mas refletem formas distintas de percepção e impacto dos conteúdos conforme o recorte racial. Temas ligados a direitos, território, meio ambiente e questões sociais tendem a mobilizar avaliações mais elevadas entre grupos historicamente mais afetados por desigualdades estruturais, enquanto variações abaixo da média em outros temas podem estar associadas a diferentes níveis de circulação, relevância percebida ou centralidade desses assuntos no cotidiano dos respondentes.

Os resultados reforçam a importância de análises segmentadas para compreender como a desinformação se manifesta de maneira desigual entre grupos sociais.

Análise Por Gênero

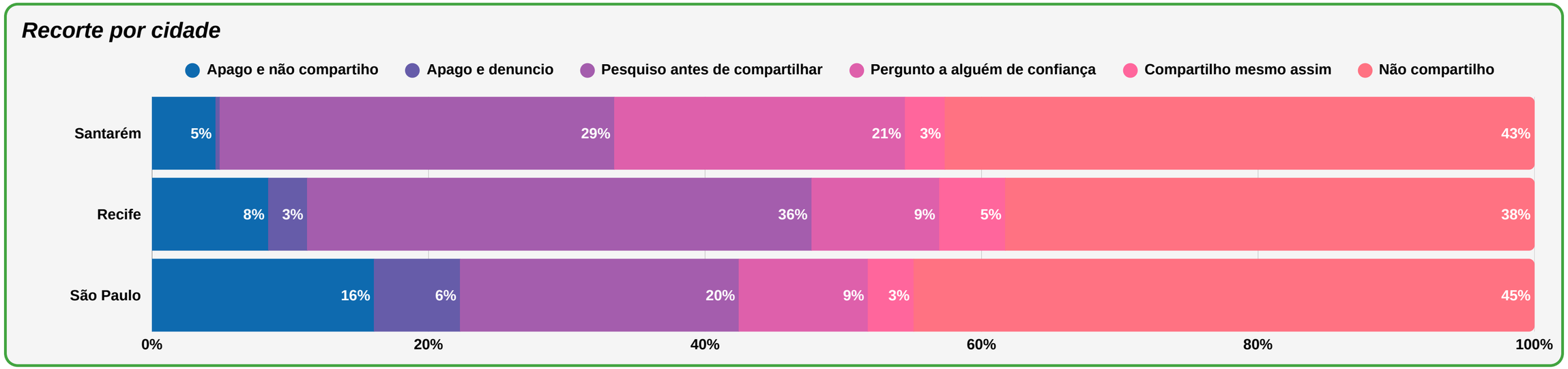
A comparação entre a média geral da amostra e os recortes por gênero evidencia diferenças pontuais na percepção da desinformação. Homens (cis e trans) apresentam avaliações acima da média em temas como política, notícias sobre o bairro, educação, transporte/mobilidade, segurança, meio ambiente e mudanças climáticas. Mulheres (cis e trans) registram percepções mais elevadas em saúde, religião, notícias de famosos e questões de gênero. Já a categoria de pessoas não binárias, queer e outras idendidades de gênero, tende a apresentar valores inferiores à média em diversas temáticas, embora se destaque pontualmente em questões raciais e ciência e tecnologia, indicando variações relevantes sem configurar um padrão homogêneo.

AÇÕES EM RELAÇÃO À DESINFORMAÇÃO E INFORMAÇÃO DUVISOSA



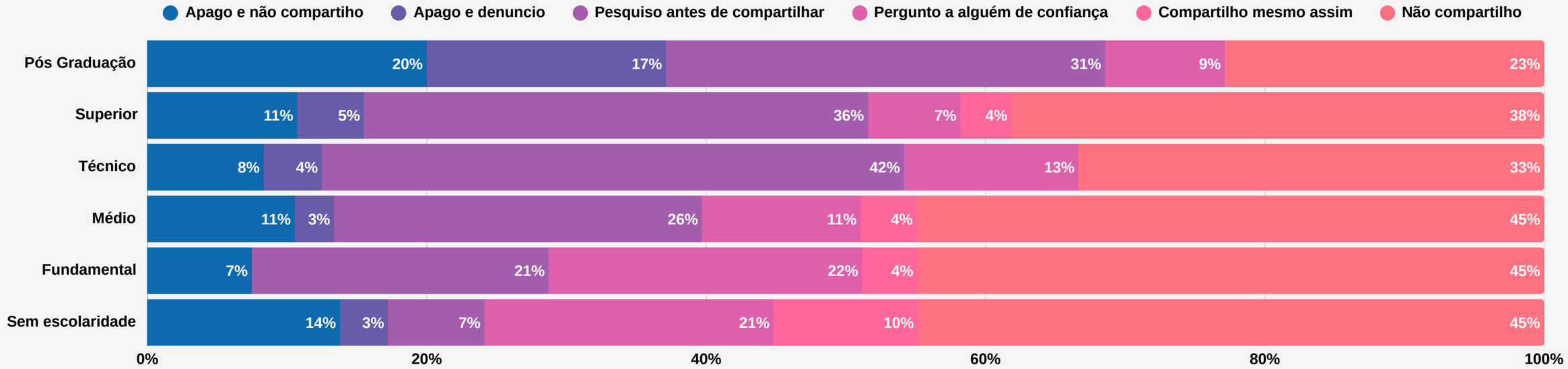
O gráfico indica que, de forma geral, há predominância de comportamentos preventivos diante da desinformação, com 41,8% das pessoas afirmando que não compartilham conteúdos duvidosos e 28,3% que pesquisam antes de compartilhar, o que sugere a existência de práticas básicas de autocontenção informacional. No recorte por cidade, São Paulo apresenta o maior percentual de não compartilhamento (45%), mas também a maior proporção de pessoas que simplesmente apagam o conteúdo sem aprofundar a checagem (16%), indicando uma postura mais defensiva do que investigativa. Recife se destaca pelo maior percentual de pessoas que pesquisam antes de compartilhar (36%), sinalizando maior disposição para verificação ativa, ainda que coexistam práticas de apagamento e baixa denúncia. Santarém apresenta um perfil intermediário, combinando não compartilhamento (43%) com consulta a pessoas de confiança (21%), reforçando a centralidade das redes interpessoais como estratégia de validação. Em todas as cidades, os percentuais de compartilhamento mesmo diante da dúvida são baixos, mas não desprezíveis, o que evidencia a importância de políticas de educação midiática que fortaleçam a checagem de fontes e a denúncia ativa de conteúdos falsos.

Recorte por cidade



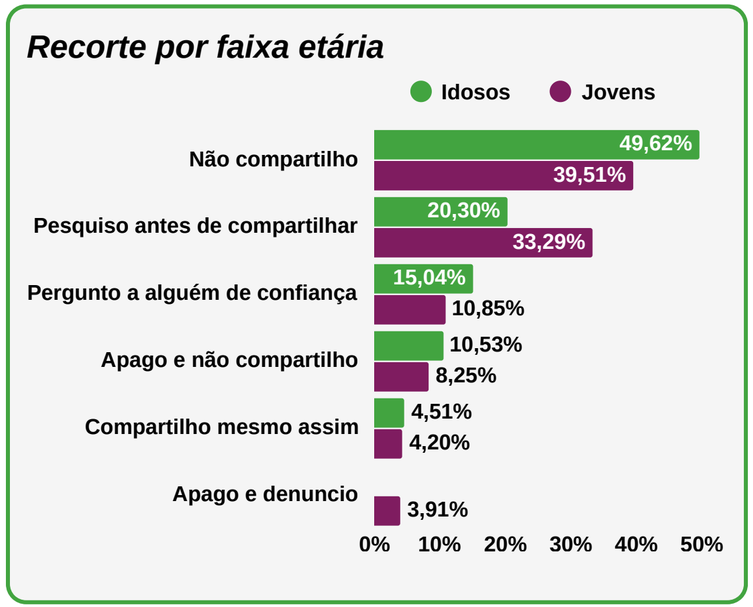
AÇÕES EM RELAÇÃO À DESINFORMAÇÃO E INFORMAÇÃO DUVISOSA

Recorte por nível de escolaridade



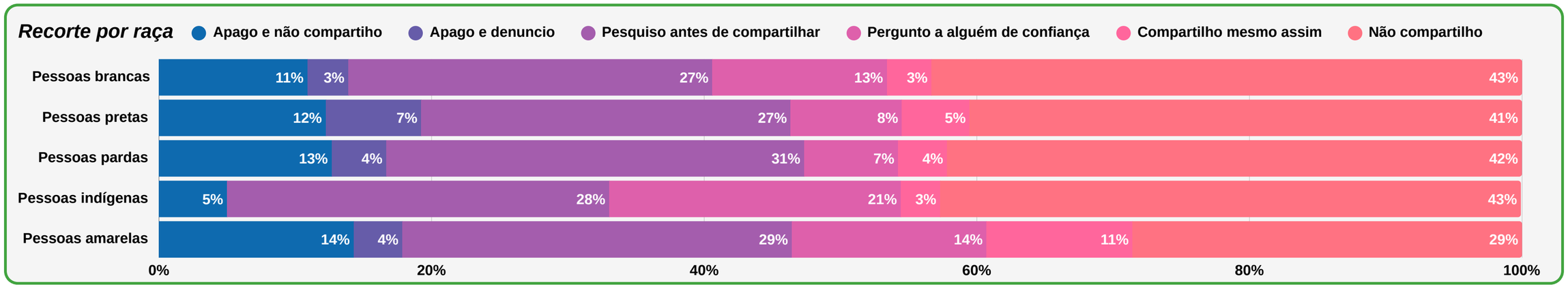
Os resultados apontam para uma relação clara entre nível de escolaridade e as formas de lidar com informações duvidosas, evidenciando como as desigualdades educacionais se traduzem diretamente em desigualdades informacionais. De modo geral, a prática mais comum entre os participantes é não compartilhar conteúdos considerados suspeitos, seguida por pesquisar antes de compartilhar — um comportamento associado à busca ativa por verificação. No entanto, ao observarmos o recorte por escolaridade, percebe-se que ações mais complexas de checagem, como pesquisar a informação ou denunciar conteúdos falsos, tornam-se mais frequentes conforme aumenta o nível de escolaridade. Em contrapartida, entre pessoas com menor escolaridade, há uma redução progressiva do hábito de pesquisa, ao passo que cresce o comportamento de simplesmente não compartilhar, estratégia que funciona como forma de contorno diante da dificuldade de verificar a veracidade. Além disso, o dado mais sensível é o aumento da prática de compartilhar mesmo assim, que aparece de modo mais significativo entre os níveis mais baixos de escolarização, reforçando como a ausência de repertório informacional, menor familiaridade com estratégias de checagem e possíveis limitações de letramento midiático tornam esses grupos mais vulneráveis à circulação de desinformação.

AÇÕES EM RELAÇÃO À DESINFORMAÇÃO E INFORMAÇÃO DUVISOSA



A análise dos gráficos revela padrões importantes sobre as estratégias adotadas pela população diante do recebimento de informações duvidosas. De modo geral, observa-se que a decisão de não compartilhar a informação aparece como a conduta mais frequente em todos os recortes analisados, indicando um nível significativo de consciência sobre os riscos associados à circulação de conteúdos não verificados. Ao observar o gráfico por faixa etária, torna-se evidente que os idosos tendem a optar majoritariamente por não compartilhar informações quando há dúvida sobre sua veracidade. Em contrapartida, entre os jovens, destaca-se a maior incidência da prática de pesquisar antes de compartilhar, o que sugere um comportamento mais ativo de checagem da informação e/ou maior familiaridade com ambientes digitais e ferramentas de busca. Além disso, a prática de denunciar o conteúdo aparece exclusivamente entre os jovens.

No que se refere aos recortes raciais apresentados no segundo gráfico, observa-se predomínio das estratégias de não compartilhar e pesquisar antes de compartilhar entre pessoas brancas, pretas e pardas. Entretanto, entre pessoas indígenas, destaca-se de forma expressiva a opção por perguntar a alguém de confiança, sugerindo a centralidade das redes comunitárias e das relações interpessoais como mecanismos de validação da informação. Já entre pessoas amarelas, observam-se percentuais mais elevados tanto em estratégias de verificação interpessoal quanto na prática de compartilhar mesmo assim. De modo geral, as porcentagens de respondentes que afirmam compartilhar a informação mesmo diante da dúvida apontam para gargalos e desafios no combate à disseminação da desinformação, exigindo atenção específica. Novamente, destaca-se a baixa incidência de respostas relacionadas à denúncia de fake news, ainda que esse comportamento apresente maior percentual entre pessoas pretas.



CHECAGEM DE INFORMAÇÕES DUVIDOSAS E E CONHECIMENTO SOBRE SITES DE CHECAGEM DE NOTÍCIAS

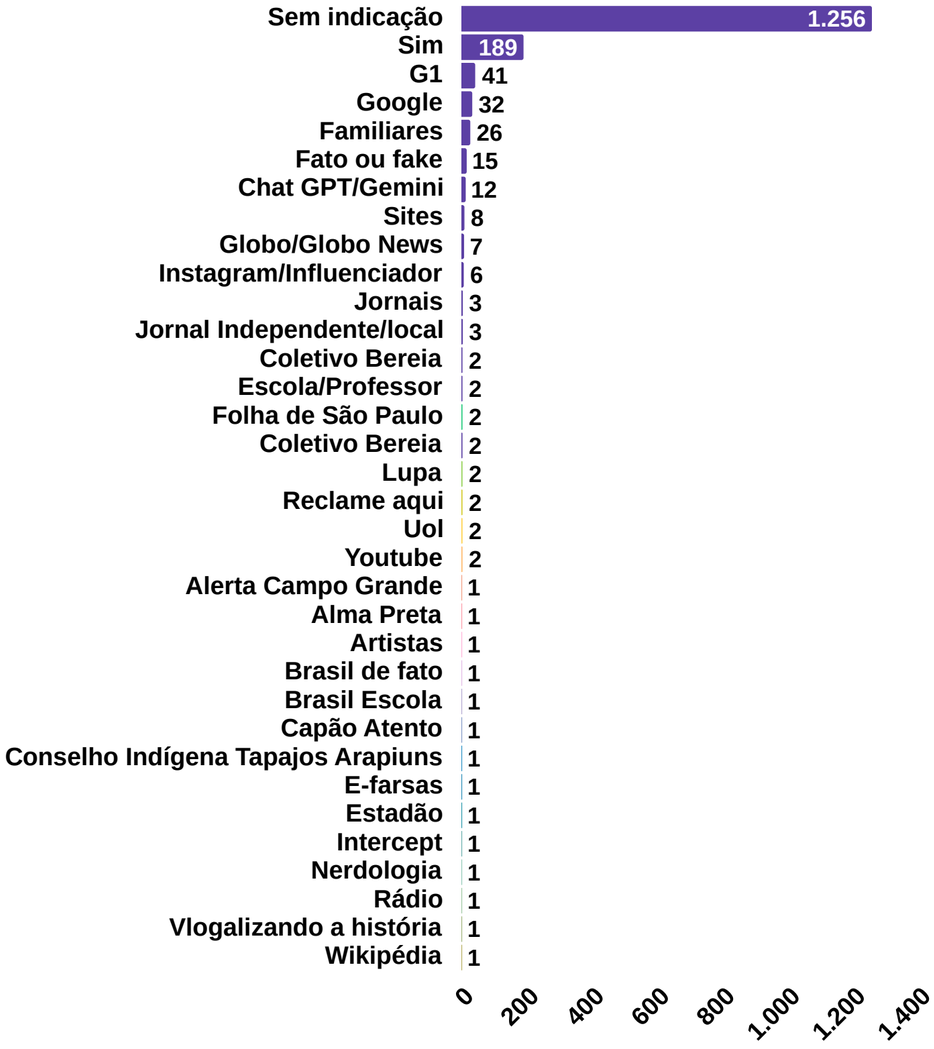
A familiaridade com iniciativas de verificação de informações ainda é limitada entre a população entrevistada, revelando uma lacuna importante no enfrentamento à desinformação. 8 em cada 10 pessoas não conhecem sites de checagem de notícias. 1.256 pessoas (80,3%) não souberam indicar nenhum site de checagem. Apenas 307 pessoas (19,7%) afirmaram conhecer esse tipo de iniciativa.

Entre as pessoas que afirmaram conhecer sites de checagem de notícias, observa-se que esse conhecimento é, em geral, fragmentado e pouco consolidado. Há baixa recorrência de citações consistentes, e, em diversos casos, surgem confusões entre portais jornalísticos e iniciativas específicas de verificação. Esse cenário indica que, mesmo quando há algum nível de reconhecimento, ele não necessariamente se traduz em uso frequente ou em uma compreensão clara do papel dessas plataformas no enfrentamento à desinformação.

Diante do avanço da desinformação, as ferramentas de verificação ainda não estão incorporadas ao cotidiano informacional da população, especialmente nos territórios periféricos e indígenas, onde desigualdades de acesso, impactam diretamente as formas de busca e validação de informações.

Assim, torna-se urgente refletir sobre como democratizar esse direito e promover a literacia informacional, entendida como a capacidade de avaliar criticamente a veracidade de conteúdos, e educação midiática sobretudo entre os grupos mais afetados pela desinformação e pela inclusão digital desigual, como idosos, pessoas de baixa renda e indivíduos com menor nível de escolaridade, garantindo que possam desenvolver práticas críticas e autônomas de navegação no ecossistema informacional.

Porém, não podemos perder de vista que a ausência de repertório para verificação não pode ser lida apenas como desconhecimento individual, mas como efeito de uma organização informacional desigual, em que o acesso a conteúdos de qualidade, a oportunidades educacionais e a ambientes de discussão crítica sobre cosumo e verificação de informação não é distribuído de forma equitativa. A vulnerabilidade, portanto, não se limita ao ato de “acreditar em notícias falsas”, mas envolve uma cadeia mais ampla de fatores estruturais que vulnerabilizam os sujeitos: desigualdade socioeconômica, baixa escolaridade, acesso limitado à educação midiática e lógicas algoritmizadas de circulação de conteúdo.

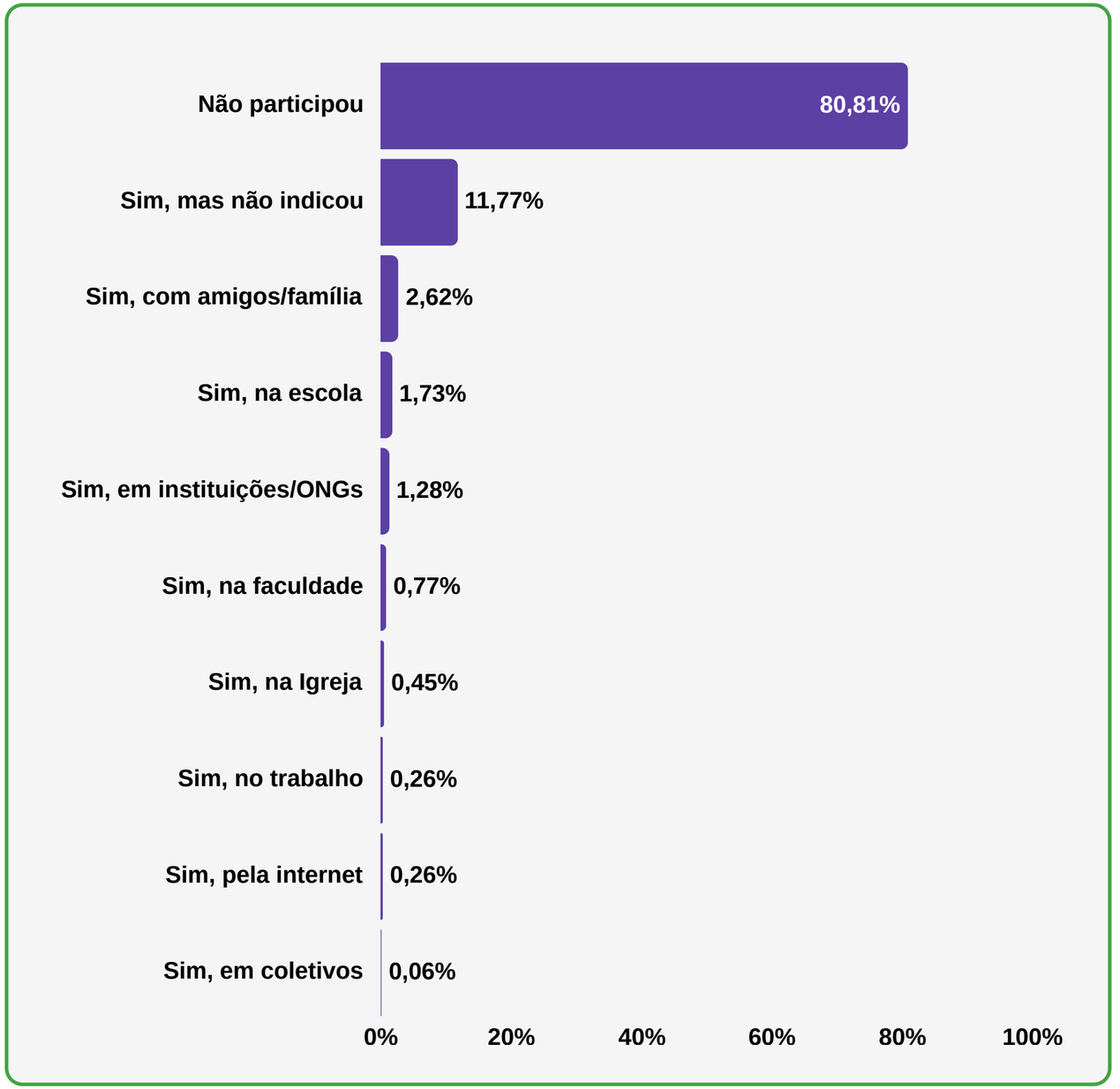


PARTICIPAÇÃO EM FORMAÇÃO OU RODA DE CONVERSA SOBRE FAKE NEWS, INFORMAÇÃO OU REDES SOCIAIS

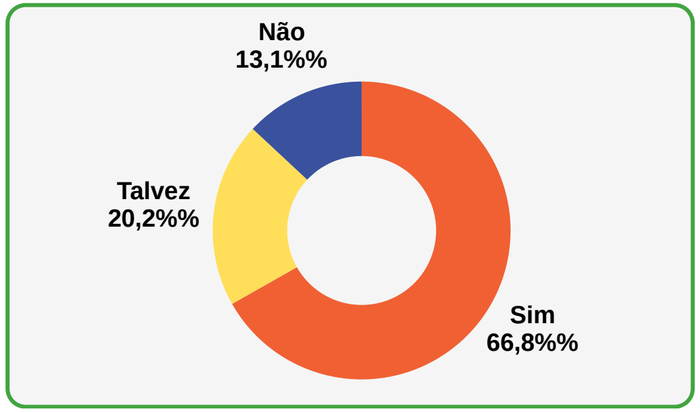
Ainda na perspectiva de enfrentamento à vulnerabilidade informacional, por meio da garantia da literacia informacional e da educação midiática, que têm como finalidade desenvolver habilidades de leitura crítica dos conteúdos midiáticos entre a população brasileira, perguntamos aos participantes se já haviam participado de formações, cursos, rodas de conversa ou outras atividades educativas sobre desinformação e fake news, entendidas aqui como iniciativas de formação continuada.

Os resultados revelam que a ampla maioria da amostra (80,81%) nunca participou de qualquer atividade formativa sobre o tema. Entre aqueles que já tiveram algum contato, 11,77% afirmaram ter participado, mas não especificaram onde; 2,62% relataram ter participado em contextos informais, como com amigos e familiares; apenas 1,73% tiveram essa formação na escola; 1,28% em ONGs ou instituições; 0,77% na faculdade; 0,45% em espaços religiosos; e apenas 0,26% afirmaram ter participado no trabalho ou por meio da internet. A formação promovida por coletivos aparece de maneira quase inexistente.

Esses dados evidenciam que a formação em educação midiática ainda é escassa e alcança um número bastante restrito de pessoas. Além disso, como grande parte daqueles que relataram ter participado não indicou o local da formação, destaca-se sobretudo a presença de escolas, faculdades, ambientes de trabalho e ONGs entre as respostas identificáveis, o que nos leva a refletir sobre quem são as pessoas que conseguem acessar essas instituições e, portanto, quem permanece fora dessas oportunidades formativas.



DESEJO DE APRENDIZADO SOBRE IDENTIFICAÇÃO DE NOTÍCIAS FALSAS OU ENGANOSAS



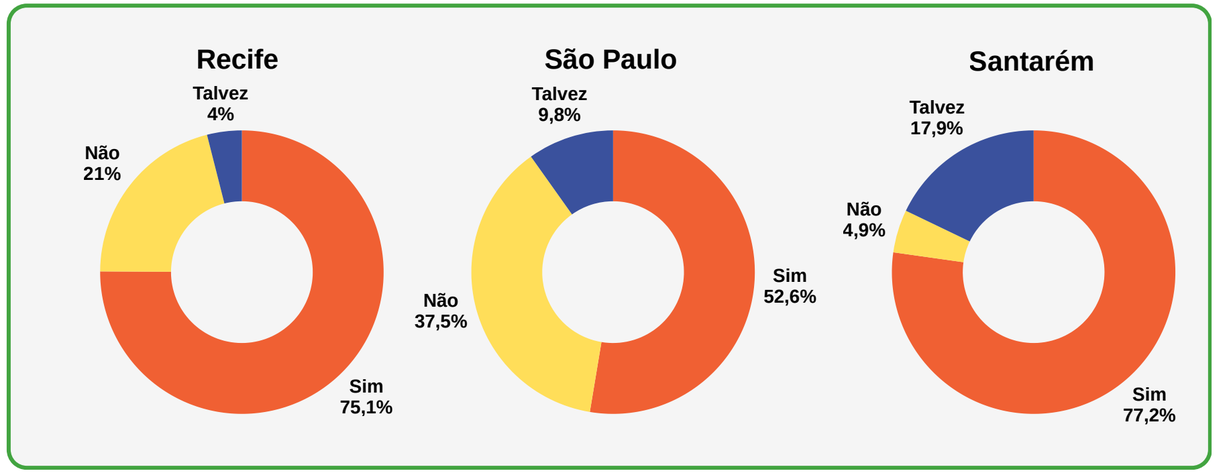
A grande maioria da amostra (66,8%) demonstrou interesse em aprender mais sobre como identificar notícias falsas ou enganosas, enquanto 20,2% afirmaram que talvez gostariam de aprofundar esse conhecimento. No entanto, chama atenção o grupo de 13,1% que declarou não ter interesse algum no tema, o que nos provoca a compreender melhor quem compõe esse segmento e quais fatores estruturam essa falta de engajamento. De acordo com o perfil geral da pesquisa, essa parcela tende a se concentrar entre pessoas entre homens (cis e trans) com 68,28%**.** Esse dado reforça a necessidade de estratégias formativas que não apenas ofereçam conteúdos, mas que também dialoguem com as realidades, motivações e barreiras específicas desses públicos, ampliando a inclusão informacional de forma efetiva.

Além disso, observam-se diferenças significativas entre as cidades. Santarém e Recife apresentaram porcentagens bastante altas de pessoas interessadas em aprender a identificar notícias falsas ou enganosas, com 77,5% e 75,1%, respectivamente, valores muito superiores aos de São Paulo (52,6%).

Em Santarém, chama atenção a elevada proporção de respostas “talvez” (17,9%) e a baixíssima porcentagem de pessoas que declararam não ter interesse (apenas 4%), sugerindo um cenário de maior abertura e potencial engajamento em iniciativas formativas.

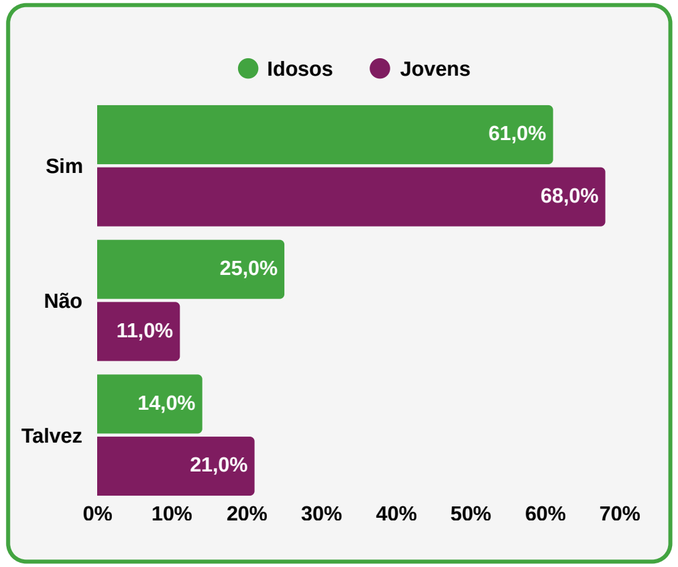
Já em Recife, embora o interesse também seja alto, o número de pessoas indecisas é reduzido, enquanto 21% afirmam que não têm interesse, quase o quádruplo de Santarém. Por sua vez, São Paulo aparece como a cidade com menor proporção de respostas positivas (52,6%), além de uma porcentagem relativamente pequena de respostas “talvez” (9,8%) e um contingente expressivo de participantes afirmando não ter interesse (37,5%). Esses contrastes entre os territórios podem refletir diferenças nas condições de vida, na circulação de iniciativas formativas, no vínculo com redes comunitárias e no próprio ecossistema informacional de cada cidade.

Recorte por cidade



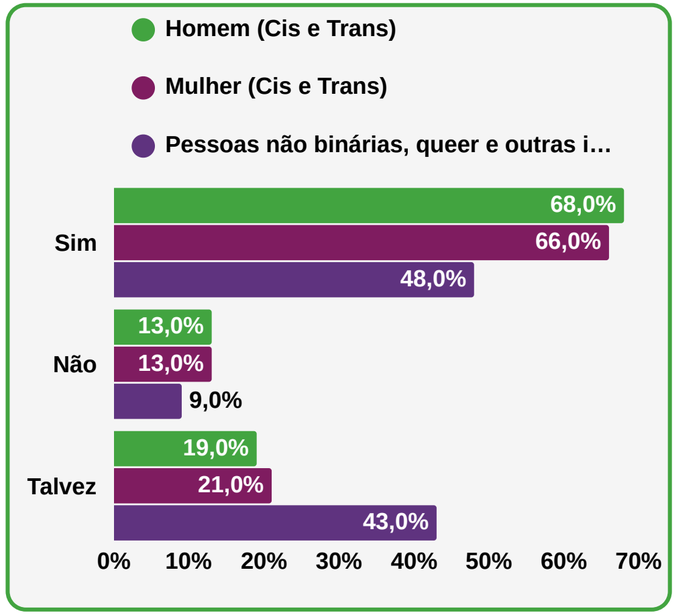
DESEJO DE APRENDIZADO SOBRE IDENTIFICAÇÃO DE NOTÍCIAS FALSAS OU ENGANOSAS

Recorte por Idade



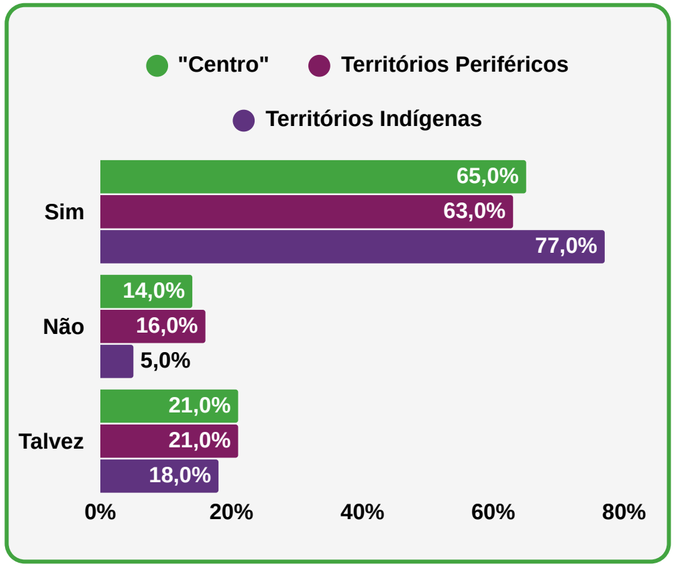
Os resultados indicam uma correlação entre faixa etária e disposição para aprender a identificar notícias falsas ou enganosas. Jovens demonstram maior interesse declarado, o que pode estar associado à maior circulação em ambientes digitais e à percepção mais frequente de conteúdos enganosos. Entre os idosos, a maior proporção de respostas negativas sugere que fatores como barreiras de acesso, letramento digital ou menor familiaridade com formatos formativos podem influenciar a menor disposição para o aprendizado, apesar de uma parcela significativa ainda manifestar interesse.

Recorte por Gênero



A correlação entre gênero e interesse em aprender a identificar notícias falsas mostra-se relativamente equilibrada entre homens e mulheres, ambos com altos percentuais de respostas afirmativas. No entanto, na categoria "Pessoas não binárias, queer e outras idendidades de gênero", observa-se maior concentração de respostas “talvez”, indicando uma disposição potencial para o aprendizado, mas acompanhada de incertezas que podem estar relacionadas à adequação dos formatos, à acessibilidade ou à identificação com as iniciativas de formação disponíveis.

Recorte por Território

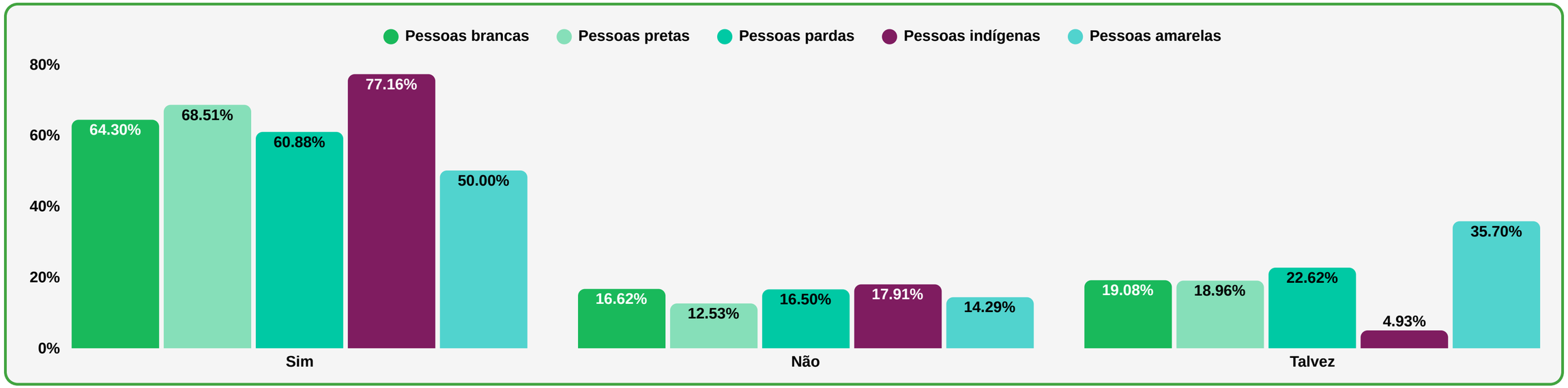


Os dados sugerem uma correlação entre território e interesse em aprender sobre como identificar notícias falsas ou enganosas. Pessoas que vivem em territórios indígenas apresentam maior disposição declarada para o aprendizado, possivelmente relacionada à relevância direta do tema em contextos comunitários e territoriais específicos. No centro e nos territórios periféricos, a distribuição mais equilibrada entre as respostas indica que o interesse existe, mas pode competir com outros fatores, como sobrecarga informacional ou diferentes prioridades no cotidiano.

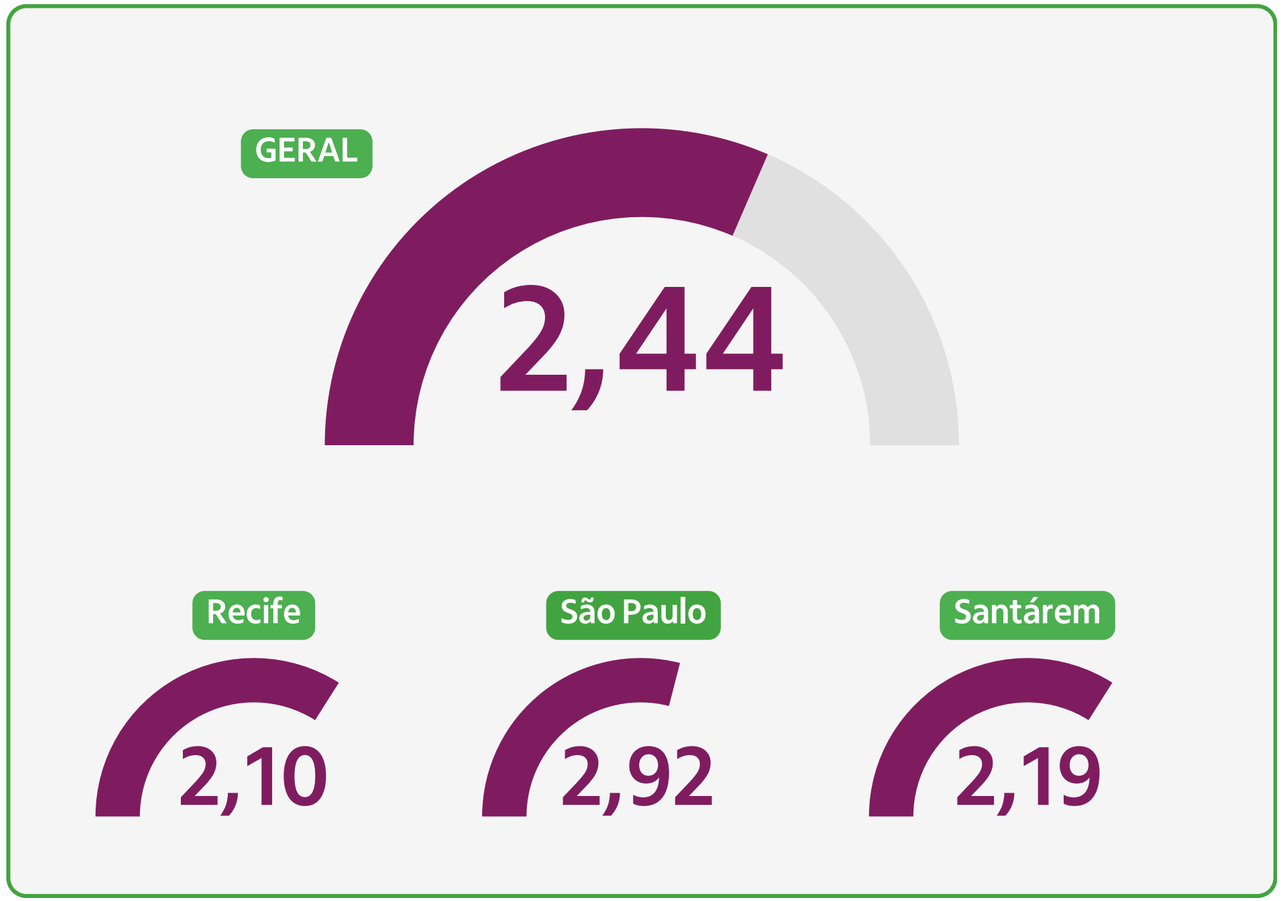
DESEJO DE APRENDIZADO SOBRE IDENTIFICAÇÃO DE NOTÍCIAS FALSAS OU ENGANOSAS

Com o intuito de compreender melhor as demandas específicas por letramento e literacia informacional, assim como por educação midiática entre diferentes grupos sociais, foram aplicados recortes analíticos para verificar a existência de especificidades relevantes. O recorte de gênero não apresentou diferenças significativas nas porcentagens e, por esse motivo, não foi incluído no material. Ao observar os dados de perfil, de modo geral, a resposta “sim” é majoritária em todos os recortes, indicando que a maior parte dos respondentes reconhece a importância de desenvolver habilidades para identificar e lidar com conteúdos desinformativos. Entre pessoas indígenas, observa-se o percentual mais elevado de interesse em aprender mais sobre o tema, com cerca de 77% das respostas concentradas na opção afirmativa, o que sinaliza uma forte disposição para a ampliação de repertórios críticos e formativos. Em seguida, destacam-se pessoas pretas e pessoas brancas, com percentuais igualmente elevados, superiores a 64%. Entre pessoas pardas, embora o interesse também seja majoritário, o percentual é ligeiramente inferior em comparação aos grupos anteriormente citados. Já entre pessoas amarelas, apesar de o “sim” ainda predominar, observa-se uma distribuição mais equilibrada entre as respostas, com maior incidência da opção “talvez”, o que pode estar relacionado ao baixo número de pessoas amarelas que compõem a amostra total da pesquisa.

A resposta “não” apresenta percentuais reduzidos em todos os grupos; ainda assim, nota-se que esse percentual é ligeiramente mais elevado entre pessoas indígenas e pessoas pardas, o que pode indicar a presença de barreiras específicas ao acesso ou à apropriação de iniciativas formativas. Por sua vez, a opção “talvez” aparece de forma mais significativa entre pessoas amarelas e pessoas pardas, revelando um espaço potencial para ações de sensibilização e para o desenvolvimento de estratégias educativas contínuas e contextualizadas, que dialoguem de maneira mais direta com as realidades desses grupos.



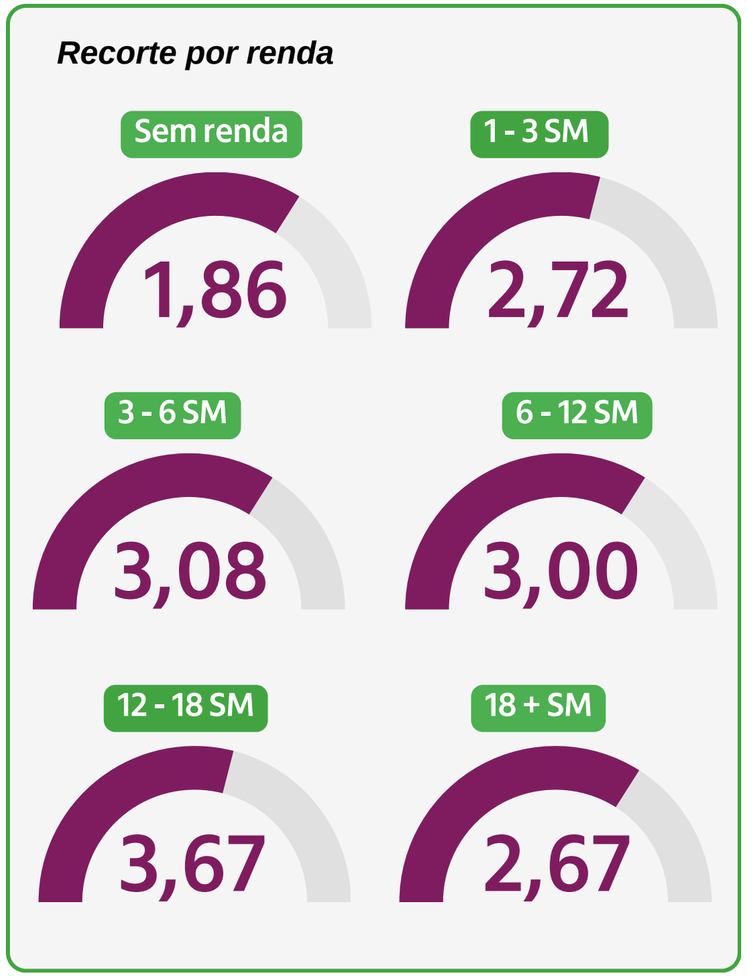
CONHECIMENTO PESSOAL SOBRE “EDUCAÇÃO MIDIÁTICA”



A educação midiática é um campo interdisciplinar que envolve competências relacionadas ao uso de tecnologias, análise crítica de informações, comunicação e participação no ambiente digital. Seu objetivo é formar indivíduos capazes de acessar, interpretar, produzir e interagir de maneira crítica com conteúdos midiáticos, indo além da alfabetização tradicional ao promover uma leitura qualificada do mundo contemporâneo. Ela é resultado do desenvolvimento das políticas curriculares mais recentes, como a PNED (Política Nacional de Educação Digital) e a EBEM (Estratégia Brasileira de Educação Midiática). Em março de 2025, o tema foi incorporado como componente obrigatório nas escolas, a partir das Diretrizes Operacionais Nacionais sobre o uso de dispositivos digitais, embora seu acesso ainda seja desigual entre estudantes e na população em geral (Brasil, 2025).

Para compreender as percepções da amostra sobre o tema, os participantes avaliaram seu próprio nível de conhecimento em uma escala de 1 (muito pouco) a 5 (muito). A média geral foi de 2,44, indicando baixo domínio sobre educação midiática. As diferenças entre cidades também revelam desigualdades importantes: São Paulo, com média mais alta (2,92), possivelmente se beneficia de maior oferta de projetos, debates públicos e políticas locais voltadas à cultura digital, enquanto Santarém (2,19) e Recife (2,10) apresentam níveis menores de familiaridade com o assunto. Esses resultados evidenciam que, apesar de a educação midiática ter sido recentemente incorporada como diretriz nacional, sua capilaridade ainda é limitada — especialmente em territórios onde desigualdades de acesso, infraestrutura e oportunidades educacionais são mais profundas.

CONHECIMENTO PESSOAL SOBRE “EDUCAÇÃO MIDIÁTICA”



Considerando que a educação midiática vem sendo incorporada às políticas da educação básica há alguns anos, especialmente a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do documento complementar “BNCC Computação”, observa-se um esforço institucional para estruturar competências relacionadas ao uso crítico das tecnologias. Esse documento aprofunda e organiza as “competências e habilidades que os estudantes da educação básica devem desenvolver para atuar de forma plena e cidadã em uma sociedade marcada pela cultura digital, pela interação entre seres humanos e máquinas e pelo impacto social das tecnologias” (Brasil, 2025, p. 10).

Dessa forma, a educação midiática é concebida como uma competência a ser desenvolvida de maneira sistemática no percurso escolar, o que evidencia uma relação direta entre o tema e o nível de escolaridade da população. Na amostra analisada, essa relação torna-se evidente: o conhecimento sobre educação midiática aumenta proporcionalmente ao nível educacional. Por exemplo, participantes que cursaram ou estão cursando pós-graduação apresentaram média de 3,37, enquanto aqueles sem escolaridade formal registraram média de apenas 1,66. Esses dados reforçam que a familiaridade com o tema está profundamente associada às oportunidades educacionais e ao acesso desigual à formação ao longo da vida.

Tendo isso em vista, e considerando que uma análise focada exclusivamente no nível de escolaridade, pode deixar de lado dimensões fundamentais que estruturam a dominação no capitalismo, como gênero, raça e classe, adotamos uma lente analítica baseada na interseccionalidade. Essa perspectiva, conforme defendem Kimberlé Crenshaw (1991) e Patricia Hill Collins (2017), constitui um instrumento de compreensão crítica e práxis orientada pela emancipação e pela justiça social, reconhecendo que categorias como raça, gênero e classe não operam isoladamente, mas se articulam na produção de experiências específicas de desigualdade e privilégio.

Portanto, propomos uma análise que compreende que as desigualdades no acesso à educação são atravessadas também por desigualdades de classe. Observa-se, por exemplo, que o conhecimento sobre educação midiática tende a diminuir conforme diminui a renda média mensal da amostra, o que evidencia a relação entre condições materiais e acesso a debates formativos. No entanto, a partir da lente interseccional, somos convidadas a perguntar o que poderia se perder na tradução: quem são, concretamente, as pessoas da nossa amostra com menor renda e menor nível de escolaridade? Em geral, são também aquelas mais afetadas por desigualdades raciais, de gênero e territoriais , evidenciando que o acesso limitado à educação midiática não é apenas fruto de condições socioeconômicas, mas de múltiplas condições de vida que se articulam.

CONHECIMENTO PESSOAL SOBRE “EDUCAÇÃO MIDIÁTICA”

Recorte por Faixa Etária



Considerando que a educação midiática vem sendo incorporada às políticas da educação básica há alguns anos, Em relação à média geral (2,44), observa-se que jovens de 15 a 29 anos apresentam maior conhecimento declarado sobre educação midiática (2,63), enquanto pessoas de 30 a 59 anos mantêm valor próximo à média (2,36). Já o grupo com 60 anos ou mais registra o menor nível (1,89), indicando uma diferença geracional importante no grau de familiaridade com o tema.

Essa diferença pode estar associada à maior exposição dos jovens a debates sobre desinformação em ambientes digitais e educacionais, enquanto entre pessoas mais velhas o tema tende a aparecer de forma menos estruturada.

Recorte por Tipo de Território



No recorte por território, os níveis de conhecimento declarado permanecem próximos à média geral, com valores semelhantes no centro (2,52) e nos territórios periféricos (2,51). Em contraste, pessoas que vivem em territórios indígenas apresentam valor inferior (2,19), sugerindo desigualdades territoriais no acesso ou na circulação de conteúdos relacionados à educação midiática.

No caso territórios indígenas, o menor valor pode estar relacionado a barreiras de acesso, conectividade ou à menor presença de iniciativas formais de educação midiática nesses territórios, com 21,34% relataram que tem falta de acesso a internet em casa e 16,04% relataram que tem internet de baixa qualidade.

Mesmo com um baixo grau de conhecimento declarado sobre educação midiática, há forte disposição para aprender a identificar notícias falsas nos três territórios — especialmente em Recife e Santarém — indicando uma demanda latente por formação crítica e ações estruturadas de letramento informacional.

Percepções sobre mudanças climáticas

Síntese Temática

Percepções sobre mudanças climáticas

Esta seção reúne os dados sobre como populações periféricas e indígenas percebem as mudanças climáticas e suas relações com desigualdades sociais e raciais. Os resultados mostram alta concordância com princípios da justiça climática, mesmo quando há baixa familiaridade com os termos técnicos. As pessoas reconhecem que os mais pobres, negros e indígenas sofrem os maiores impactos, mas muitas subestimam seu próprio conhecimento sobre o tema.

As diferenças entre territórios revelam que o conhecimento climático é fortemente influenciado pela experiência vivida. Em contextos de enchentes, calor extremo e ausência de políticas públicas, a consciência sobre os efeitos da crise é concreta e situada. A seção aponta, assim, para o papel central dos saberes locais na construção de uma agenda climática justa e acessível.

A leitura inicial deste conjunto de dados parte da compreensão de como o instrumento foi construído: os entrevistados avaliaram uma série de afirmações relacionadas a mudanças climáticas e justiça climática em uma escala de 1 a 5, no formato Likert, na qual 5 representa “concordo totalmente” e 1 representa “discordo totalmente”. Essa metodologia permite captar nuances de percepção, indo além de respostas dicotômicas e possibilitando observar tanto a intensidade da concordância quanto possíveis zonas de dúvida ou hesitação.

Ao analisar as médias resultantes, observamos um quadro de altíssima concordância com praticamente todas as afirmações apresentadas — todas com médias acima de 4. Esse dado, por si só, já sinaliza que o tema das mudanças climáticas está amplamente consolidado no imaginário e na compreensão geral da população entrevistada. Mais do que reconhecer fenômenos concretos como enchentes, calor extremo ou secas, o público demonstra compreender as dimensões sociais e estruturais do problema: que as mudanças climáticas têm origem majoritariamente humana, que seus impactos recaem desproporcionalmente sobre populações pobres, negras, indígenas e periféricas, e que países mais ricos e mais poluidores devem arcar com maior responsabilidade na transição ecológica. Esse conjunto de respostas aponta para uma sofisticação de leitura que contraria a ideia de que temas climáticos são distantes ou excessivamente técnicos para o público em geral.

Entretanto, um aspecto chama atenção: a única pergunta cuja média é ligeiramente mais baixa — ainda alta, mas destoando das demais — é “O quanto você sabe sobre mudanças e crise climática?”, que marca 4,27. Embora esse seja um valor elevado, ele é sistematicamente inferior às demais afirmações, que variam entre 4,41 e 4,50. Esse descompasso sugere que as pessoas parecem acreditar que sabem menos do que efetivamente demonstram saber quando confrontadas com afirmações específicas sobre o tema. Em outras palavras, existe um possível hiato entre a autoavaliação de conhecimento (mais tímida) e a capacidade real de reconhecer fenômenos, causas e desigualdades vinculadas à crise climática (que se mostra robusta). Trata-se de um ponto crítico e muito interessante, que será aprofundado nas interpretações seguintes desta seção.

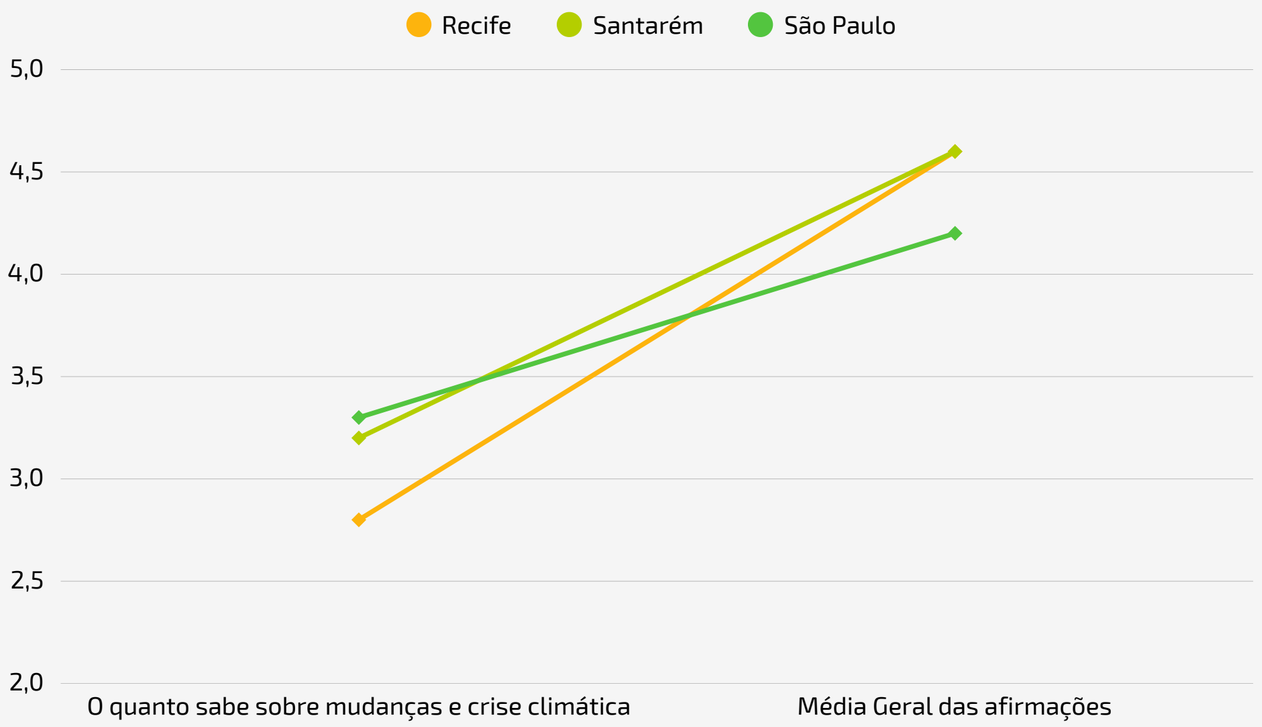
De forma geral, os dados revelam que a pauta climática — especialmente quando articulada com justiça social, desigualdade e efeitos concretos no cotidiano — já faz parte do senso comum das pessoas entrevistadas. Os resultados também indicam que o debate climático, quando territorializado e conectado à desigualdade, encontra terreno fértil para compreensão e engajamento. As próximas telas detalharão esse aparente paradoxo entre “o quanto acho que sei” e “o quanto realmente sei”, trazendo reflexões importantes sobre comunicação pública, campanhas educativas e percepção social do tema climático.



AFIRMAÇÕES - MUDANÇAS CLIMÁTICAS: *Recorte por cidade*	MÉDIA DAS RESPOSTAS (1 a 5)		
	RECIFE	SANTARÉM	SÃO PAULO
O quanto você sabe sobre “mudanças e crise climática”?	2,8	3,2	3,3
As mudanças climáticas provocam mais chuvas fortes, enchentes, secas e ondas de calor.	4,6	4,5	4,2
As mudanças climáticas são causadas principalmente pela ação humana.	4,7	4,6	4,2
Populações mais pobres sofrem mais os efeitos das mudanças climáticas.	4,7	4,5	4,2
Os países mais ricos, que poluem mais, deveriam pagar mais pela transição ecológica.	4,6	4,5	4,1
Justiça climática envolve garantir acesso a direitos básicos.	4,5	4,6	4,2
Comunidades negras, indígenas e periféricas são mais expostas a poluição, enchentes, etc.	4,6	4,6	4,2
Desastres ambientais atingem mais fortemente populações pobres e racializadas.	4,7	4,6	4,2
MÉDIA	**4,4**	**4,4**	**4,1**

* Pontos Percentuais (P.P.)

MÉDIA DO QUANTO CONCORDARAM COM AS AFIRMAÇÕES POR CIDADE (1 A 5)

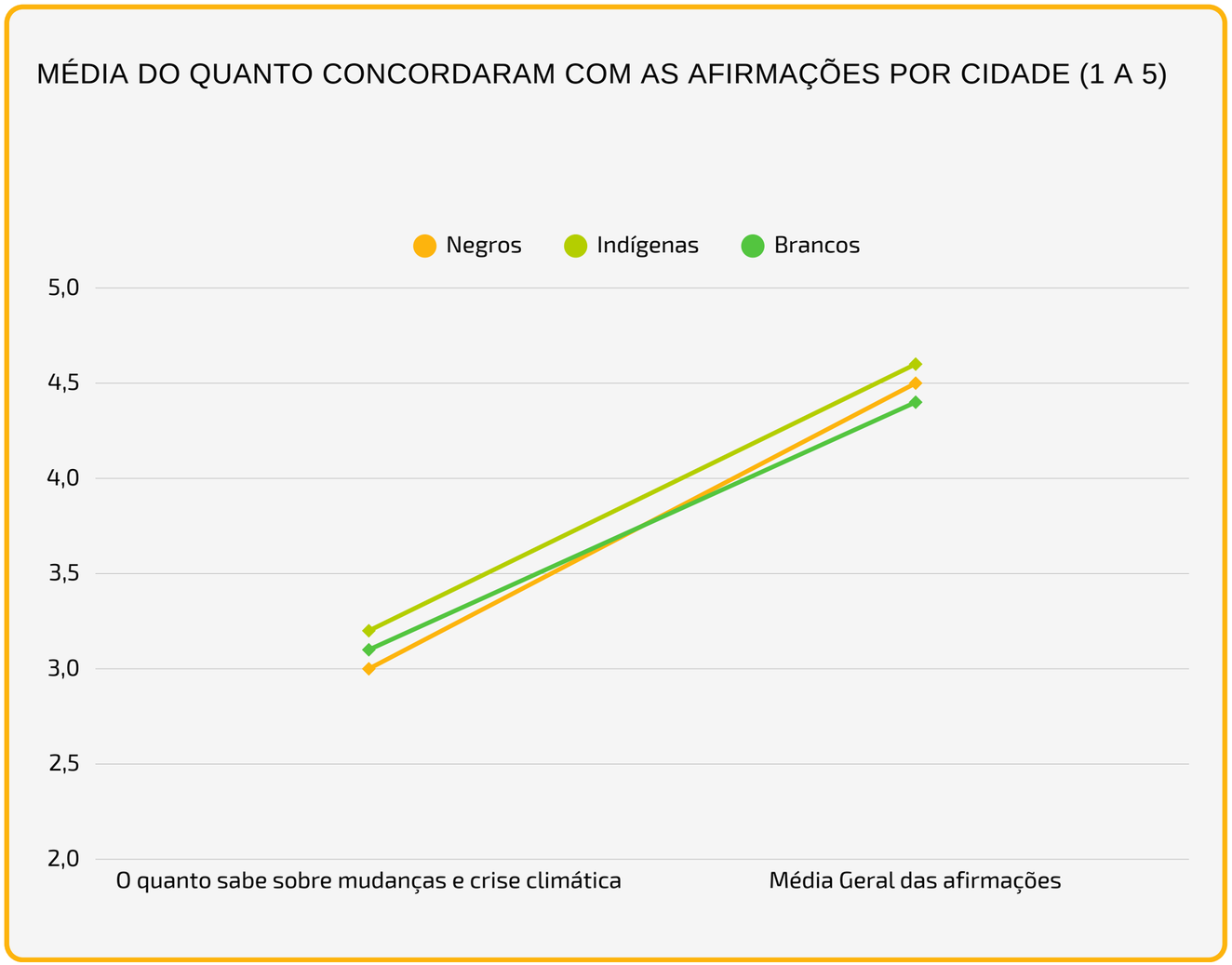


A análise por cidade revela que o conhecimento sobre mudanças e crise climática não se distribui de forma homogênea e tampouco se expressa apenas pelo domínio conceitual dos termos. Embora São Paulo apresente a maior média na pergunta de autoavaliação sobre “o quanto sabe” a respeito do tema, Recife e Santarém se destacam nas afirmações que tratam dos impactos concretos da crise climática e de suas dimensões estruturais. Nessas duas cidades — localizadas nas regiões Norte e Nordeste do país, sendo Santarém com aplicação em territórios indígenas — a vivência cotidiana dos efeitos climáticos parece desempenhar um papel central na construção do repertório informacional.

Esse contraste sugere um descompasso entre conhecimento autorreferido e conhecimento experiencial. Em Recife e Santarém, mesmo com menor familiaridade com o termo “justiça e crise climática”, os respondentes demonstraram maior concordância com afirmações que relacionam clima, desigualdade social e responsabilização histórica dos países mais ricos. Isso indica que o vocabulário técnico pode ser menos difundido, mas a leitura política da realidade climática está fortemente ancorada na prática e no cotidiano.

Outro ponto relevante é que as maiores diferenças de média entre cidades aparecem justamente nas afirmações de caráter mais interseccional, que articulam território, raça e gênero. Esse dado reforça a importância de considerar os contextos locais como produtores de conhecimento e evidencia que a politização da crise climática não se dá apenas pela mediação informacional formal, mas também pela experiência direta e pelos impactos desiguais vividos nos territórios.

AFIRMAÇÕES - MUDANÇAS CLIMÁTICAS: *Recorte por raça / cor*	MÉDIA DAS RESPOSTAS (1 a 5)		
	NEGROS	INDÍGENAS	BRANCOS
O quanto você sabe sobre “mudanças e crise climática”?	3,0	3,2	3,1
As mudanças climáticas provocam mais chuvas fortes, enchentes, secas e ondas de calor.	4,4	4,5	4,3
As mudanças climáticas são causadas principalmente pela ação humana.	4,5	4,6	4,4
Populações mais pobres sofrem mais os efeitos das mudanças climáticas.	4,5	4,5	4,4
Os países mais ricos, que poluem mais, deveriam pagar mais pela transição ecológica.	4,4	4,5	4,3
Justiça climática envolve garantir acesso a direitos básicos.	4,4	4,6	4,4
Comunidades negras, indígenas e periféricas são mais expostas a poluição, enchentes, etc.	4,5	4,6	4,4
Desastres ambientais atingem mais fortemente populações pobres e racializadas.	4,5	4,6	4,4
MÉDIA	**4,3**	**4,4**	**4,2**



O recorte por raça/-cor aponta diferenças sutis, porém persistentes, nas médias de concordância com as afirmações sobre mudanças e crise climática. Pessoas negras e indígenas tendem a apresentar médias ligeiramente superiores, sobretudo nas afirmações que explicitam a relação entre impactos ambientais, desigualdades sociais e processos históricos de vulnerabilização. Ainda que as distâncias não sejam amplas, elas indicam padrões consistentes de leitura da crise climática a partir da experiência racializada do território.

Essas diferenças podem ser compreendidas à luz da exposição desigual aos riscos ambientais, historicamente mais intensos em territórios racializados e periféricos. A maior concordância com afirmações que relacionam clima, pobreza e injustiça ambiental sugere que a crise climática é percebida não como um fenômeno abstrato, mas como uma extensão de desigualdades já vividas cotidianamente.

É importante, no entanto, evitar interpretações deterministas. As diferenças observadas não autorizam conclusões sobre “níveis de conhecimento” de forma isolada, mas sinalizam a necessidade de leituras combinadas, que articulem dados quantitativos e escutas qualitativas. Assim, o recorte racial se apresenta como uma chave interpretativa relevante, mas que demanda aprofundamento metodológico para captar as nuances do saber territorial.

Os resultados desta etapa evidenciam que o conhecimento sobre mudanças e crise climática é produzido a partir de múltiplas fontes: informações mediadas, experiências diretas e vivências territoriais. Em todos os recortes analisados, observa-se que a concordância com afirmações estruturais sobre o tema é elevada, ainda que a familiaridade com conceitos técnicos, como “justiça climática”, varie entre os grupos. Isso indica que o entendimento da crise não depende exclusivamente da linguagem especializada, mas se constrói a partir da vida concreta.

Nesse sentido, os dados reforçam a centralidade dos saberes territoriais como forma legítima de conhecimento. A experiência cotidiana com enchentes, secas, ondas de calor e insegurança ambiental produz leituras sofisticadas da realidade, mesmo quando não nomeadas nos termos do debate acadêmico ou institucional. Como sintetiza a música Levanta e Anda, de Emicida, “esses boy conhece Marx, nós conhece a fome” — uma frase que expressa com precisão a diferença entre o conhecimento abstrato e o conhecimento vivido.

Ao mesmo tempo, as diferenças observadas entre cidades, raça/-cor e gênero são relativamente próximas em termos estatísticos. Isso exige cautela analítica: tais recortes não devem ser utilizados como mecanismos únicos para medir ou hierarquizar conhecimento, mas como pistas interpretativas que apontam para desigualdades informacionais e experiências diferenciadas da crise climática.

A pesquisa também evidencia um descompasso recorrente entre o quanto as pessoas acreditam saber sobre mudanças climáticas e o quanto, de fato, concordam com afirmações complexas sobre o tema. Esse achado sugere que a autopercepção de conhecimento nem sempre acompanha o repertório real de compreensão, reforçando a necessidade de instrumentos metodológicos que capturem o conhecimento de forma indireta e relacional.

Por fim, os resultados indicam um terreno fértil para ações de comunicação e formação: há elevada adesão às ideias centrais da justiça climática, mesmo quando o termo não é plenamente difundido. Isso aponta para o potencial de campanhas que partam das experiências locais, reconheçam os saberes existentes e aprofundem a politização da crise a partir da vida cotidiana.

Assim, mais do que medir conhecimento em sentido estrito, esta etapa da pesquisa contribui para compreender como o conhecimento é produzido, vivido e mobilizado nos territórios, oferecendo subsídios estratégicos para a construção de narrativas, campanhas e políticas públicas mais conectadas com a realidade das populações periféricas, indígenas e racializadas.

Considerações Finais

Quais caminhos percorremos por aqui...

Esta pesquisa revelou com profundidade que o acesso, a produção e a circulação de informações nos territórios periféricos, indígenas, quilombolas e favelados do Brasil não podem ser compreendidos de forma homogênea ou desvinculada da história de desigualdades estruturais que atravessa esses espaços. Em Recife, Santarém e São Paulo — territórios com dinâmicas sociais, culturais e comunicacionais distintas — ficou evidente que as vulnerabilidades à desinformação são diretamente moldadas por fatores como precariedade de infraestrutura digital, baixa confiança em mídias tradicionais, e circulação intensa de conteúdos não verificados em redes sociais, especialmente via WhatsApp. Ao mesmo tempo, esses territórios revelam sofisticadas estratégias locais de resistência, baseadas em redes de confiança, oralidade, práticas comunitárias de cuidado e produção autônoma de narrativas.

A partir de uma abordagem metodológica rigorosa e territorializada, que combinou etnografia, escuta qualificada, análise de dados e participação ativa dos sujeitos locais, a pesquisa demonstrou que os territórios não são apenas vítimas da desinformação, mas também sujeitos políticos e epistêmicos, capazes de produzir conhecimento sobre si mesmos. A força desse estudo reside justamente na articulação entre a prática comunicacional da Coalizão de Mídias Periféricas, Faveladas, Quilombolas e Indígenas e o acúmulo analítico do Observatório Ibira30, permitindo a construção de um diagnóstico situado, que respeita a pluralidade das vivências e das cosmologias territoriais.

Tratar a informação como uma infraestrutura de justiça territorial significa reconhecê-la como um direito fundamental, à altura do saneamento básico, da saúde e da educação. A ausência de políticas públicas voltadas à soberania informacional dos territórios gera desigualdades simbólicas e materiais, pois compromete a autonomia dos sujeitos em interpretar o mundo, tomar decisões e exercer sua cidadania de maneira plena. A pesquisa mostra que combater a desinformação não se resume à checagem de fatos, mas exige uma reorganização das relações entre Estado, território, cultura e linguagem. Isso inclui reconhecer e financiar os sistemas próprios de comunicação, a oralidade ancestral, a pluralidade de formas de expressão e os modos coletivos de construir e validar o saber

Nesse sentido, o estudo também tensiona a lógica hegemônica dos dados agregados e dos modelos universalizantes de leitura da realidade social. Os microdados produzidos por meio da escuta direta e situada revelam que, mesmo dentro de uma mesma cidade, há múltiplos mundos informacionais coexistindo, com diferentes níveis de acesso, confiança, repertório crítico e exposição à desinformação. O enfrentamento eficaz desse cenário requer políticas públicas que atuem no nível microlocal, com apoio a iniciativas comunitárias, mediação cultural e valorização dos saberes territoriais — o que esta pesquisa propõe como horizonte concreto e urgente.

Por fim, a principal contribuição desta pesquisa está em seu gesto político e epistêmico: inverter o eixo de análise, recusando a visão deficitária que historicamente marcou os territórios periféricos e territórios indígenas, e reconhecendo-os como espaços de potência, produção de sentido e elaboração de futuro. A desinformação é uma ameaça real e presente, mas os territórios demonstram capacidade criativa e crítica para enfrentá-la — desde que apoiados com recursos, reconhecimento e autonomia. A construção de um ecossistema informacional justo no Brasil depende da centralidade dos territórios na formulação de políticas, na produção de dados e na disputa de narrativas. Este relatório é um convite à escuta e à ação: cabe agora transformar diagnóstico em política, e conhecimento em transformação social.

Recomendações

Recomendações para o campo do jornalismo e comunicação

A partir da análise dos padrões de consumo de informação, das vulnerabilidades informacionais e estratégias de checagem, bem como das percepções sobre mudanças climáticas nos territórios pesquisados, este estudo propõe um conjunto de recomendações direcionadas ao campo do jornalismo e comunicação. As proposições partem de uma perspectiva territorializada, reconhecendo que os fluxos informacionais são atravessados por desigualdades históricas, relações de confiança e dinâmicas socioculturais específicas.

As recomendações apontam para a necessidade de reconfiguração de práticas, linguagens e formas de produção jornalística, de modo a fortalecer a relevância social da informação e sua capacidade de enfrentar a desinformação em contextos periféricos, favelados, quilombolas e indígenas.

1. Fortalecer o jornalismo territorial e comunitário
Reconhecer os territórios como espaços legítimos de produção de conhecimento, investindo em modelos que valorizem o protagonismo de jornalistas e comunicadores locais e a construção de narrativas “de dentro para fora”.

2. Produzir informação a partir de redes locais de confiança
A circulação e validação da informação nos territórios estão profundamente ancoradas em relações de proximidade e confiança. O jornalismo deve atuar em diálogo com essas redes, reconhecendo-os como mediadores centrais na difusão de conteúdos confiáveis.

3. Diversificar formatos e canais de distribuição
Os padrões de consumo de informação indicam a centralidade de plataformas digitais, especialmente aplicativos de mensagem e conteúdos audiovisuais. Recomenda-se adaptar as estratégias de distribuição para formatos acessíveis, como áudios, vídeos curtos e conteúdos compartilháveis, respeitando as condições de acesso e conectividade dos territórios. Além disso, é fundamental incorporar estratégias offline, como materiais impressos, rádios comunitárias, carros de som e ações presenciais, ampliando o alcance da informação e garantindo que ela chegue a públicos com acesso limitado à internet.

4. Incorporar práticas de educação midiática no fazer jornalístico
O enfrentamento à desinformação não pode se limitar à correção de conteúdos falsos. É necessário incorporar abordagens pedagógicas que fortaleçam a autonomia crítica dos públicos, explicando de forma acessível os processos de verificação, incentivando a reflexão sobre fontes e ampliando repertórios informacionais.
Nesse contexto, recomenda-se que iniciativas jornalísticas reconheçam e se aproximem das mídias de jornalismo territorial e das iniciativas de educação midiática, que já desenvolvem, de forma consistente, práticas enraizadas nos territórios. O estabelecimento de parcerias estruturadas com esses atores pode potencializar estratégias mais eficazes, contextualizadas e sustentáveis de enfrentamento à desinformação.

5. Reconhecer e dialogar com diferentes critérios de credibilidade
Os dados da pesquisa indicam que, nos territórios, a credibilidade da informação está fortemente associada a vínculos de confiança, proximidade, identificação com quem comunica e coerência com as experiências vividas, mais do que a marcas institucionais ou ao uso de linguagem técnica. Por isso, recomenda-se que o jornalismo hegemônico e independente se aproxime mais dos territórios, estabeleça parcerias com mídias de jornalismo territorial, utilize fontes locais e adote uma comunicação nítida e acessível. O caminho é construir confiança junto às comunidades, reconhecendo e valorizando os conhecimentos já presentes nesses contextos.

6. Adotar linguagem acessível e situada

A comunicação jornalística deve considerar as diversidades de escolaridade, repertório cultural e práticas linguísticas dos territórios. Isso implica o uso de linguagem nítida, direta e contextualizada, sem perder a meticulosidade informativa, garantindo maior compreensão e apropriação dos conteúdos.

7. Comunicar a crise climática a partir dos territórios

Os dados mostram que, embora haja alta percepção dos impactos das mudanças climáticas no cotidiano, como calor extremo, enchentes e desigualdades, ainda existe baixa familiaridade com conceitos técnicos sobre o tema. Nesse contexto, o jornalismo deve priorizar narrativas que partam das experiências concretas dos territórios, conectando vivências já reconhecidas pela população a explicações acessíveis, evitando abordagens distantes da realidade. Também é fundamental relacionar clima e desigualdade social, valorizando saberes locais e ampliando a compreensão sobre as causas da crise climática.

8. Utilizar dados locais para mostrar as desigualdades nos territórios

A produção e uso de microdados territorializados são fundamentais para evidenciar desigualdades invisibilizadas por médias agregadas. O jornalismo deve incorporar análises mais finas, que permitam compreender diferenças internas aos territórios e produzir narrativas mais precisas e contextualizadas.

9. Estabelecer presença contínua nos territórios

A atuação jornalística não deve se restringir a coberturas pontuais ou momentos de crise. A construção de confiança e relevância exige presença contínua, acompanhamento de temas ao longo do tempo e relação duradoura com a audiência. Isso pode ser fortalecido por meio de parcerias com jornalistas e comunicadores nativos dos territórios, além de mídias de jornalismo e comunicação territorial, que já possuem vínculos, conhecimento local e legitimidade junto às comunidades.

10. Reconhecer o jornalismo territorial como estratégico e co-criar soluções com os territórios

Recomenda-se que o jornalismo, tanto hegemônico quanto independente, reconheça o jornalismo territorial como parte legítima do campo e como um ator estratégico para o diálogo efetivo com os territórios e o enfrentamento qualificado à desinformação. Isso implica ir além da ampliação de parcerias e reposicionar essas iniciativas como centrais na mediação informacional, considerando sua capacidade de atuar com base em vínculos de confiança, conhecimento situado e proximidade com as dinâmicas locais. Nesse sentido, é fundamental avançar para modelos colaborativos de produção, nos quais jornalistas e comunicadores dos territórios participem ativamente da construção de narrativas, agendas e soluções informacionais.

11. Ampliar o acesso de checagem de informações nos territórios

Os dados da pesquisa indicam que mais de 1.256 pessoas afirmam não conhecer sites ou iniciativas de checagem de notícias, evidenciando uma lacuna significativa no acesso a ferramentas formais de verificação da informação.

Esse cenário revela que o enfrentamento à desinformação não pode depender exclusivamente da existência desses sites, mas exige estratégias ativas de aproximação com os territórios.

Mais do que ampliar o conhecimento sobre plataformas específicas, trata-se de incorporar a lógica da verificação como prática cotidiana, enraizada nas dinâmicas locais de circulação da informação e nas redes de confiança já estabelecidas. Recomenda-se que organizações de fact-checking desenvolvam ações territorializadas de difusão e tradução dessas ferramentas, incorporando:

- Parcerias com mídias de jornalismo territorial, que já operam como mediadores de confiança;
- Adaptação dos conteúdos de checagem para formatos acessíveis e circuláveis (áudios, vídeos curtos, cards para WhatsApp);
- Processos formativos que ensinam não apenas onde checar, mas como checar, fortalecendo a autonomia crítica.

12. Incorporar a perspectiva de gênero nas práticas jornalísticas a partir dos padrões de consumo informacional

Recomenda-se que o jornalismo incorpore de forma intencional a perspectiva de gênero em suas práticas, considerando que os dados da pesquisa mostram que os padrões de consumo informacional refletem desigualdades estruturais: enquanto homens (cis e trans) demonstram maior interesse por política, atualidades, notícias e esportes, mulheres (cis e trans) tendem a buscar mais conteúdos relacionados à saúde, bem-estar, educação e vida comunitária. Esse cenário dialoga com a sobrecarga histórica das mulheres nas atividades de cuidado e na gestão da vida cotidiana, o que exige que o campo jornalístico reconheça essas dinâmicas não apenas na definição de pautas, mas também na construção das narrativas. Assim, é fundamental valorizar temas ligados ao cuidado como questões centrais do interesse público e considerar as experiências de mulheres, pessoas trans e outras identidades de gênero.

13. Conectar o jornalismo dos territórios com políticas públicas locais

Recomenda-se integrar o jornalismo territorial, especialmente suas práticas de letramento midiático e produção de informação, às políticas públicas e aos serviços oferecidos por governos locais. Essa articulação pode viabilizar modelos de parceria com equipamentos públicos que atuam diretamente nos territórios, fortalecendo o diálogo com os moradores e ampliando o acesso à informação de interesse público.

14. Enfrentar o racismo estrutural na produção e distribuição da informação

A pesquisa evidencia que as desigualdades territoriais e informacionais estão diretamente atravessadas por marcadores raciais, reforçando a invisibilização de populações negras, quilombolas e indígenas. Diante disso, o enfrentamento ao racismo estrutural no jornalismo deve se dar também de forma prática: ampliando a contratação de profissionais desses territórios, garantindo sua presença em espaços de decisão e destinando recursos financeiros diretos para iniciativas lideradas por esses atores. Mais do que representação, trata-se de redistribuir espaços de poder e investimento no campo do jornalismo e comunicação.

15. Criar caminhos de financiamento público para o jornalismo territorial

Criar estudos de viabilidade de financiamento via Secretarias de Comunicação Municipais para apoiar o trabalho destas iniciativas territoriais como aliadas na difusão de informação e ações de letramento midiático que fazem parte do interesse público dos territórios.

16. Construir espaços de diálogo entre o campo do jornalismo e o poder público

Construir Conselhos Municipais de Jornalismo e Educação Midiática, garantindo a participação de organizações, coletivos de comunicação, mídias de jornalismo territorial e mídias independentes. Esses espaços devem funcionar como instâncias contínuas de diálogo, articulação e incidência, fortalecendo a construção conjunta de políticas públicas e assegurando uma relação permanente e estruturada entre o campo do jornalismo e o poder público.

RESUMO

Os próximos passos do jornalismo passa pelos territórios

As recomendações deste estudo mostram que não dá mais para pensar o jornalismo do mesmo jeito de sempre, principalmente quando falamos de periferias, favelas, quilombos e territórios indígenas.
Mais do que melhorar formatos ou ampliar alcance, o desafio é mudar a lógica: sair de um jornalismo que só “fala” para um jornalismo que escuta e constrói junto com os territórios.

Isso passa por reconhecer o jornalismo territorial como peça central nesse processo da infraestrutura informacional do país. São esses jornalistas e comunicadores nativos desses territórios que já têm a confiança das pessoas, entendem as dinâmicas locais e conseguem traduzir os temas de forma mais próxima da realidade. Fortalecer esse campo, com parcerias, recursos e reconhecimento, é essencial para enfrentar a desinformação de forma mais efetiva.

Ao mesmo tempo, o campo jornalístico precisa se adaptar: diversificar linguagens, usar formatos que realmente circulam e incorporar a educação midiática como parte do próprio fazer jornalístico, ajudando as pessoas não só a acessar informação, mas a desenvolver autonomia crítica.

Outro ponto importante é reconhecer que nem todo mundo valida informação do mesmo jeito. A confiança passa por relações, experiências e referências locais, e o jornalismo precisa dialogar com isso, em vez de ignorar.

Além disso, o estudo reforça que não dá para falar de informação sem falar de desigualdade. Questões como racismo estrutural, gênero e condições de vida nos territórios influenciam diretamente o acesso à informação e o tipo de conteúdo que faz sentido para as pessoas. Isso inclui, por exemplo, trazer o debate sobre mudanças climáticas para a realidade concreta das comunidades.

Nesse cenário, é fundamental não ignorar, e, mais do que isso, colocar no centro das discussões e dos espaços de tomada de decisão, jornalistas e comunicadores indígenas, quilombolas, periféricos e favelados, reconhecendo seus saberes, perspectivas e formas próprias de produzir e circular informação. Garantir a presença ativa desses profissionais é parte essencial para construir um jornalismo mais diverso, justo e conectado com a realidade dos territórios. Sem isso, não há transformação real no campo.

As recomendações apontam caminhos mais estruturais: aproximar o jornalismo territorial das políticas públicas, criar formas de financiamento, inclusive com apoio do poder público, e abrir espaços permanentes de diálogo, como conselhos e instâncias de participação.

A mensagem é simples: informação de qualidade não se constrói só com técnica, se constrói com presença, relação e compromisso com os territórios.

Bibliografia

ARTIGOS ACADÊMICOS

- ALMEIDA, C. B. de; VASCONCELLOS, V. A. Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo?. Revista Direito GV, v. 14, p. 303–333, 2018.
- COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Parágrafo, v. 5, n. 1, p. 6–17, 2017.
- CRENSHAW, Kimberlé. Race, gender, and sexual harassment. California Law Review, v. 65, p. 1467–1491, 1991.
- FERREIRA, D. Desinformação, mídias sociais e povos originários. Anais de Direitos Humanos, v. 2, n. 1, 2023. Disponível em: https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/AnaisDirH/article/download/8742. Acesso em: 03 jan. 2026.
- FERREIRA, J. M. S.; MORAES, M. A. T. Rede Wayuri: comunicação indígena, epistemologias do sul e enfrentamento à desinformação. Interthesis, v. 19, n. 2, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/download/107172/60245. Acesso em: 03 jan. 2026.
- FONSECA, M. Coletivos de comunicação em periferias urbanas: práticas e desafios. Cadernos Metrópole, v. 25, n. 55, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cm/a/5jzvXMCK4QDNMvg4ZrTSCNm/. Acesso em: 03 jan. 2026.
- LINS, Barbara; PIOVESAN, Flávia C. Direitos humanos e desigualdades estruturais no contexto digital. Revista Brasileira de Direitos Fundamentais e Justiça, v. 17, n. 3, 2023
- MARTINS, A. Politização da desinformação sobre a população indígena. Revista Comunicação & Inovação, v. 25, n. 55, 2024. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/view/9757. Acesso em: 03 jan. 2026.
- MARTINS, A. V. Origem e formato da desinformação contra povos indígenas brasileiros. Âmbitos: Revista Internacional de Comunicación, n. 63, 2025. Disponível em: https://revistascientificas.us.es/index.php/Ambitos/article/view/27227. Acesso em: 03 jan. 2026.
- NASCIMENTO, A. A. et al. Comunicação e conexões digitais: estratégias e impactos na era da informação. Atena Editora, 2022. Disponível em: https://atenaeditora.com.br/catalogo/dowload-post/95192. Acesso em: 03 jan. 2026.
- SENNE, F.; PORTILHO, L.; STORINO, F.; BARBOSA, A. Inclusão desigual: análise das trajetórias de desigualdades de acesso, uso e apropriação da internet no Brasil. Revista de Direito, Estado e Telecomunicações, v. 12, n. 2, p. 187–211, 2020.
- SOUSA, M. P. de; SANTOS, I. M. N. dos. Necropolítica e pandemia: Covid-19 na periferia. Agê: Revista de Geografia, v. 34, n. 2, 2021. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/download/15485/12029/83873.

RELATÓRIOS DE INSTITUTOS DE PESQUISA E THINK TANKS

- BARBOSA, A. F. et al. Uso de tecnologias da informação e comunicação pelos jovens brasileiros. In: SILVA, E. R. A.; BOTELHO, R. U. (org.). Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas. Brasília: Ipea, 2016.
- BRASIL. Ministério da Educação. Educação digital e midiática: como elaborar e implementar o currículo nas escolas. Brasília: MEC, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escolas-conectadas/documentos/guias/edigital_versaofinal.pdf. Acesso em: 08 dez. 2025.
- CALANGOLAB. Relatório: como a desinformação afeta a vida nas periferias. 2025. Disponível em: https://desinformante.com.br/relatorio-desinformacao-afeta-vida-nas-periferias/. Acesso em: 03 jan. 2026.
- CDR – COALIZÃO DIREITOS NA REDE. Posicionamento da Coalizão sobre combate à desinformação e regulação, maio 2020. Disponível em: https://intervozes.org.br/wp-content/uploads/2020/06/CDR-Posicionamento-PL2630-29MAIO2020.pdf. Acesso em: 03 jan. 2026. Intervozes
- FALAROCA. Meta e o preço da desinformação nas favelas e periferias. 2025. Disponível em: https://falaroca.com/meta-preco-desinformacao-favelas-periferias/. Acesso em: 03 jan. 2026.
- FIOCRUZ. Estudo analisa desinformação em saúde entre povos indígenas. 2025. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/noticia/estudo-analisa-desinformacao-em-saude-entre-povos-indigenas. Acesso em: 03 jan. 2026.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE TRANSMASCULINIDADES. Mapeamento de saúde das transmasculinidades vivendo no Brasil. Curitiba: IBRAT, 2024.
- INTERNETLAB. Desigualdades sociais e sustentabilidade da comunicação independente no Brasil. 2024. Disponível em: https://internetlab.org.br/wp-content/uploads/2024/08/relatorio_midiasindependentes_portugues_ok.pdf. Acesso em: 03 jan. 2026.
- MINISTÉRIO DAS MULHERES. Pesquisa “Sem Parar 2025”. Brasília, 2025. Disponível em: https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2025/dezembro/pesquisa-sem-parar-2025-mostra-permanencia-da-sobrecarga-de-trabalho-e-cuidado-na-vida-das-mulheres-brasileiras. Acesso em: 13 dez. 2025.
- UNICEF. “Uma das maiores desigualdades é a falta de informação”. 2020. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/historias/uma-das-maiores-desigualdades-eh-falta-de-informacao. Acesso em: 03 jan. 2026.

ESTUDOS E PUBLICAÇÕES DE ORGANISMOS MULTILATERAIS

- BRASIL. G20. Brasil anuncia iniciativa global pela integridade da informação sobre mudanças climáticas. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/g20/en/news/brasil-announces-the-launch-of-a-global-initiative-to-promote-information-integrity-regarding-climate-change. Acesso em: 03 jan. 2026.
- PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. Santiago do Chile: CEPAL, 1950.
- UN-HABITAT. World cities report 2020: the value of sustainable urbanization. Nairobi: United Nations Human Settlements Programme, 2020.
- UNESCO. Relatórios sobre comunicação indígena e acesso à informação. Disponível em: https://pt.unesco.org/. Acesso em: 03 jan. 2026.
- WIKIFAVELAS. Plataforma colaborativa de conhecimento sobre favelas. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikifavelas. Acesso em: 03 jan. 2026.

PESQUISAS APLICADAS E DIAGNÓSTICOS TERRITORIAIS

- CERQUEIRA, D. A produção de informação nas periferias no combate aos efeitos da Covid-19. Fundação Tide Setubal, 2020. Disponível em: https://fundacaotidesetubal.org.br/a-producao-de-informacao-nas-periferias-no-combate-aos-efeitos-da-covid-19/. Acesso em: 03 jan. 2026.
- INTERNETLAB. Comunicação independente e periferias. 2024. Disponível em: https://internetlab.org.br/wp-content/uploads/2024/08/relatorio_midiasindependentes_portugues_ok.pdf. Acesso em: 03 jan. 2026.
- NASCIMENTO, A. A. et al. Comunicação e fake news na Rocinha. Atena Editora, 2022. Disponível em: https://atenaeditora.com.br/catalogo/dowload-post/95192. Acesso em: 03 jan. 2026.
- REDE WAYURI. Comunicação comunitária e combate à desinformação na Amazônia. In: FERREIRA, J. M. S.; MORAES, M. A. T. Interthesis, 2022. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/download/107172/60245. Acesso em: 03 jan. 2026.
- FIOCRUZ. Estudo analisa desinformação em saúde entre povos indígenas. 2025. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/noticia/estudo-analisa-desinformacao-em-saude-entre-povos-indigenas. Acesso em: 03 jan. 2026.

LIVROS E OBRAS TEÓRICAS RELEVANTES

- BISPO, Antônio (Nêgo Bispo). Colonização, quilombos: modos e significações. Brasília: INCTI, 2015.
- FAUSTINO, Deivison Mendes. Direito à informação, desinformação e desigualdades estruturais. São Paulo: Autonomia Literária, 2023.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. Por uma pedagogia da pergunta. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 78, p. 3–46, 2007.
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.
- TIGANÁ SANTANA. Metodologia do encantamento. São Paulo: Editora Cobogó, 2021.
- BOLFARINE, Heleno; BUSSAB, Wilton de Oliveira. Elementos de amostragem. São Paulo: Edgard Blücher, 2005.
- FREEDMAN, David et al. Statistics. 4. ed. New York: W. W. Norton & Company, 2007.
- RAO, J. N. K. Small area estimation. New York: Wiley, 2003.